





ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO

Grupo Águas de Portugal

RELATÓRIO & CONTAS 2013

ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO
Grupo Águas de Portugal

INDICE

A EMPRESA 6
A – RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 18
1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS 18
2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS 20
3. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES 21
4. MODELO DE GOVERNO 23
5. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS 29
6. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE 32
7. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO 36
8. I&D E INOVAÇÃO 40
9. ÉTICA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO 40
10. CONTROLO DE RISCO 41
11. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES 43
12. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO 44
13. INFORMAÇÃO SINTÉTICA SOBRE INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL 44
14. CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES, DESPACHOS E LEGISLAÇÃO DIVERSA 46
15. CUMPRIMENTO DOS PRINCIPIOS DO BOM GOVERNO 49
16. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS 53
B - ATIVIDADE DA EMPRESA 54
1. INTRODUÇÃO 54
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 55
3. ENQUADRAMENTO DO SETOR 58
4. REGULAÇÃO 60
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA 66
6. ATIVIDADE OPERACIONAL 68
7. OBJETIVOS DE GESTÃO 95
8. PERSPETIVAS PARA O FUTURO 96
9. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO 98
10. SUCURSAIS DA SOCIEDADE 98
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS 98
12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 98
13. ANEXO AO RELATÓRIO 99
C - CONTAS DO EXERCICIO 2013 102
CONTAS INDIVIDUAIS 102
NOTAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS 105
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO 162
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 164

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas

Para as Águas Públicas do Alentejo (AgdA), o principal eixo estratégico de atuação da empresa em 2013 foi o da implementação do plano de investimento. Com efeito, com o arranque efetivo no 4º trimestre de 2012 deste plano, depois do congelamento dos investimentos públicos verificados em 2011 e 2012, o ano de 2013 foi o da sua entrada em velocidade de cruzeiro.

Durante este ano foram geridas 18 grandes empreitadas, que conduziram a um investimento realizado de 13 Milhões de Euros, que acresce ao realizado em anos anteriores, totalizando 28,6 Milhões de Euros o investimento já realizado. Destas empreitadas foram já concluídas 4, todas importantes pelo que representam de melhoria para a qualidade de vida das populações - o reservatório da Amareleja e as ETAR de Mértola, Milfontes e Alcácer. A primeira, destinada a ultrapassar problemas de abastecimento de água numa zona bem crítica nesta matéria, e as outras 3 destinadas a resolver problemas agudos de descarga de águas residuais não tratadas, algumas já associadas a contencioso comunitário.

Foram abertos 15 concursos públicos para empreitadas de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e assinados 14 contratos de empreitada, estes envolvendo um valor total de investimento da ordem dos 30 Milhões de euros, maioritariamente a realizar em 2014.

O ano de 2013 foi ainda um exercício marcado pela aposta na consolidação da operação e da melhoria da qualidade do serviço prestado aos municípios e indiretamente às populações.

Face às melhorias efetuadas nos sistemas em 2012 e 2013, e ao grande empenho das equipas de operação, conseguiu-se em 2013 reduzir para 55 os 98 incumprimentos verificados em 2012 o que permitiu atingir um Índice de Qualidade de 99.44%, correspondendo a Água Segura.

A melhoria conseguida reveste-se de uma particular importância, na medida que foi obtida na operação dos sistemas existentes, herdados dos municípios, e ainda sem a conclusão dos investimentos de fundo programados.

Senhores Acionistas

Por fim, o Conselho de Administração entende que o resultado da atividade da AgdA no ano de 2013 pode ser considerado como positivo, o que é evidenciado pelos resultados operacionais, pelo *superavit* tarifário, pelas empreitadas em execução e contratualizadas e pela atividade de gestão dos 20 sistemas municipais já integrados e em operação.

Tal desiderato só foi possível de conseguir graças não só ao empenho e dedicação dos colaboradores mas também à excelente colaboração das Câmaras Municipais e ao apoio da Auditoria, do Fiscal Único e da AdP, SGPS e AMGAP na sua qualidade de Acionistas.

A todos o Conselho de Administração entende dever agradecer e evidenciar a sua contribuição para o desempenho da AgdA em 2013.

O Presidente do Conselho de Administração

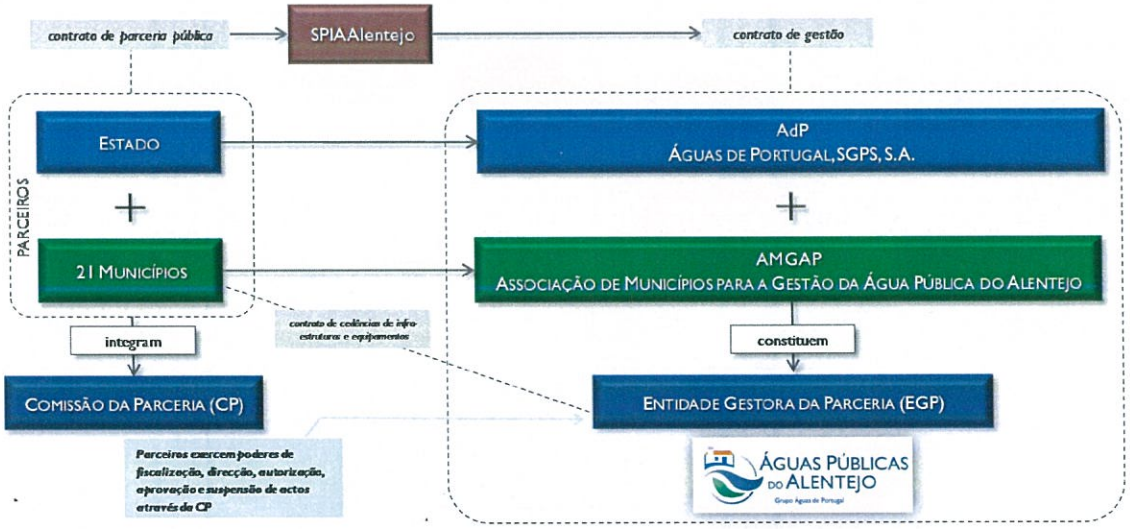


Dr. Joaquim Marques Ferreira

A EMPRESA

A empresa AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo por acionistas a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo.

Modelo de Gestão Adotado

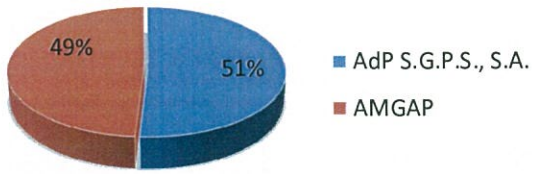


O Contrato de Gestão, assinado a 25 de setembro de 2009, entre a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo e a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., atribui a esta, em regime de exclusividade por um período de 50 anos, a responsabilidade pela conceção, construção e exploração do SPPIAAlentejo - Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

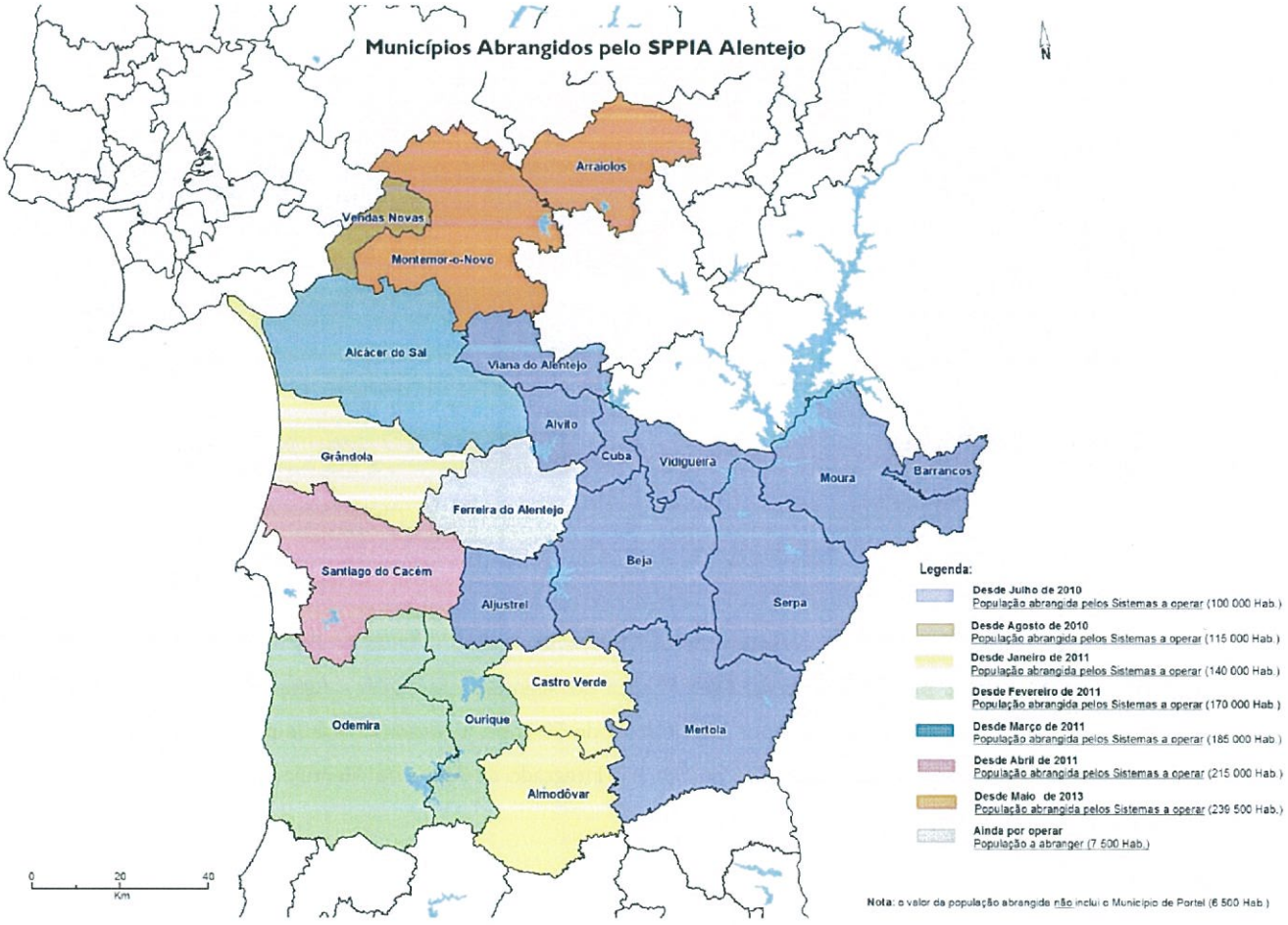
Acionistas

De acordo com o modelo de gestão adotado para a gestão da Parceria, a AgdA - Águas Publicas do Alentejo, S.A., a quem foi atribuída a função de Entidade Gestora da Parceria, é constituída por dois acionistas, a Águas de Portugal, SGPS, S.A em representação do Estado Português e a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão de Águas Publicas do Alentejo em representação dos 21 municípios do SPPIAAlentejo, repartindo-se o seu capital social em 51% para o primeiro, e 49% para o segundo.

Acionistas da AgdA - Águas Publicas do Alentejo



A empresa surge na sequência do Contrato de Parceria Pública, para a gestão de forma integrada dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, celebrado a 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.



Esta parceria visa garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em "alta", numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e dispersão populacional.

Benefícios do Contrato de Parceria Pública celebrado:

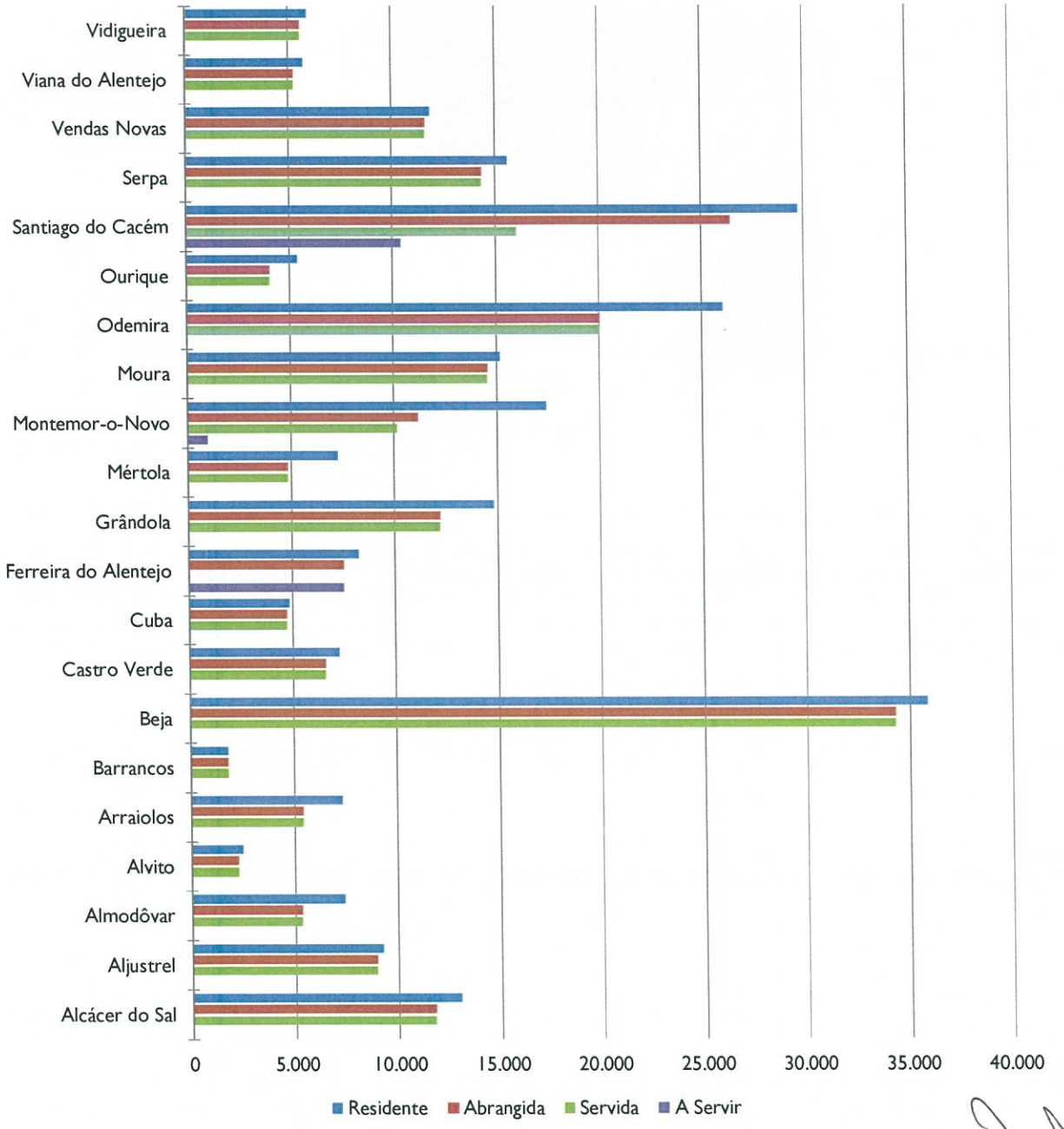
- ✓ Garantir de forma regular, continua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
- ✓ Através de um investimento inicial de 227 milhões de euros, dos quais 85,6 milhões de euros já contratualizados com o POVT a realizar até Junho de 2015, comparticipado em 70% por fundos comunitários, promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;

- ✓ Assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, 250.000 Habitantes, em 18,5% do território nacional, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira do setor;

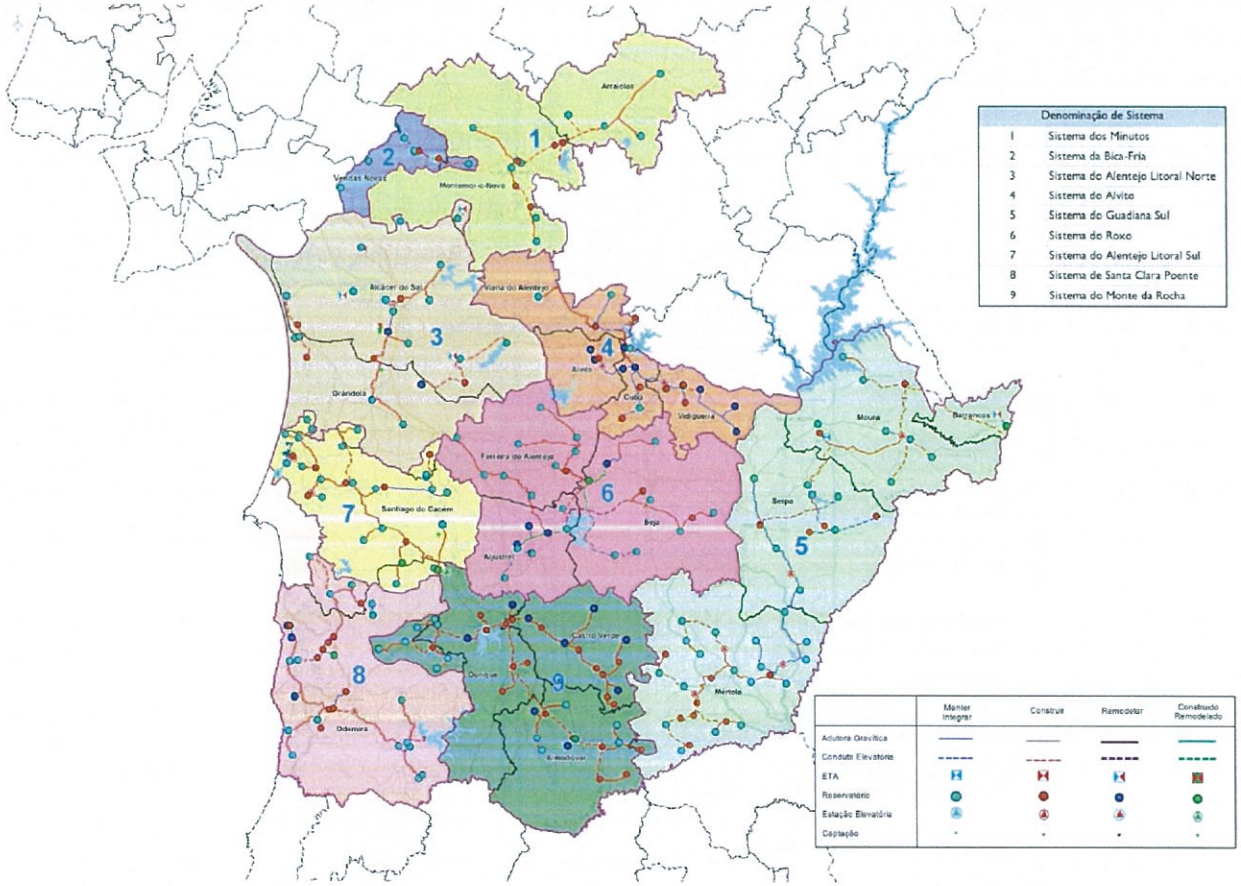
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento regional e para o ordenamento do território.

Com este contrato de parceria é criado o SPPIAAlentejo - Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, que se decompõe no Sistema Integrado de Abastecimento de Água e no Sistema Integrado de Águas Residuais.

População por Concelho



Sistema Integrado de Abastecimento de Água

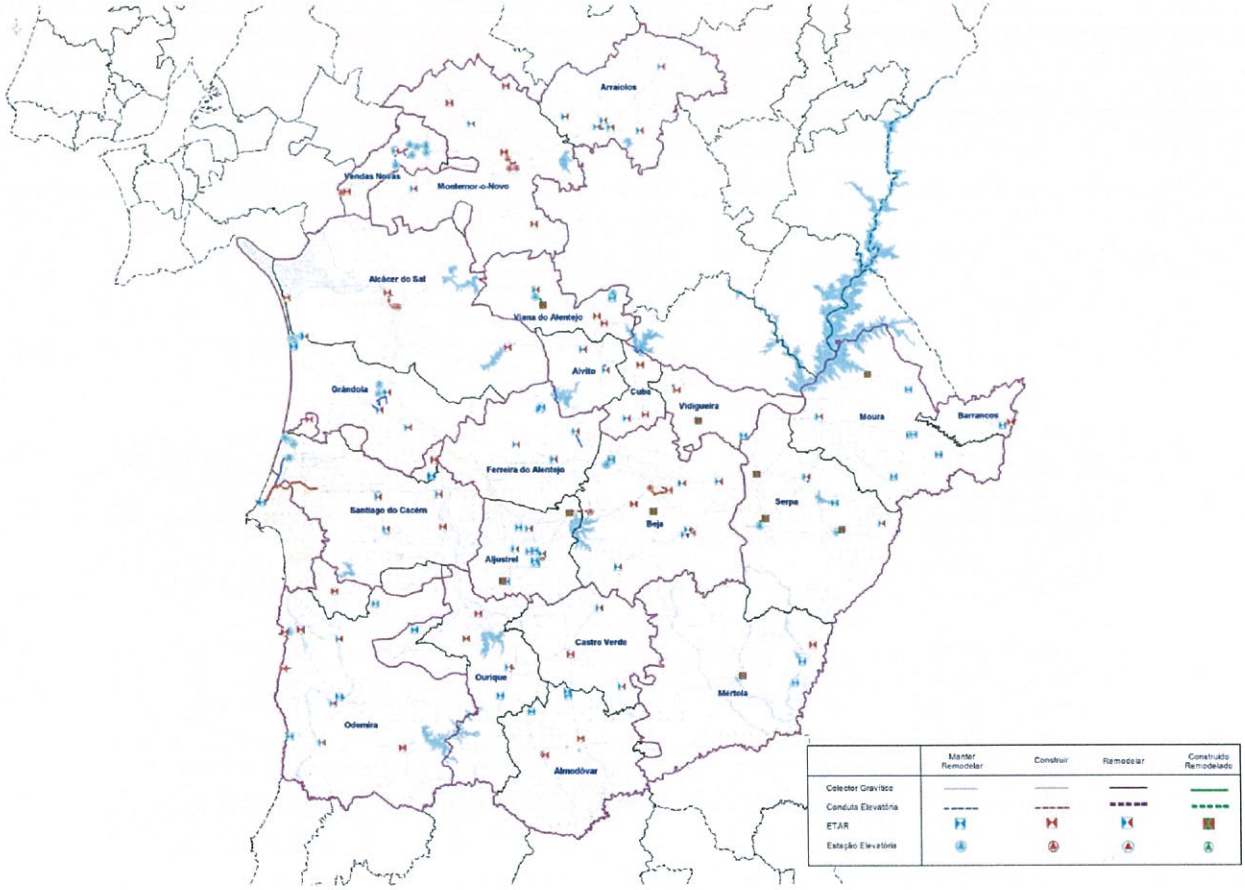


INFRAESTRUTURAS QUE INTEGRAM O SISTEMA DE ABASTECIMENTO

Abastecimento	Integrado	A Integrar	Remodelado	A Remodelar	Construído	A Construir	Total
Captação (un)	31	0	0	4	7	18	**60**
Estação Elevatória (un)	12	0	0	24	2	59	**97**
ETA (un)	7	0	2	11	3	4	**27**
Reservatório (un)	149	9	2	34	9	74	**277**
Adutoras (km)	341	1	0	24	41	1.236	**1.643**

Nota.: infraestruturas de acordo com o Plano de Investimentos aprovado para o SPPIAAlentejo

Sistema Integrado de Saneamento de Águas Residuais



INFRAESTRUTURAS QUE INTEGRAM O SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

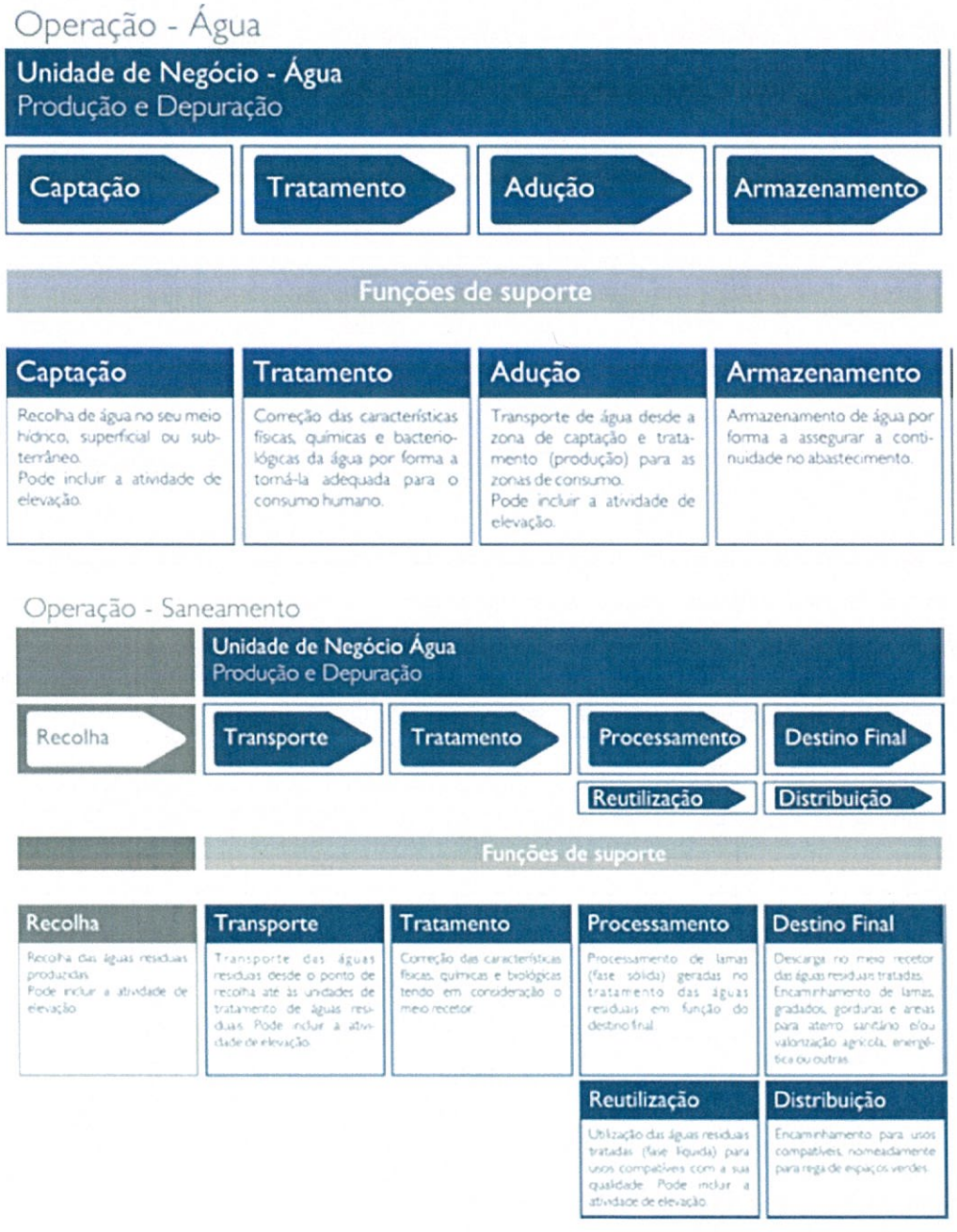
Abastecimento	Integrado	A Integrar	Remodelado	A Remodelar	Construído	A Construir	Total
ETAR (un)	28	1	1	40	10	30	**110**
Estação Elevatória (un)	25	0	0	0	3	11	**39**
Coletores (km)	83	3	0	0	15	40	**141**

Nota.: infraestruturas de acordo com o Plano de Investimentos aprovado para o SPPIAAlentejo

Cadeia de Valor

A empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer na criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio e a especificação das atividades de operação.



Síntese de Indicadores

Os indicadores são instrumentos de gestão fundamentais para monitorizar e avaliar a atividade da empresa, permitindo analisar a sua evolução e o seu estado de performance.

Neste contexto, os quadros que se seguem procuram avaliar ao nível da atividade operacional e financeira, a evolução da AgdA nos anos de 2011 a 2013:

INDICADORES ATIVIDADE			
	2013	2012	2011
1. Investimento total (milhares de Euros)	13.108	6.320	4.123
2. N° Médio de Trabalhadores (sem órgãos sociais)	122	124	131
3. N° de Trabalhadores em 31 de Dez. (sem órgãos sociais)	119	125	132
4. N° de Órgãos Sociais	5	5	5
5. Volume de Água Captada (10^3 m3/ano)	20.588	20.732	20.859
6. Volume de Água Produzida (10^3 m3/ano)	19.720	19.705	19.702
7. Volume de Água Fornecida (10^3 m3/ano)	19.200	18.830	18.879
8. Volume de Água Faturada (10^3 m3/ano)	18.591	18.450	18.507
9. Volume de Efluente Recolhido (10^3 m3/ano)	9.107	8.906	8.715
10. Volume de Efluente Tratado (10^3 m3/ano)	7.685	7.856	7.753
11. Volume de Efluente Faturado (10^3 m3/ano)	0	0	0
12. Número de Captações de Água em funcionamento	356	329	317
13. Extensão da Rede em funcionamento (Km)			
- Abastecimento	859	774	749
- Saneamento	109	88	84
14. Número de ETA's em funcionamento	15	15	14
15. Número de ETAR's em funcionamento	119	112	100
16. Número de Estações Elevatórias em funcionamento			
- Abastecimento	114	116	115
- Saneamento	25	22	19
17. Número de Reservatórios em funcionamento	240	217	213
18. Municípios Abrangidos			
- Abastecimento	21	21	21
- Saneamento	21	21	21
19. Municípios Servidos			
- Abastecimento	20	18	18
- Saneamento	20	18	18
20. População Abrangida			
- Abastecimento	219.051	215.542	216.435
- Saneamento	181.959	180.742	181.491
21. População Servida			
- Abastecimento	200.145	170.793	175.060
- Saneamento	176.912	142.361	145.918

O aumento das instalações operadas em 2013 pela AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. está relacionado com a integração dos sistemas de abastecimento e de saneamento de águas residuais dos Municípios de Arraiolos e Montemor-o-Novo.

No que diz respeito à População Abrangida e Servida, a variação está por um lado relacionada com o acima referido, mas também pelo facto de se ter efetuado a atualização da população, passando a ter por base os Censos de 2011.

INDICADORES FINANCEIROS

	2013	2012	2011
Capital Social	500.000	500.000	500.000
Capital Próprio	558.164	559.796	569.414
Ativo Liquido Total	61.256.189	45.610.729	45.857.109
Investimento	13.107.911	6.320.000	4.123.185
Passivo Total	60.698.025	45.050.933	45.287.695
Divida de clientes total	17.010.194	12.870.823	8.295.625
Divida de clientes vencida	7.875.419	4.581.880	6.285.164
Volume de Negócios	10.337.650	9.677.166	8.659.766
Vendas	10.919.460	9.875.997	9.532.542
Prestação de Serviços	0	0	0
Desvios Tarifários	(581.810)	(198.832)	(872.776)
EBIT	708.916	903.835	263.395
EBITDA	2.011.826	1.786.472	1.769.519
EBIT s/ Desvios Tarifários	1.290.726	1.102.667	1.136.171
EBITDA s/ Desvios Tarifários	2.593.637	1.985.304	2.642.295
Resultados Financeiros	(596.558)	(835.755)	(167.451)
Resultados Antes de Impostos	112.357	68.080	95.944
Resultado Liquido do Exercício	50.601	54.982	68.000
CashCost Abastecimento de Água	0,48	0,47	0,43
CashCost Águas Residuais	nd	nd	nd
Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	265	271	197
Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	78	107	66

INDICADORES GESTÃO

	2013	2012	2011
Solvabilidade (CP/P)	0,92%	1,24%	1,26%
Autonomia Financeira (CP/ATL)	0,91%	1,23%	1,24%
Endividamento (P/ATL)	99%	99%	99%
Liquidez Geral (AC/PC)	44%	52%	71%
Estrutura do Endividamento (P.c/P)	63%	71%	52%

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Operação dos Sistemas

Em matéria de Operação dos Sistemas, o ano de 2013 foi marcado pelo início da operação dos sistemas dos municípios de Arraiolos e Montemor o Novo, matéria que já vinha sendo preparada desde 2011, com avanços e recuos sucessivos, tendo finalmente os dois municípios decidido entregar os seus sistemas em "alta" à AgdA para serem por ela operados.

Subsiste ainda o município de Ferreira do Alentejo, que ainda não se disponibilizou a entregar os seus sistemas em "alta" à AgdA, apesar dos esforços continuados efetuados nesse sentido pela empresa.

Relativamente à Qualidade do serviço prestado em 2013 importa destacar a melhoria significava observada na qualidade da água de abastecimento fornecida em "alta". A AgdA, SA desenvolveu ao longo de 2011, 2012 e 2013 uma estratégia no sentido de reduzir o número de incumprimentos de valor paramétrico, dotando os sistemas mais problemáticos de equipamento de tratamento adequado, sempre que possível, ainda que com soluções de curto prazo, para obter resultados operacionais mesmo antes da execução dos investimentos de fundo previstos.

Face às melhorias efetuadas nos sistemas e ao grande empenho das equipas de operação, conseguiu-se em 2013 reduzir para 55 os 98 incumprimentos verificados em 2012, conseguindo-se assim atingir um Índice de Qualidade de 99.44%, correspondendo a Água Segura.



Plano de Investimentos

O desenvolvimento do plano de investimentos do SPPIAAlentejo, foi muito condicionado em 2011 e 2012 devido ao congelamento dos investimentos públicos que se verificaram nestes anos, com naturais reflexos no investimento realizado.

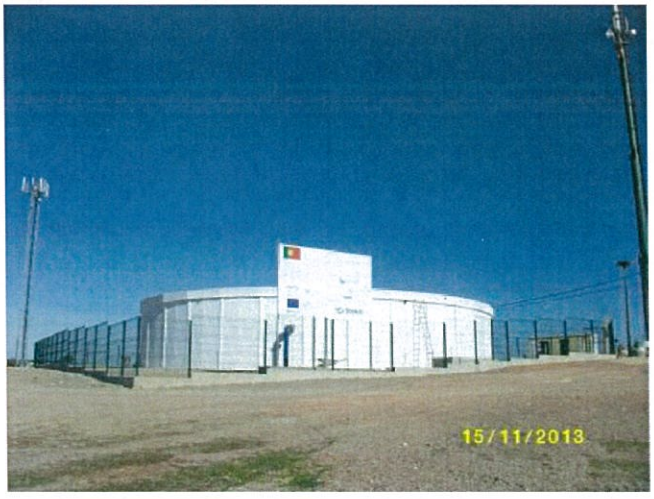
Em todo caso, há que salientar que a partir de outubro de 2012, com a aprovação do PAI - Plano de Atividades e Investimento, houve autorização para adjudicar uma série de empreitadas cujos processos de concurso já tinham decorrido em 2011.

Foi no entanto em 2013, que foi dado o grande salto na implementação do plano de investimentos do Sistema, entrando-se verdadeiramente em velocidade de cruzeiro. Assim se justifica o volume de concursos, contratos e empreitadas que foram desenvolvidos ao longo do ano.

No que concerne ao investimento em infraestruturas de abastecimento de água, foram lançados 11 concursos públicos para novas empreitadas e assinados 9 contratos para execução de grandes empreitadas, estas no montante total de 11,5 milhões de euros e envolvendo os seguintes projetos

- ✓ Adução a Grândola;
- ✓ Reservatórios do Enxoé;
- ✓ Conceção/construção da ETA do Monte da Rocha;
- ✓ Reservatório de Água Derramada - Melhoria Estrutural;
- ✓ Execução de desvio de conduta de abastecimento a Santa Bárbara de Padrões;
- ✓ Ampliação do Reservatório da Atalaia;
- ✓ Abastecimento de Água a Garvão e Panóias;
- ✓ Conceção/construção da ampliação e reabilitação da ETA da Rabaça;
- ✓ Construção da Conduta Adutora ETA do Alvito - Reservatório da Forca.

Durante o ano em análise foram geridas 7 grandes empreitadas, das quais uma foi concluída, o Reservatório da Amareleja.



No que diz respeito ao investimento em infraestruturas de saneamento, foram lançados 4 concursos públicos e assinados 5 contratos de grandes empreitadas cujo montante ascende a cerca de 16 milhões de euros, envolvendo os seguintes projetos:

- ✓ Conceção - Reabilitação/Construção da ETAR de Vendas Novas;
- ✓ Conceção/construção da ETAR de Castro Verde e Ourique;
- ✓ Conceção/construção da ETAR de Almodôvar e Aljustrel;
- ✓ Conceção/construção da ETAR de Beja;
- ✓ Sistema Intercetor de Beja;

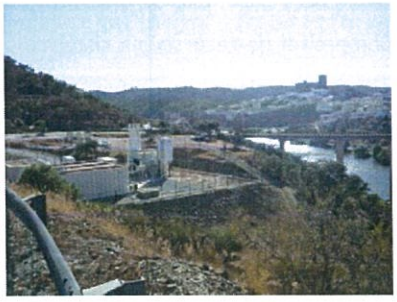
Durante o ano em análise foram geridas 11 grandes empreitadas na área do saneamento, das quais três foram concluídas, designadamente:

- ✓ ETAR de Milfontes;
- ✓ ETAR de Mértola;
- ✓ ETAR de Alcácer do Sal.

ETAR de Milfontes



ETAR de Mértola



ETAR de Alcácer do Sal



No cômputo geral, o ano de 2013 foi marcado por um forte avanço na implementação do plano de investimento, tendo-se efetuado adjudicações que objetivam a realização de cerca de 30 milhões de euros. Importa referir que parte desse investimento, apesar de adjudicado e contratualizado ainda em 2013, terá parcialmente realização física e financeira em 2014.

É assim que a 31 de dezembro, e em matéria de abastecimento, entre empreitadas concluídas, em curso e adjudicadas, atinge-se os 67% do investimento total. Relativamente à área de saneamento, entre empreitadas concluídas, em curso e adjudicadas, atinge-se os 84% do investimento total.

Manutenção de infraestruturas

Merece uma menção especial o esforço e empenho desenvolvido na área da manutenção de infraestruturas que tem vindo a ser desenvolvido desde 2011. Nesta matéria não pode ser esquecido o facto de a AgdA ter começado a operar os sistemas ainda antes de concretizar o seu plano de investimentos, utilizando para tal um conjunto muito vasto de infraestruturas recebidas dos municípios. Algumas delas com o prazo de vida útil largamente ultrapassado e em muito degradado estado de conservação, abrangendo, só em Sistemas de abastecimento de água, cerca de um milhar de instalações pontuais ETA´s, EE's, Reservatórios e Captações, bem como perto de 900 km de condutas.

O conhecimento adquirido das instalações e a capacidade de intervenção em tempo útil, foram já uma realidade em 2013, permitindo que as ocorrências de rotura nas condutas deixassem de ser um pesadelo como o eram na conduta do Roxo para Beja, ou até mesmo em situações mais complexas como a que ocorreu na EE da ETA do Enxoé, em Junho de 2013.

Relata-se a ocorrência grave verificada na EE do Enxoé em 15 de junho, um sábado, que conduziu à paragem dos dois grupos eletrobomba operacionais existentes nesta Estação Elevatória, devido a curto circuito, na sequência de um rebentamento de uma junta hidráulica. A paragem da EE impediu o abastecimento em alta à quase totalidade do município de Serpa e da vila de Mértola, colocando em risco o abastecimento às populações. Analisado tecnicamente o problema, e não havendo motores disponíveis para substituir os avariados, via que foi prosseguida durante o dia de domingo, foi decidido instalar um grupo submersível de recurso, na cisterna, para injetar caudal na conduta elevatória. Esta operação foi levada a cabo durante a noite de domingo para 2ª feira, o que conjugado com as reservas existentes, o complemento dos furos de Serpa e ainda algum transporte de água por autotanque permitiu que a população não tivesse sentido quebra de abastecimento. Saliente-se que esta intervenção obrigou a instalar um troço de conduta alternativo em aço com cerca de 50m, instalação da bomba submersível e de adaptações no quadro elétrico. A equipa de intervenção, desde operadores a técnicos superiores acompanhou a operação durante mais de 36 horas seguidas.



A – RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

MISSÃO

No âmbito da sua Missão, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo), em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

Proporcionar aos clientes, os serviços de suporte comuns que são necessários ao seu funcionamento, de forma eficiente e a preços competitivos, potenciando a obtenção de economias de escala, disponibilizando soluções tecnologicamente avançadas, incorporando boas práticas de gestão e contribuindo decisivamente para a prossecução dos objetivos da empresa nas diferentes áreas de atuação.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

VISÃO

A AgdA pretende ser reconhecida como empresa de referência, pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com características especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional.

VALORES

A AgdA assume como valores:

- ✓ Espírito de Servir;
- ✓ Excelência;
- ✓ Integridade;
- ✓ Responsabilidade;
- ✓ Rigor.

PRINCÍPIOS

A AgdA rege-se pelos seguintes princípios:

- ✓ Respeito e proteção dos direitos humanos;
- ✓ Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- ✓ Luta contra a corrupção;
- ✓ Erradicação de todas as formas de exploração;
- ✓ Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- ✓ Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- ✓ Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

POLÍTICAS

A AgdA está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como o tratamento de águas residuais, aos 21 municípios, de um modo responsável, ambientalmente sustentável integrado num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre, clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Assim, num quadro de sustentabilidade económica e social a Águas Públicas do Alentejo, S.A. pretende:

- ✓ Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, restantes partes interessadas e comunidade;
- ✓ Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização;
- ✓ Promover a ecoeficiência das suas atividades de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, de matérias-primas e de energia e promovendo a reutilização de reciclagem;
- ✓ Avaliar as implicações ambientais da atividade;
- ✓ Avaliar e controlar continuamente a Higiene e Segurança, promovendo a identificação, a avaliação e o controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e das instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, pela implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
- ✓ Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
- ✓ Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso com o SRE - Sistema de Responsabilidade Empresarial;
- ✓ Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação, pela sua formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais, em conformidade com os requisitos da norma SA 8000;
- ✓ Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP.

POSICIONAMENTO E ESTRATÉGIA ADOTADA

Através de um investimento inicial de 227 milhões de euros, a realizar 85,6 Milhões de euros até junho de 2015, comparticipado em 70% por fundos comunitários, a AgdA pretende:

- ✓ Promover a conceção, reparação, renovação, construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários, assegurando o abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, 250.000 habitantes, em 18,5% do território nacional;
- ✓ Garantir de forma regular, contínua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para o consumo público;
- ✓ Garantir de forma regular, contínua e eficiente, a recolha e o tratamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
- ✓ Melhorar a saúde pública e o bem-estar das populações;
- ✓ Aumentar o emprego local;
- ✓ Proteger o ambiente;
- ✓ Promover e assegurar a sustentabilidade económico-financeira da empresa;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento da região e o ordenamento do território;
- ✓ Dotar os colaboradores de competências que contribuam para a excelência dos serviços prestados;
- ✓ Obter a certificação nas áreas da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social.

2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS

De acordo com os compromissos assumidos na sua política, missão e visão, a AgdA tem vindo a desenvolver e a adotar vários regulamentos que serão, num futuro próximo, incluídos no Sistema de Gestão Integrada a implementar pela empresa.

A AgdA dispõe já de um vasto conjunto de regulamentos aprovados em Conselho de Administração e disponibilizados aos colaboradores da empresa, destacando-se:

- ✓ Código de Conduta e Ética;
- ✓ Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- ✓ Manual de acolhimento a novos funcionários;
- ✓ Regulamento de atribuição e utilização de viaturas;
- ✓ Regulamento para atribuição de patrocínios, subsídios e donativos;
- ✓ Regulamento das condições de afluência de águas residuais às infraestruturas do SPPIAAlentejo;
- ✓ Regulamento de admissibilidade de lamas e efluentes de fossas sépticas nas infraestruturas de saneamento do SPPIAAlentejo.

3. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES

Procedimentos Adotados em Matéria de Aquisição de Bens e Serviços

Durante o exercício de 2013 a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria.

Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas

TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	2013 Rendimentos	2013 Gastos	2012 Rendimentos	2012 Gastos
AdP SGPS, S.A.	0	960.587	0	969.595
AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão de Águas Publicas do Alentejo	0	109.195	0	98.270
AdP Serviços Ambientais, S.A.	0	485.907	0	353.953
AdA - Águas do Algarve, S.A.	0	110.293	0	60.040
AdSA - Águas de Santo André, S.A.	0	146.503	0	14.411
Simarsul, S.A.	0	49.367	0	0
AdCA - Águas do Centro Alentejo, S.A.	79.763	5.693	0	0
Valnor, S.A.	0	65	0	0

O relacionamento da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. com a unidade de serviços partilhados, a AdP Serviços Ambientais, S.A. funciona com base numa relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A..

Universo das Transações que não Tenham Ocorrido em Condições de Mercado

Não ocorreram transações sem que tenham sido em condições de mercado.

Lista de Fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos de Serviços Externos

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) ou mais de 5% do universo dos Fornecimentos e Serviços Externos da empresa durante no exercício de 2013.

TRANSACÇÕES RELEVANTES SUPERIOR A 5% FSE

	2013	%
AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	485.907	7%
EDP Serviços Universais, S.A.	571.835	8%
EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	1.394.067	20%

3.1. Informação sobre Contratos de Prestação de Serviços

Em matéria de contratação pública, cumpre assinalar que na atividade desenvolvida pela AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. foi implementada a orientação vertida no Despacho n.º 438/10 - SETF, de 10 de maio de 2010, em cumprimento do estabelecido no Ofício Circular n.º 6132, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 6 de agosto de 2010, que determina que nos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a € 125.000 (cento e vinte e cinco mil euros) devem ser cumpridas as seguintes formalidades:

- ✓ A adjudicação deve ser precedida de justificação da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objetivos que se pretende alcançar;
- ✓ Os resultados obtidos sejam objeto de avaliação;
- ✓ Os desvios quanto à realização temporal e financeira sejam justificados.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2013 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

Em cumprimento do disposto no artigo 472.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, até 31 de março de 2014 será submetido à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., o reporte estatístico relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos celebrados pela AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. no ano de 2013.

TRANSAÇÕES RELEVANTES > € 125.000

Designação do Contrato	Empresa	Valor Adjudicado
Prestação de Serviços de Fiscalização das ETAR de Almodôvar, Aljustrel, Castro Verde e Ourique	Consulgal	171.280

4. MODELO DE GOVERNO

O governo da sociedade distingue-se pela relação responsável e transparente entre acionistas, órgãos sociais e todos os *stakeholders*.

O modelo de governo visa a transparência e a eficácia e um dos seus objetivos principais é a separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Enquanto o Conselho de Administração tem funções de supervisão, de controlo, de acompanhamento de questões estratégicas e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais, as funções de Administrador Executivo são delegadas pelo Conselho de Administração e são de natureza operacional, consistindo na gestão corrente das unidades de negócio e dos serviços corporativos.

4.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral:

Presidente: Câmara Municipal de Castro Verde, representada pelo Arqt.º Francisco José Caldeira Duarte
Vice-Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes
Secretária: Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

Na Assembleia Geral da AgdA, que teve lugar no dia 26 de março de 2010, foi ratificada a cooptação do Dr. José António da Silva Mestre e Dr. Jorge Pulido Valente, para Vogais do Conselho de Administração para o triénio 2009/2011, tendo passado o Conselho de Administração a ter a seguinte composição:

Presidente: Dr. Joaquim Marques Ferreira
Vogal Executivo: Eng.º João Manuel da Silva Costa
Vogal: Dr. José António da Silva Mestre
Vogal: Dr. Jorge Pulido Valente *(*)*
Vogal: Dr. José Maria Rodrigues Figueira *(*)*

Importa referir que apesar de terminado o 1º mandato, não foram ainda eleitos os Órgãos Sociais para o Mandato de 2012-2014 pelo que se mantêm em funções os Órgãos Sociais do 1º Mandato.

(*) No que diz respeito aos vogais Dr. Jorge Pulido Valente e Dr. José Maria Rodrigues Figueira, ambos apresentaram carta de renúncia aos cargos exercidos em outubro de 2013.

A 31 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração da AgdA tinha a seguinte composição:

Presidente do Conselho de Administração



Dados Pessoais:

Dr. Joaquim Marques Ferreira
Nasceu a 18 de abril de 1954

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência Profissional:

Iniciou a sua atividade profissional em 1972, na Câmara Municipal de Lisboa, onde desempenhou funções como Técnico. Desempenhou ainda estas funções na Secretaria de Estado do Orçamento e na Secretaria de Estado do Ambiente. Foi Presidente do ICN entre 1987 e 1995. Foi Presidente da Comissão Nacional da REN entre 1992 e 1995. Foi Administrador da EDIA entre 1996 e 1998. Foi Coordenador dos Planos de Bacias Hidrográficas entre 1999 e 2001 e Cocoordenador do Plano Nacional da Água. Coordenou o grupo de trabalho do Projeto da Lei-Quadro da Água entre 2002 e 2004. Entre 2002 e 2005, foi Presidente do Conselho de Administração da EDIA.
Atualmente desempenha funções como Presidente do Conselho de Administração das empresas Águas do Norte Alentejano, S.A., Águas de Santo André, S.A., Águas Públicas do Alentejo, S.A., Águas do Algarve, S.A. e Simarsul, S.A.

Administrador Vogal Executivo



Dados Pessoais:

Eng.º João Manuel da Silva Costa
Nasceu a 13 de agosto de 1954

Habilitações Literárias:

Licenciado em Engenharia Civil e Pós-graduação em Hidráulica e Recursos Hídricos pelo Instituto Superior Técnico.

Experiência Profissional:

Iniciou a sua atividade em 1980 como Assistente do Instituto Superior Técnico.
Exerceu também as seguintes funções: Diretor de Serviços do Centro de Investigação do Ambiente da Direção Geral da Qualidade do Ambiente nos anos de 1986 a 1990; Perito destacado na DGXI da Comissão das Comunidades Europeias em Bruxelas nos anos de 1990 a 1992; Diretor Regional de Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo de 1992 a 1996; Diretor de Projeto da FBO Consultores de 1998 a 2001; Presidente do Instituto da Conservação da Natureza de 2002 a 2004; Administrador Executivo de empresas do Grupo Águas de Portugal desde 2004, nomeadamente, Águas de Santo André, S.A, Águas do Norte Alentejano, S.A.
Atualmente exerce funções de Administrador Executivo da empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A..

Administrador Vogal não Executivo



Dados Pessoais:

Dr. José Mestre
Nasceu a 03 dezembro de 1959

Habilitações Literárias:

Bacharelato em Contabilidade e Administração no Instituto Militar Pupilos do Exercito, Licenciatura em Economia pela Universidade Lusófona.

Experiência Profissional:

Iniciou a sua atividade como Auditor, na Rodoviária Nacional em 1982 tendo exercido várias funções de Direção e Administração nos CTT, CLIMAX, EIP, SMM e MATESICA.
Em 2001 ingressou no Grupo AdP, exercendo funções de administração e direção em várias empresas: Electra, Águas de Moçambique, AdP Serviços, Águas do Zêzere e Côa, Águas do Centro (não executivo), Águas Públicas do Alentejo (não executivo).
Desde abril de 2008 exerce funções na Águas do Algarve, S.A., como Administrador Executivo.

Fiscal Único

Nos termos do n.º 1 do artigo 24º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

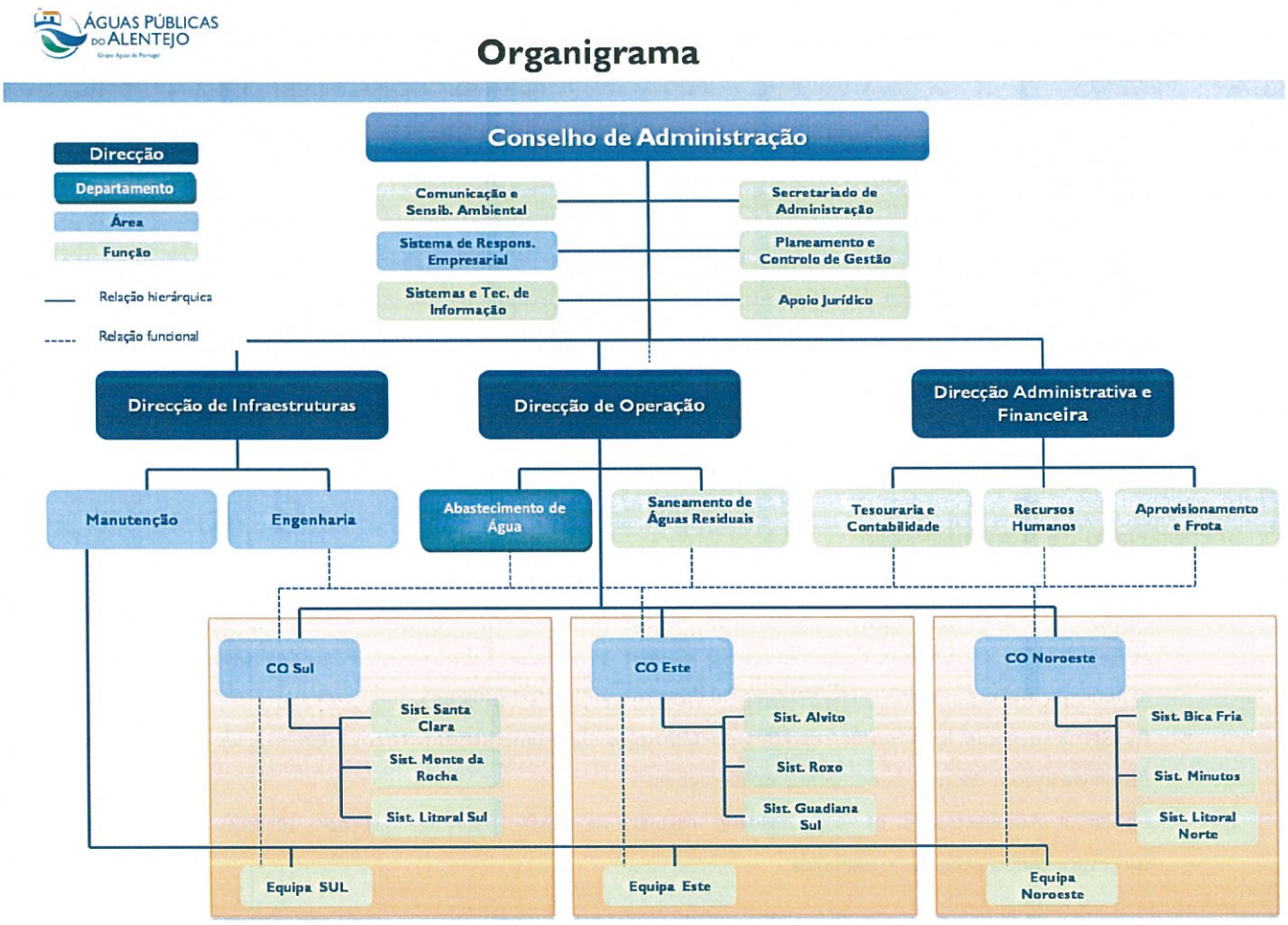
Importa referir que apesar de terminado o 1º mandato, não foram ainda eleitos os Órgãos Sociais para o Mandato de 2012-2014 pelo que se mantêm em funções os Órgãos Sociais do 1º Mandato.

Para o mandato de 2009/2011, e na sequência da deliberação da Assembleia Geral de dia 26 de março de 2010, foi eleito um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente.

Efetivo: Sociedade Alves da Cunha, A Dias & Associados, SROC, representada por Dr. José Duarte Assunção Dias
Suplente: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

4.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para o correto exercício das suas funções, a AgdA dispõe de um conjunto de órgãos funcionais para apoio à gestão da empresa. Estes órgãos operacionais e de *staff* apresentam a seguinte estrutura organizacional:



Comunicação e Sensibilização Ambiental

- ✓ Elaboração do plano de comunicação da empresa e coordenação da comunicação interna e externa;
- ✓ Gestão das iniciativas de comunicação institucional da empresa e das relações com os órgãos de comunicação social;
- ✓ Definição, em articulação com as entidades parceiras, dos standards de imagem da empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações;
- ✓ Implementação de atividades de comunicação de âmbito escolar e de sensibilização ambiental de acordo com a estratégia de comunicação e imagem da empresa.

Sistema Responsabilidade Empresarial

Órgão a quem cabe promover e coordenar as atividades relativas às obrigações do sistema de gestão da qualidade, ambiente, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do Contrato de Parceria e dos compromissos assumidos pela empresa, nomeadamente:

- ✓ Conceção, implementação e gestão do Programa de Controlo de Qualidade da Água e Autocontrolo das ETAR;
- ✓ Conceção, implementação e gestão do Programa de Monitorização de Massas de Água que constituem origens para abastecimento público;
- ✓ Articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente no licenciamento de pesquisa e captações de águas para abastecimento público, rejeição de águas residuais e ocupação de domínio público hídrico;
- ✓ Recolha, Análise e Reporte de indicadores de qualidade do serviço e de sustentabilidade;
- ✓ Análise e Reporte do cumprimento dos Contratos de Gestão, de Fornecimento e do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- ✓ Ligação aos Clientes no que respeita à qualidade do produto e do serviço prestado;
- ✓ Garantir as condições de higiene e segurança dos colaboradores da empresa.

Secretariado de Administração

- ✓ Velar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do presidente do Conselho de Administração, em matéria de elaboração e arquivo de atas do Conselho de Administração, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos;
- ✓ Assegurar o apoio logístico às reuniões do Conselho de Administração e aos membros do Conselho de Administração e difundir as respetivas deliberações;
- ✓ Apoiar a Administração na sua atividade regular, na gestão das agendas dos administradores e da correspondência recebida e expedida.

Planeamento e Controlo de Gestão

- ✓ Desenvolvimento de modelos de controlo de gestão;
- ✓ Elaboração de candidaturas de investimentos e financiamentos;
- ✓ Consolidação dos inputs das diferentes áreas para elaboração do orçamento de exploração;
- ✓ Controlo da execução do orçamento de gestão, identificação e investigação de desvios.

Apoio Jurídico

- ✓ Elaborar pareceres / interpretações sobre a aplicação do contrato de gestão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos;
- ✓ Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação;
- ✓ Resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada.

Sistemas de Tecnologia de Informação

- ✓ Órgão com a responsabilidade de assegurar a operacionalidade e adequação dos equipamentos informáticos e de comunicação, de acordo com as necessidades colocadas pelas áreas da empresa;
- ✓ Assegurar a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados;
- ✓ Assegurar o cumprimento da legislação vigente em termos de licenciamento de software.

Direção de Infraestruturas

- ✓ Propor a política de manutenção da empresa e executar os programas de manutenção preventiva e curativa de todo o sistema;
- ✓ Monitorizar os consumos energéticos da empresa e desenvolver um plano de eficiência energética;
- ✓ Acompanhar o Plano de Investimentos de novas obras, de obras de ampliação e reabilitação de infraestruturas, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade;
- ✓ Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso.

Direção de Operação

- ✓ Coordenação das ações de operação e comando da captação, tratamento, adução e abastecimento de água para consumo incluindo a coordenação geral dos centros de operação, servindo clientes municipais;
- ✓ Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento, rejeição e medição de efluentes, incluindo a coordenação geral dos centros de operação nas ETAR, servindo clientes municipais;
- ✓ Coordenação da gestão de resíduos;
- ✓ Execução de estudos para melhoria do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
- ✓ Telegestão;
- ✓ Gestão do parque de equipamentos de medição de caudal.

Direção Administrativa e Financeira

- ✓ Participação na preparação dos planos a médio e longo prazo para a empresa, com incidência na estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos;
- ✓ Assegurar a gestão financeira da empresa;
- ✓ Assegurar a contabilidade geral e analítica;
- ✓ Elaboração e execução do orçamento da empresa e sua atualização;
- ✓ Assegurar a gestão patrimonial dos bens da empresa, bem como o direito de utilização das infraestruturas municipais;
- ✓ Gestão dos processos inerentes às relações do trabalho;
- ✓ Gestão de processos de aquisição de bens e serviços e gestão do parque automóvel da empresa.

5. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS

Com efeitos a 1 de abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato 2009-2011	Presidente	Vice-Presidente [1]	Secretário [1]
Ano de 2013 [2]			
1.1. Senhas de presença [3]	0	415	276
1.2. Redução remuneratória [4]	0	0	0
1.3 Remuneração anual efetiva	0	415	276

Legenda

(1) - Valores a faturar pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.
(2) - Não foram eleitos os Corpos Gerentes para o Mandato de 2012-2014 pelo que se mantêm em funções os Corpos Gerentes do 1º Mandato
(3) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado
(4) - Decorrente da aplicação da Lei 55-A/2010

O montante total das remunerações correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e estabelecidas para o conjunto dos membros do órgão de administração da sociedade, foi o seguinte:

FISCAL ÚNICO

Mandato 2009-2011	2013	2012
Ano de 2013 [1]		
Sociedade Alves da Cunha, A Dias & Associados, SROC		
1.1. Remuneração anual auferida	8.000	8.000
1.2. Redução remuneratória [2]	0	0
1.3 Remuneração anual efetiva	8.000	8.000

Legenda

(1) - Não foram eleitos os Corpos Gerentes para o Mandato de 2012-2014 pelo que se mantêm em funções os Corpos Gerentes do 1º Mandato
(2) - Decorrente da Aplicação da Lei 55-A/2010

AUDITOR EXTERNO

Mandato 2009-2011	2013	2012
Ano de 2013 [1]		
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.		
1.1. Remuneração anual auferida	11.700	11.700
1.2. Redução remuneratória [2]	0	0
1.3. Remuneração anual efetiva	11.700	11.700

Legenda

[1] - Não foram eleitos os Corpos Gerentes para o Mandato de 2012-2014 pelo que se mantêm em funções os Corpos Gerentes do 1º Mandato
[2] - Decorrente da Aplicação da Lei 55-A/2010

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato 2009-2011	Presidente Não Executivo [1]	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo [3]	Vogal Não Executivo [3]	Vogal Não Executivo [3]
Ano de 2013 [2]					
Mandato	1	1	1	1	1
Adaptado ao EGP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1+2+3+4)	14.557	64.007	11.645	0	0
OPRLO	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade de Origem	AdP SGPS	AdP SGPS	AdP SGPS	AMGAP	AMGAP
Entidade Pagadora	AdP SGPS	AgdA	AdP SGPS	AMGAP	AMGAP
1.1. Remuneração anual	17.025	56.023	13.620	0	0
1.2. Despesas de representação (anual)	0	15.910	0	0	0
1.3. Senha de presença (valor anual)	0	0	0	0	0
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	(851)	(3.077)	(681)	0	0
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	(1.617)	(6.458)	(1.294)	0	0
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0	0	0	0	0
1.7. Reduções de anos anteriores	0	0	0	0	0
1. Remuneração anual efetiva líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	14.557	62.398	11.645	0	0
2. Remuneração variável	0	0	0	0	0
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0	0	0
4.1. Outros subsídio de deslocação	0	0	0	0	0
4.2. Outros subsídio de refeição	0	1.609	0	0	0
4. Tota de outros	0	1.609	0	0	0
Encargos com benefícios sociais					
Regime de proteção social (ADSE/CGA)	0	11.147	0	0	0
Seguros de saúde	0	1.259	0	0	0
Seguros de vida	0	1.104	0	0	0
Seguro de acidentes pessoais	0	0	0	0	0
Outros (indicar)	0	0	0	0	0
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	S	N	S	S	S
Entidade (identificar)	AdP SGPS		AdA, S.A.	Município de Beja	Município de Vendas Novas
Remuneração anual	na		na	na	na

Legenda

(1) Valores faturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.;
(2) Não foram eleitos os Corpos Gerentes para o Mandato de 2012-2014 pelo que se mantêm em funções os Corpos Gerentes do 1º Mandato
(3) Exerceram funções no Conselho de Administração da AgdA até outubro de 2013

Parque Automóvel	Presidente Não Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo [1]	Vogal Não Executivo [1]
Mandato	1	1	1	1	1
Modalidade de utilização	na	AOV	na	na	na
Valor de referência da viatura nova	na	32.864	na	na	na
Ano inicio	na	2010	na	na	na
Ano termo	na	2014	na	na	na
N.º prestações (se aplicável)	na	48	na	na	na
Valor residual	na	17.840	na	na	na
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	na	660/7.921	na	na	na
Combustível gasto com a viatura * (2)	na	249	na	na	na
Plafond anual combustível atribuído (3)	na	5.461	na	na	na
Outros (portagens / reparações / seguro)	na	2.511	na	na	na
Legenda					
* diferencial entre (2) e (3) relativo a deslocações profissionais [1] Exerceram funções no Conselho de Administração da AgdA até outubro de 2013					

Outras regalias e compensações	Presidente Não Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo [1]	Vogal Não Executivo [1]
Mandato	1	1	1	1	1
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	na	80	na	na	na
Gastos anuais com comunicações móveis	na	826	na	na	na
Outras (indicar)	na	0	na	na	na
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	na	Sim	na	na	na
Legenda					
[1] Exerceram funções no Conselho de Administração da AgdA até outubro de 2013					

Gastos c/ deslocações	Presidente Não Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo [1]	Vogal Não Executivo [1]
Mandato	1	1	1	1	1
Custo total anual c/ viagens	na	0	na	na	na
Custos anuais com alojamento	na	0	na	na	na
Ajudas de custo	na	0	na	na	na
Outras (indicar)	na	0	na	na	na
Legenda					
[1] Exerceram funções no Conselho de Administração da AgdA até outubro de 2013					

6. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE

Ciente da responsabilidade assumida enquanto entidade gestora de um sistema de abastecimento e de saneamento que serve cerca de 250 mil habitantes em 21 municípios, a AgdA tem pautado a sua atuação pela gestão eficiente dos recursos de que dispõe, visando a eficiência económica, sempre sem descurar as componentes social e ambiental.

A estratégia de sustentabilidade da AgdA tem vindo a ser desenvolvida desde 2010, ano em que começou a operar os primeiros sistemas, e tem sido baseada no desenvolvimento de simbioses com o ambiente, acionistas, colaboradores e comunidade, à semelhança dos princípios adotados pelo Grupo AdP.

Nas atividades desenvolvidas em 2013, a AgdA teve sempre presente os seguintes objetivos estratégicos:

- ✓ Garantir de forma regular, continua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
- ✓ Promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;
- ✓ Assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira do setor;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento regional e para o ordenamento do território.

Simbiose com o Ambiente

Nesta primeira fase de desenvolvimento em que se encontra, a empresa tem vindo a atuar gradualmente na minimização de impactes ambientais, nomeadamente:

- ✓ Na área energética, com:
  - ✓ Instalação de painéis solares nas novas instalações;
  - ✓ Adequação dos contratos de energia que transitaram dos municípios à realidade dos consumos verificados nas instalações;
  - ✓ Aquisição de equipamentos com certificação energética adequada;
  - ✓ Sensibilização dos colaboradores para a utilização de equipamentos de ar condicionado, aquecimento e iluminação;
  - ✓ Gestão de consumos privilegiando sempre que possível o horário de vazio na utilização da energia elétrica;
  - ✓ Na gestão do recurso água;
  - ✓ Redução de perdas;
  - ✓ Melhoria da qualidade da água de abastecimento produzida;
  - ✓ Melhoria da qualidade da água rejeitada para o meio hídrico.

Não obstante estes aspetos, outros têm sido igualmente tidos em conta, particularmente no que respeita aos consumíveis de escritório:

- ✓ Impressão, por defeito, em modo económico e a preto e branco;
- ✓ Utilização de meios eletrónicos (e-mail, gestão documental) para divulgação de documentos;
- ✓ Disponibilização de documentos em formato digital nas reuniões de Conselho de Administração;
- ✓ Incentivo à não impressão através da mensagem de rodapé dos e-mails;
- ✓ Limitação do número de impressões a cores por colaborador.

Simbiose com os Colaboradores:

A AgdA considera o capital humano o fator dinamizador do sucesso e decisivo para a contínua excelência do serviço, tendo como principais desafios a igualdade de oportunidades, a avaliação de desempenho, a formação, o desenvolvimento de competências e a higiene, saúde e segurança no trabalho.

Neste sentido a AgdA tem proporcionado:

- ✓ Redução de riscos de acidentes de trabalho;
- ✓ Formação em áreas de Higiene e Segurança no Trabalho;
- ✓ Prevenção das dependências em meio laboral.

A AgdA deu continuidade ao protocolo de colaboração assinado com a CGTP-IN, STAL (Beja), Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT) e Centro de Respostas Integradas de Beja (CRI) com vista à implementação do projeto EURIDICE.

Este é um projeto de intervenção a nível europeu e tem como objetivo genérico a prevenção e a intervenção nos problemas ligados ao consumo de substâncias psicoativas em meio laboral, através de medidas e ações adequadas à organização. Garantindo sempre a confidencialidade em todas as fases do projeto, a AgdA juntamente com os restantes parceiros do projeto, pretende: promover hábitos de vida saudáveis; modificar atitudes, comportamentos e fatores de risco; diminuir o consumo de tabaco, álcool e outras substâncias; prevenir e intervir em dependências de tabaco, álcool e outras drogas; proporcionar um aumento de conhecimento dos perigos de consumo de substâncias associadas à dependência e promover a criação de um clima social e de trabalho saudável.

Com estas medidas, a AgdA acredita vir a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores e para a garantia de um ambiente de trabalho seguro.

Simbiose com a Comunidade:

A AgdA pretende garantir um serviço público cada vez mais abrangente e de qualidade elevada, investindo na relação com os stakeholders, com as comunidades locais e com os fornecedores e apostando na investigação.

- ✓ Aumentar a fiabilidade e qualidade do serviço público prestado:
  - ✓ Águas de Abastecimento:
    - ✓ Plano de Controlo de qualidade da água aprovado pela ERSAR;
    - ✓ Plano interno de controlo de parâmetros críticos;
    - ✓ Plano de higienização de reservatórios.
  - ✓ Águas Residuais:
    - ✓ Plano de controlo de qualidade de acordo com as licenças de descarga;
    - ✓ Planos de monitorização de linhas de água críticas.
- ✓ Dinamizar o tecido empresarial e o emprego regional;
- ✓ A AgdA associou-se à iniciativa do grupo AdP no envio de postais eletrónicos no Natal no apoio a projetos e instituições de solidariedade, nomeadamente:
  - ✓ a ACREDITAR, na área do apoio a crianças com cancro e seus familiares;
  - ✓ as Aldeias de Crianças SOS, na área do apoio a crianças em situação de risco;
  - ✓ a Associação Novos Rostos…Novos Desafios, na área de apoio à redução de riscos e no combate à pobreza;
  - ✓ a Buganvília, na área de apoio a crianças desfavorecidas.

Como parte da estratégia de responsabilidade social interna, parte da verba angariada com o envio dos cartões de Natal é direcionada para a atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior aos filhos dos colaboradores do grupo Águas de Portugal que evidenciem dificuldades financeiras e que tenham tido um aproveitamento escolar excelente.

- ✓ Ações de sensibilização ambiental;
- ✓ Comemoração de dias temáticos;
- ✓ Participação em feiras municipais / regionais.

Simbiose com os Acionistas:

Garantir a sustentabilidade económica da empresa e a criação de valor para os acionistas e demais partes interessadas, assegurando o desenvolvimento do negócio e cumprindo as metas traçadas é um objetivo da AgdA.

Neste sentido, na sua atividade, a AgdA preocupa-se em promover a transparência dos modelos de gestão, nomeadamente através:

- ✓ Código de Conduta e Ética, em que assume o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade pela defesa e proteção do meio ambiente e transparência nas suas relações com o exterior;
- ✓ Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, onde são identificadas potenciais áreas de risco.

Para o controlo dos modelos de gestão existem vários mecanismos internos e externos, com destaque para os seguintes:

- ✓ Auditorias às contas por entidades externos e pela holding;
- ✓ Certificação legal das contas;
- ✓ Auditorias ao contrato de gestão, contrato de parceria e contratos de fornecimento e recolha pela holding;
- ✓ Auditorias de avaliação da qualidade do serviço pela ERSAR;
- ✓ Auditoria ao cumprimento do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas pela holding;
- ✓ Inspeções ambientais (IGAMAOT);
- ✓ Inspeções anuais ao cumprimento do Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, pela ERSAR.

A AgdA reporta anualmente à holding os indicadores de sustentabilidade, através dos quais a empresa analisa o seu desempenho através dos indicadores da Global Reporting Initiative (GRI), e publicará em 2014 o Relatório de Sustentabilidade relativo a 2013 o qual será disponibilizado na página web da empresa, em formato digital às partes interessadas.

7. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

Caracterização geral

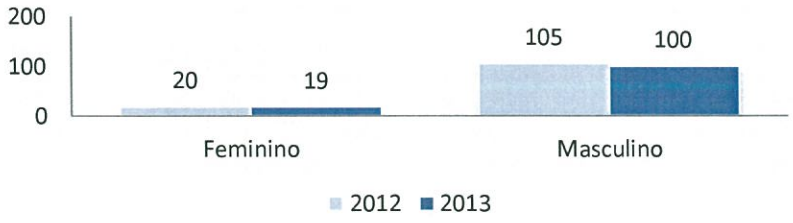
O capital humano é um dos ativos da empresa tendo à data de 31 de dezembro de 2013 atingido o número 119 colaboradores .

Ao número de colaboradores acima referido deverá acrescentar-se 5 Administradores, dos quais apenas 1 é Administrador Executivo.



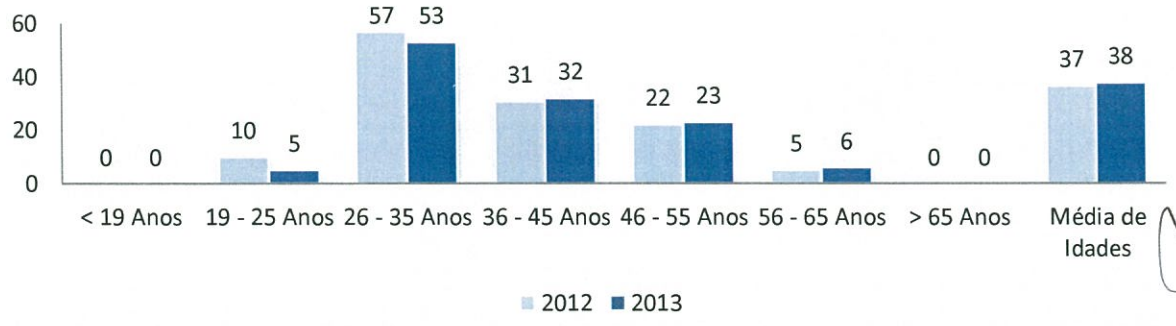
Distribuição dos colaborador por sexo

O quadro de pessoal da AgdA é maioritariamente constituído de colaboradores do sexo masculino, dado que se relaciona com a atividade operacional exercida.



Estrutura etária

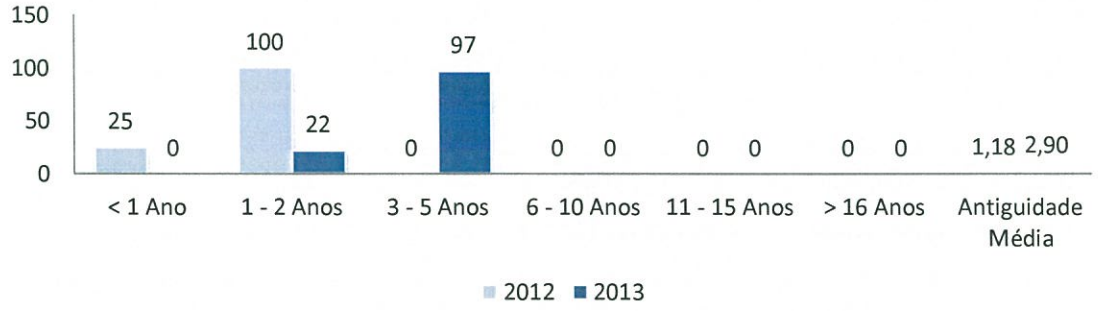
No final de 2013 as idades dos colaboradores variavam entre os 22 e os 65 anos de idade, localizando-se a média etária nos 38 anos, conforme se pode verificar no gráfico seguinte:



Antiguidade na empresa

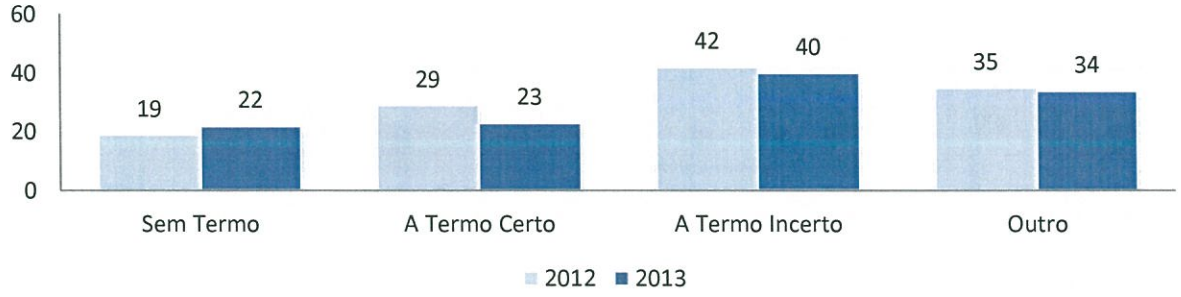
A AgdA iniciou a sua atividade operacional de forma gradual, tendo integrados os sistemas de abastecimento de Água e Água residual a partir do segundo semestre de 2010 e inicio de 2011.

Desta forma, sendo a AgdA uma empresa recente no mercado laboral, todos os colaboradores apresentam uma antiguidade baixa e que se quantifica numa antiguidade média de 2,9 anos, conforme se observa no seguinte gráfico:



Vinculo laboral

O gráfico seguinte mostra o vínculo laboral dos colaboradores da AgdA no ano de 2013, sendo de referir que o aumento de colaboradores contratados a Sem Termo advêm da redução de colaboradores contratados a Termo Certo cujo limite legal foi atingido em 2013.



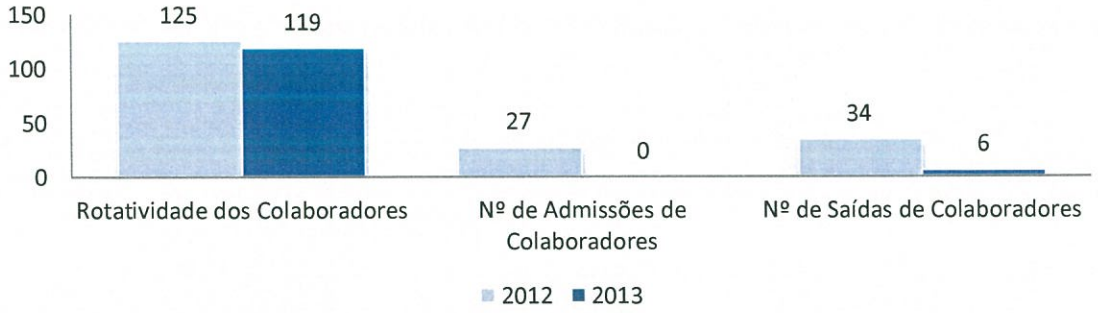
Habilitações Literárias

O gráfico seguinte mostra as habilitações literárias dos colaboradores da AgdA a 31 de Dezembro de 2013:



Evolução do número de colaboradores

A AgdA iniciou o ano 2013 com 125 colaboradores e terminou o ano com 119 colaboradores, conforme gráficos seguintes:



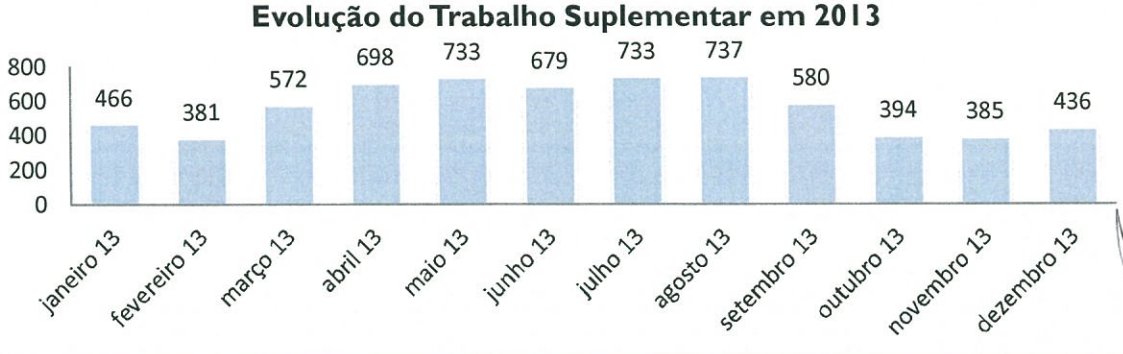
Tempo de trabalho dos colaboradores

Durante o ano de 2013 os colaboradores da AgdA trabalharam 215 mil horas, das quais cerca de 7 mil correspondem a trabalho suplementar, conforme se poderá observar no gráfico seguinte:



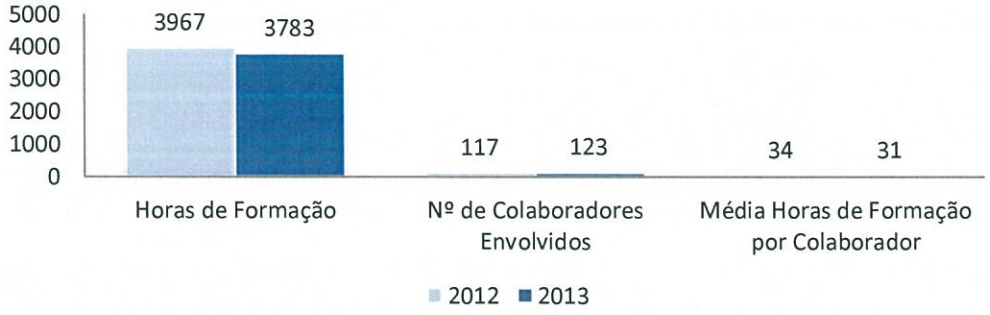
Trabalho suplementar

Quanto ao trabalho suplementar, este atingiu um total de 6.793 horas, conforme consta do gráfico seguinte:



Formação profissional

As ações de formação desenvolvidas abrangeram 123 colaboradores, tendo sido atingido um volume de formação de 3.783 horas, como se poderá identificar da análise ao gráfico seguinte:



Pese embora o acima referido, a expetativa de acordo com o código do trabalho seria um volume de horas formação de 4.165 para um total de 119 colaboradores.

Formação em contexto de trabalho

A AgdA tem vindo a possibilitar a formação em contexto de trabalho através do acolhimento de estagiários, quer profissionais quer curriculares, visando a diminuição da distância entre as escolas e o mercado de trabalho.

Esta prática permite aos alunos colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo dos cursos ao mesmo tempo que a empresa se assume como agente de formação e contribui para uma educação profissional de qualidade em estreita cooperação com as escolas.

ESTAGIOS 2013

Tipo de Estágio	Nível	Área	Duração	Instituto de Ensino	Comparticipação
Profissional	VI	Engenharia Civil	9 Meses	Fac. Engenharia da Universidade do Porto	IEFP
Profissional	V	Engenharia do Ambiente	9 Meses	Instituto Politécnico de Beja	IEFP
Curricular	V	Engenharia do Ambiente	4 Meses	Instituto Politécnico de Beja	Não Aplicável
Curricular	IV	CET Hig. e Segurança Alimentar	360 horas	Instituto Politécnico de Beja	Não Aplicável
Curricular	IV	CET Banca e Seguros	360 horas	Instituto Politécnico de Beja	Não Aplicável

8. I&D E INOVAÇÃO

No exercício de 2013 a AgdA deu continuidade a projetos de Investigação e Desenvolvimento, incrementando a competitividade e sustentabilidade da sua atividade para além de permitir igualmente o desenvolvimento de entidades científicas e tecnológicas da área territorial da empresa.

É preocupação da AgdA que os projetos de Investigação e Desenvolvimento em que se envolve possam ser incorporados na atividade da empresa e contribuir para a sua sustentabilidade.

A AgdA desenvolve um projeto piloto com o Centro de Biotecnologia do Baixo Alentejo (CEBAL) sobre a utilização de membranas de nanofiltração no tratamento de água de abastecimento e no tratamento de efluentes provenientes de queijarias, sendo esta última vertente uma preocupação na gestão diária dos sistemas de tratamento de águas residuais que opera.

9. ÉTICA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Seguindo a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009, a AgdA elaborou o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), pretendendo reforçar comportamentos éticos e boas práticas comerciais com clientes e fornecedores.

Este PGRCIC foi revisto e aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2011 e posteriormente reportado ao Conselho de Prevenção de Corrupção e Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, dando assim cumprimento à recomendação do CPC de 01 de julho de 2009, sobre esta matéria.

A AgdA procede anualmente à avaliação do cumprimento do PGRCIC e reporta essa análise à AdP, SGPS .

A AgdA procedeu ainda em conformidade com a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009, reforçada pelo previsto do n.º1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, que prevê a obrigatoriedade de elaboração de um relatório anual sobre o cumprimento do plano, tendo este como objetivo, aferir o seu grau de adequação e aplicabilidade à atividade normal da AgdA acrescido das ocorrências identificadas, ou risco de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro.

O PGRCIC e o relatório relativo a 2013 encontram-se disponíveis no site da empresa em http://www.agda.pt/cpc.html

A AgdA adotou o Código de Conduta e Ética em vigor nas várias empresas do grupo AdP que vincula, não só os colaboradores da AgdA como todos os colaboradores do grupo. Através deste código, assumem-se como princípios estruturantes de ação o respeito pelos direitos dos colaboradores, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

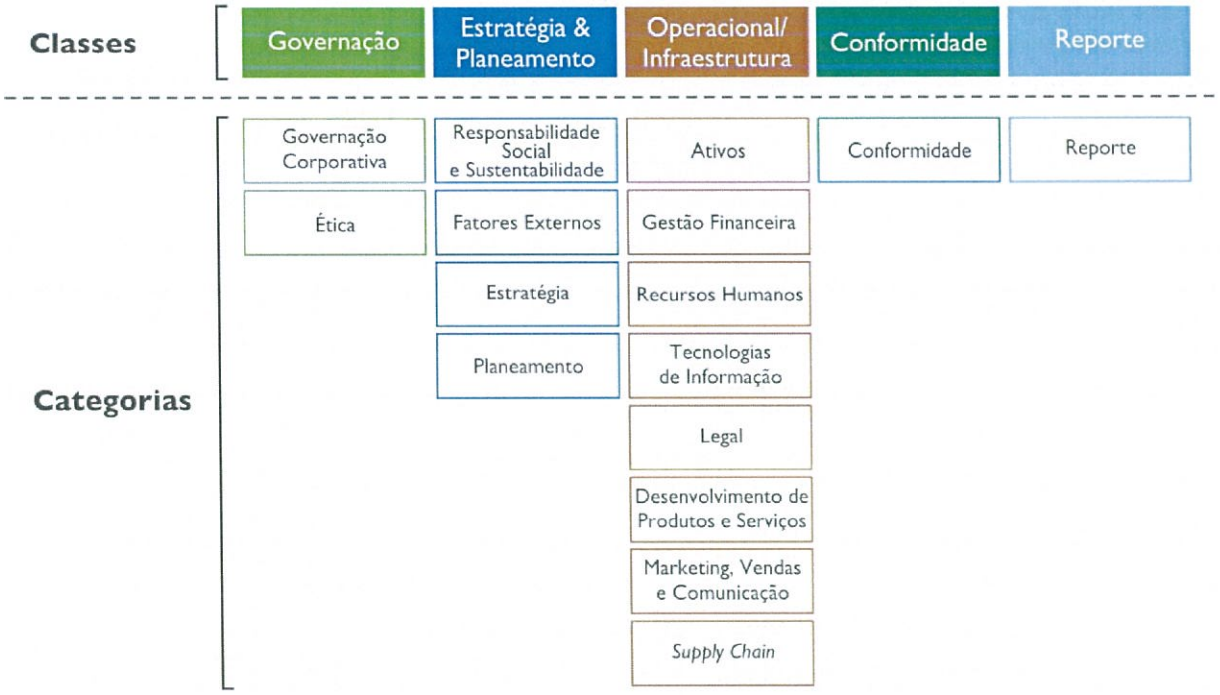
A AgdA manifestou junto da Plataforma Laboral contra a SIDA, o seu interesse em subscrever o "Código de Conduta Empresas e VIH", assumindo-se como interlocutora privilegiada na resposta à infeção pelo VIH no local de trabalho nomeadamente nas vertentes da não discriminação, da prevenção e do acesso ao tratamento.

10. CONTROLO DE RISCO

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2013 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando se avalia o impacto estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- ✓ Financeira;
- ✓ Reputação;
- ✓ Legal ou regulamentar; e
- ✓ Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- ✓ Existência e eficácia de controlos;
- ✓ Ocorrência anterior do risco;
- ✓ Complexidade do risco; e
- ✓ Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da Águas de Portugal SGPS, SA, é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

- ✓ Impacto Ambiental da Atividade;
- ✓ Reputação e Imagem;
- ✓ Liderança e Comunicação;
- ✓ Integridade e Transparência;
- ✓ Energético; e
- ✓ Sustentabilidade.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

11. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Os membros do Conselho de Administração da Águas Públicas do Alentejo, S.A.. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

(i) - Entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);

(ii) - Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar nº 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);

(iii) - Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);

(iv) - Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);

(v) - Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

12. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			
Identificação de comissões existentes na sociedade			x	
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			
Remuneração dos órgãos sociais		x		
Regulamentos Internos e Externos		x		
Transações fora das condições de mercado			x	
Transações relevantes com entidades relacionadas		x		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental			x	
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente		x		

13. INFORMAÇÃO SINTÉTICA SOBRE INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Para efeitos do presente capítulo, e de acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, consideram-se como publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades abrangidas mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela AgdA - Águas de Públicas do Alentejo, S.A. tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela AgdA - Águas de Públicas do Alentejo, S.A. durante o ano de 2013 foi desenvolvida com vista a assegurar os objetivos de:

- ✓ Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- ✓ Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- ✓ Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;

- ✓ Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- ✓ Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se nos quadros seguintes a informação sintética requerida:

INICIATIVAS DE PÚBLICIDADE INSTITUCIONAL

Entidade	2013	2012	2011
Litoral Press	0	800	0
Imenso Alentejo, Edições	0	0	1.205
Radio Pax	55	0	0
Jota CBS Comunicações e Imagens	500	0	0
Cromia - Comunicações	780	0	0
TOTAL	**1.335**	**800**	**1205**

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM nº47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., divulgada neste capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta empresa.

14. CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES, DESPACHOS E LEGISLAÇÃO DIVERSA

A AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:			x		Capitulo B7 do Relatório de Gestão
Gestão do Risco Financeiro			x		Informação divulgada pela Holding
Limites de Crescimento do Endividamento	x			Aumento de 3,5 milhões, ou seja, 14 % face a 2012	Nos termos do n.º 7 do Senhor Ministro do Estado e das Finanças n.º 155/2011, a AgdA teve autorização da Assembleia Geral de 19 de Julho de 2011 para a realização de investimentos ou endividamento que representassem 5% do capital social,
Evolução do PMP a fornecedores	x			29 dias	Capitulo A14 do Relatório de Gestão
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			2.606.740 euros	Capitulo A14 do Relatório de Gestão
Deveres Especiais de Informação			x		
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			x		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012			x	Não aplicável	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	x			9.370 euros	Capitulo A5 do relatório de Gestão
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			4.609 euros	Capitulo A5 do relatório de Gestão
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei 66-B/2012	x				Capitulo A5 do relatório de Gestão
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do artº 27º da Lei 66-B/2012	x			60.065 euros	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nor termos do art.º 35 da lei 66-B/2012			x		
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito			x		
Reembolso de despesas de representação pessoal			x		
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	x				Capitulo A14 do Relatório de Gestão
Normas de contratação pública pelas participadas	x				Capitulo A14 do Relatório de Gestão
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			1 contrato no valor de 7,452 milhões de euros	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			x		
Parque Automóvel	x				Efetuado em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas consolidado do grupo.
Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 62º, 63º e 64 da Lei n.º66-B/2012					
Redução de gastos operacionais			x		
Redução de gastos com comunicações e deslocações			x		
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos			x		Efetuado em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas consolidado do grupo.
Nº de cargos dirigentes			x		
Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)			x		
Limites ao endividamento (DL 133/2013)			x		
Princípio da Igualdade do Género	x				

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. por intermédio da AdP, SGPS, S.A., aguarda indicações da Tutela sobre o modo de articulação e relato de informação exigida nos termos do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, para a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial.

Gestão do risco financeiro (Despacho 101/2009-SETF; Despacho 155/2011-MEF, de 28 de abril)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

Evolução do prazo médio de pagamento RCM nº 34/2008, de 22 fevereiro; Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

No exercício de 2013 o Prazo Médio de Pagamentos foi de 78 dias, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

	2011	2012	2013
Prazo Médio de Pagamento	67	107	78

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

	2013				2012				Var. (%) 4ºT 2013 / 4ºT 2012
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	
Prazo Médio de Pagamento	104	76	84	78	51	52	77	107	(27%)

PAGAMENTOS EM ATRASO

	0-90	90-120	120-240	240-360	>360	Total
Empreitadas e Obras Publicas	57.966	2.825	23.156	8.817	88.137	**180.901**
Outros Trabalhos Especializados	385.568	63.188	261.618	682.249	1.033.215	**2.425.839**
TOTAL	**443.535**	**66.014**	**284.775**	**691.065**	**1.121.352**	**2.606.740**

Determinações sobre remunerações

A avaliação das determinações sobre remunerações encontra-se plasmada no quadro acima referente ao cumprimento da Orientações Legais.

Determinações sobre o artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

A avaliação das determinações sobre o artigo 32º do Estatuto do Gestor Publico encontra-se plasmada no quadro acima referente ao cumprimento da Orientações Legais.

Medidas de redução de gastos operacionais

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

Compras; contratação pública; medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se porque os bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades profundamente específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes. No caso da energia elétrica com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão (Especial) onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições como o demonstra os recentes concursos públicos para fornecimento de energia elétrica.

Cumprimento da Lei n.º66-B/2012, de 31 de dezembro e Despacho n.º 2424/13 – SET no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a holding a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portfólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela AdP SGPS, a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado, a qual foi concedida através do despacho n.º 2424/13, de 19 de Dezembro, da Secretaria de Estado do Tesouro.

Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores.

Quadro com informação a constar no site do SEE

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.

15. CUMPRIMENTO DOS PRINCIPIOS DO BOM GOVERNO

No quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado:

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	**Grau de cumprimento**	**Fundamentação**
As empresas detidas pelo Estado devem: • Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados.	Total	✓ A Águas Públicas do Alentejo, S.A. cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. ✓ Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
• Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas para si e para as participadas que controla.	Total	✓ A divulgação da missão da Águas Públicas do Alentejo, S.A, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual.
• Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos.	Total	✓ A Águas Públicas do Alentejo, S.A. elabora anualmente o seu plano de catividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.
• Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.	Total	✓ A estratégia de sustentabilidade da Águas Públicas do Alentejo, S.A. encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual.
• Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.	Total	✓ A Águas Públicas do Alentejo, S.A. foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas.
• Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade.	Total	✓ A Águas Públicas do Alentejo, S.A. cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela. ✓ Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
• Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.	Total	✓ Toda a atividade do Grupo AdP e da Águas Públicas do Alentejo, S.A. é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. ✓ Neste contexto, a Águas Públicas do Alentejo, S.A. adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

• Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.	Total	✓ O Grupo AdP e a Águas Públicas do Alentejo, S.A. apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas. ✓ A Águas Públicas do Alentejo, S.A. permite e incentiva os seus colaboradores a alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação. ✓ A Águas Públicas do Alentejo, S.A. tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva desenvolvimentista e positivista.
• Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.	Total	✓ A Águas Públicas do Alentejo, S.A. respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.
• Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.	Total	✓ A Águas Públicas do Alentejo, S.A. divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual.
• Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.	Total	✓ O Código de Conduta e Ética da Águas Públicas do Alentejo, S.A. expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado. ✓ Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas Públicas do Alentejo, S.A. o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros. ✓ A Águas Públicas do Alentejo, S.A. desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2011, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.
• Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.	Total	✓ O Código de Conduta e Ética da Águas Públicas do Alentejo, S.A. encontra-se disponível em http://www.agda.pt/codigo-de-conduta-e-etica.html

Estruturas de administração e fiscalização		
Princípios	**Grau de cumprimento**	**Fundamentação**
As empresas detidas pelo Estado devem: • Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade.	Total	✓ Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas Públicas do Alentejo, S.A. estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o Grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no sector em que se insere.
• Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.	Total	✓ O Modelo de Governo da Águas Públicas do Alentejo, S.A. em alinhamento com o definido para as empresas participadas do Grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais: • A Assembleia Geral; • O Conselho de Administração; • O Fiscal Único ✓ Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos. ✓ O Fiscal único emite um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.
• Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.	Total	✓ A auditoria anual às contas Águas Públicas do Alentejo, S.A. é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Fiscal Único e a Direção Administrativa e Financeira. ✓ De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.
• Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização	Total	✓ Os membros dos Órgãos Sociais da Águas Públicas do Alentejo, S.A. são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos. ✓ No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.
• O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.	Total	✓ A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores das empresas que integram o Grupo AdP. ✓ Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efetuados nas diferentes áreas de negócio e pela

		realização de estudos prévios à sua concretização. ✓ A abordagem aos riscos financeiros e operacionais é assegurada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade, nomeadamente através da Direção Financeira (riscos cambiais e de taxa de juro) e da Direção de Sistemas de Informação (manutenção de políticas de controlo adequadas, controlo de acessos físicos e lógicos e continuidade dos sistemas), ambos Corporativos. ✓ Neste contexto, a Águas Públicas do Alentejo, S.A. está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais cativiades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.
Remunerações e outros direitos		
Princípios	**Grau de cumprimento**	**Fundamentação**
As empresas públicas devem: • Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.	Total	✓ A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas Públicas do Alentejo, S.A. consta do Relatório e Contas anual.
• Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.	Total	✓ A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas Públicas do Alentejo, S.A. consta do Relatório e Contas anual.
Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	**Grau de cumprimento**	**Fundamentação**
Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem: • Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	Total	✓ Os membros do Conselho de Administração da Águas Públicas do Alentejo, S.A. têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.
• No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.	Total	✓ Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas Públicas do Alentejo, S.A. e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração. ✓ Os membros do Conselho de Administração da Águas Públicas do Alentejo, S.A. cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação. ✓ Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.

16. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

1. Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2013.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Beja, 27 de fevereiro de 2014

Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)

B - ATIVIDADE DA EMPRESA

1. INTRODUÇÃO

Política de Gestão Integrada

Decorrente da Missão definida para a AgdA e da Visão Estratégica da Administração, esta estabeleceu a seguinte Política de Gestão Integrada, como um conjunto de grandes objetivos, coerentes e interativos, contribuindo para a prossecução da Missão.

A AgdA está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como o tratamento de águas residuais, aos 21 Municípios, de um modo responsável, ambientalmente sustentável e num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre, clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Assim, num quadro de sustentabilidade económica e social a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. pretende:

- ✓ Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, restantes partes interessadas e comunidade;
- ✓ Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização;
- ✓ Promover a ecoeficiência das suas atividades de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, de matérias-primas e de energia, e promovendo a reutilização de reciclagem;
- ✓ Avaliar as implicações ambientais da atividade;
- ✓ Avaliar e controlar continuamente a Higiene e Segurança, promovendo a identificação, a avaliação e o controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e das instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, pela implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
- ✓ Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
- ✓ Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso com o SRE - Sistema de Responsabilidade Empresarial;
- ✓ Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação, pela sua formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais, em conformidade com os requisitos da norma SA 8000.
- ✓ Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP.

Todas e cada uma das atividades principais da empresa serão desenvolvidas em condições de total respeito pelo ambiente e pela qualidade de vida das populações atuais e das gerações vindouras, com especial ênfase na preocupação pela garantia das melhores condições de trabalho dos colaboradores e da qualidade do serviço prestado, procurando, simultaneamente:

- ✓ Promover ações de melhoria contínua da atividade, em todas as áreas de intervenção da empresa, a fim de assegurar que a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. seja reconhecida como uma empresa segura, saudável e transparente em todas as suas áreas de atividade e influência, e promover o bem-estar e satisfação dos colaboradores da empresa em todos os aspetos pessoais, profissionais e humanos e, ainda, garantir a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento das normas ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;
- ✓ Responder às exigências dos acionistas da empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Parceria, quer pelo melhor desempenho das competências atuais quer pela expansão geográfica.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Global

À semelhança de 2012, em 2013 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,0% em 2013; 3,1% em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento bem abaixo do ano anterior (1,9% vs 2,8%), suportado por uma procura privada sustentada, em oposição com a procura pública que apresenta uma contração em 2013. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos mas abaixo dos níveis elevados dos últimos anos. Ainda que a procura externa de bens produzidos por estas economias apresente valores relevantes, a fragilidade e pouca sustentabilidade da sua procura doméstica permanece como uma preocupação. Em 2014 e 2015 é expectável uma recuperação económica, sustentada pelas economias dos países desenvolvidos, no entanto as politicas monetárias manter-se-ão conservadoras face aos riscos e fragilidades ainda em vigor.

União Europeia

A atividade económica da União Europeia registou em 2013 uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,4% (menos 0,7% em 2012). Espera-se que 2014 seja o ponto de inflexão no que à recuperação económica diz respeito. Esta inversão será atenuada nas economias mais vulneráveis e sob stress severo, em resultado de situações de dívida muito elevada (pública e privada) e políticas fiscais recessivas que mantêm os níveis de procura doméstica baixos. Pelo contrário, vislumbram-se crescimentos nas exportações que contribuem para alguma melhoria nas economias dos países da União Europeia.

A inflação esperada para a zona euro em 2013 deverá ficar abaixo de 1%. Embora dentro das expetativas, os níveis da inflação refletem níveis de preços em baixa, mesmo que pressionados pela evolução positiva dos preços dos produtos energéticos.

A taxa de desemprego mantem níveis elevados, apesar de consistentes com o ano anterior (12,0% em 2013, 11,9% em 2012). As taxas de desemprego mais baixas verificam-se na Áustria (4,9%), Alemanha (5,1%) e Luxemburgo (6,2%), e as mais altas na Grécia (27,8%) e Espanha (25,8%).
Em Novembro de 2013 o Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa de referência de intervenção para 0,25%, ou seja a mais baixa desde a criação do Euro. Esta medida pretende travar a queda de inflação e impulsionar a recuperação económica na zona euro.

Portugal

A evolução da economia portuguesa está condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, o que tem implicado a tomada de decisões com impacto recessivo e com consequências negativas no mercado de trabalho. No setor público, a correção dos desequilíbrios envolve a necessidade de manutenção do processo de consolidação orçamental e no setor privado é consistente com uma redução do grau de endividamento e com a continuação do processo de desalavancagem gradual e ordenado do setor bancário.

Em 2013, manteve-se o cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. A queda do PIB deverá rondar os 1,5%, que traduz uma melhoria face à queda de 3% em 2012. A dívida pública portuguesa corresponderá aproximadamente a 128,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O défice orçamental de 2013 terá ficado abaixo dos 5,5% do PIB acordados com a Troika.

A economia portuguesa terá crescido 1,3% durante o último trimestre de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este desempenho interrompe 11 trimestres de crescimentos negativos homólogos e foi suportado pela recuperação da procura interna, incluindo o investimento, além de refletir um processo de consolidação orçamental em 2013 inferior ao previsto no início do ano.

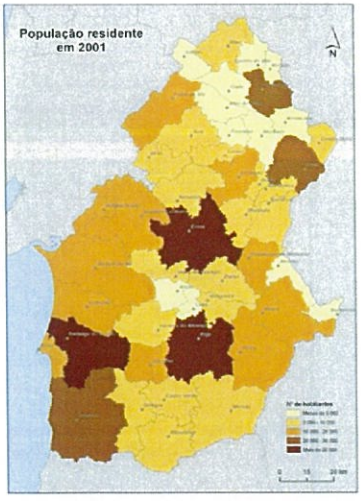
A taxa de desemprego terá ficado, em termos médios, em 16,4%, com um valor de 15,3% no último trimestre do ano.

A situação económica em Portugal nos próximos tempos continuará a estar muito dependente das restrições orçamentais e de financiamento. Em 2014, Portugal depara-se com a incerteza associada à conclusão dos primeiros 3 anos do programa de ajustamento no final do primeiro semestre com consequências a nível da viabilidade do financiamento autónomo do Estado bem como a nível do custo desse financiamento. Persiste, ainda, a incerteza sobre a dimensão efetiva do ajustamento orçamental em 2014 e a do seu impacto no crescimento de curto prazo.

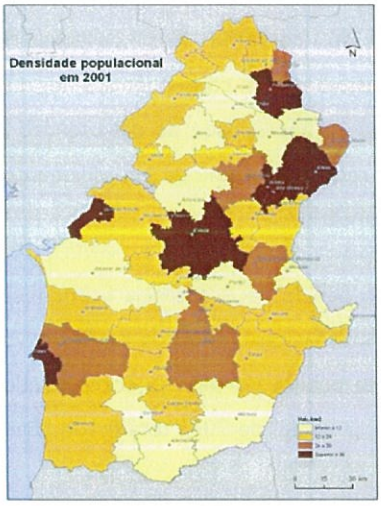
Fonte: Grupo AdP; FMI world economic outllook; ES Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; Universidade Católica Portuguesa.

Alentejo

A Águas Publicas do Alentejo integra na sua atividade todos os municípios do Baixo Alentejo, municípios do Alentejo Litoral, com a exceção do município de Sines, e quatro municípios do Centro Alentejo.



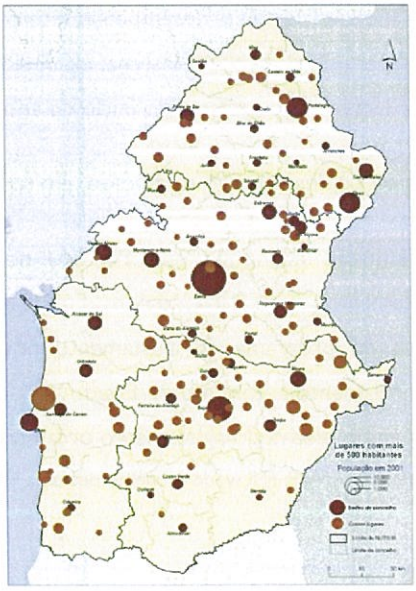
Em termos de densidade populacional residente, verifica-se uma assimetria entre o litoral e o interior, sendo visível o peso do litoral, nomeadamente os municípios de Odemira e Santigado do Cacém com 34 mil habitantes no total, o equivalente a 12 % da população abrangida pelo SPPIAAlentejo. O Município de Beja igualmente com 34 mil habitantes, constitui também um polo populacional importante no interior o que contraria a litoralização da população.



Ainda em relação à densidade populacional, o eixo Sines/Santiago/Beja, é marcado, e com potencial de crescimento, em particular associado ao trinómio Porto de Sines-autoestrada-aeroporto. São ainda uma fonte de atração, o clima e as praias do Litoral Alentejano o que potencia um aumento significativo do volume de população abrangida, através da população flutuante, nomeadamente no Sudoeste Alentejano e em particular Milfontes, mas com igual potencial de crescimento em Grândola.

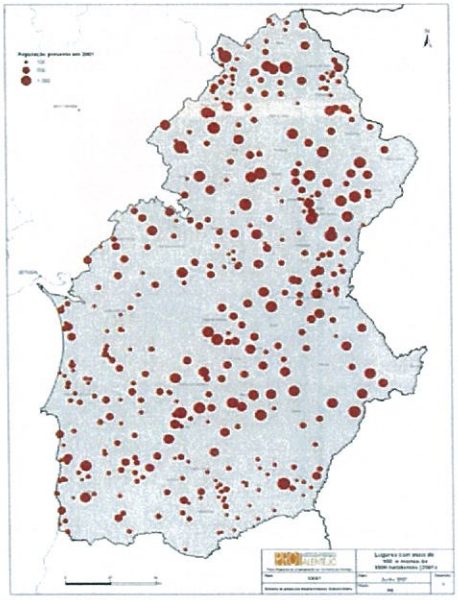
O tipo de povoamento do Alentejo é concentrado em aglomerados urbanos, ainda que muito disperso no território na sua generalidade de pequena dimensão, salientando-se no entanto os municípios de Beja e Santiago do Cacém com mais de 10 mil residentes, seguidos de Montemor-o-Novo, Moura, Sines, e Vendas-Novas, com mais de 5 mil residentes.

A distribuição dos aglomerado com mais de mil habitantes residentes não é homogénea, apresentando um eixo de localizações junto à costa e, no interior, um outro ao longo da linha Ferreira do Alentejo / Serpa.



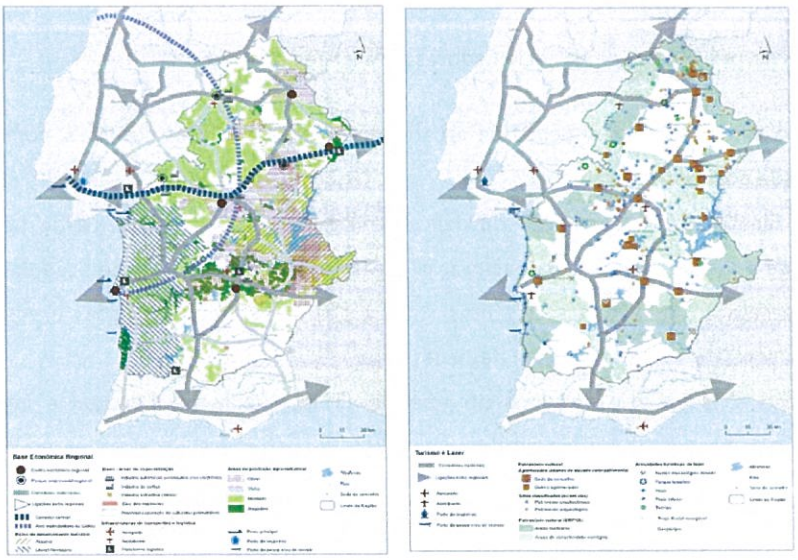
Numa análise aos aglomerados com mil ou menos habitantes residentes, a dispersão é ainda maior, verificando-se no entanto, aparentemente, um eixo preferencial de distribuição espacial constituído pela linha Aljustrel /Amareleja.

A base económica da região é muito diversificada, ainda que centrada na produção agroindustrial, principal pilar da economia da região, agora muito potenciada com o Alqueva, tem a sua expressão máxima na cultura do olival e da vinha. O polo industrial de Sines, pelas suas características físicas e localização geográfica constitui um polo de desenvolvimento económico e social impar na região e no país, marcando fortemente toda a geografia humana, económica e social da zona envolvente.



O montado, base da industria da cortiça, constitui ainda um fator potenciador da biodiversidade, da caça e do lazer. A caça, a pesca nas albufeiras, a gastronomia e o património histórico, e numa outra vertente, o Litoral Alentejano, pelas praias, clima, biodiversidade e área protegida, são um potenciador de um outro pilar da economia, o turismo.

O Alentejo está indiscutivelmente ligado à qualidade ambiental e à biodiversidade. Grande parte da sua riqueza tem por base a utilização sustentável dos seus recursos naturais, os quais em si mesmos, constituem uma mais valia para a região.



A gestão dos recursos hídricos, seja na utilização sustentável dos recursos disponíveis, seja pela qualidade dos efluentes descarregados não pode deixar de ter em consideração os valores ambientais, a biodiversidade e a capacidade de carga dos ecossistemas.

Fonte de imagens: CCDRA - PROT Alentejo

3. ENQUADRAMENTO DO SETOR

A Águas Públicas do Alentejo continuou a prestar serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos urbanos durante o ano de 2013 num contexto de importantes restrições.

As restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado datam de 2010, tendo registado importante desenvolvimento no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) quer quanto à evolução dos gastos, quer quanto ao crescimento do nível de endividamento.

A atividade do Grupo AdP decorre ainda num contexto de expansão da sua atividade, ainda que menos pronunciada, através da entrada em funcionamento de mais infraestruturas. Tal encontra-se patente em todos os sistemas de modo a corresponder a uma agenda de exigências ambientais acrescidas.

Também a natureza de serviço público baseado em infraestruturas com elevadas exigências para assegurar níveis adequados de bem-estar das populações, saúde pública, desenvolvimento das atividades económicas e sustentabilidade ambiental, tornam mais exigente o cumprimento das metas estabelecidas.

O Grupo AdP tem correspondido ao esforço de cumprimento das diversas metas estabelecidas, adaptando diversos processos internos e com um importante empenho de todo o quadro de colaboradores.

Paralelamente, durante o ano de 2013, prosseguiu-se na implementação das medidas traçadas pelo Governo para o setor das águas e resíduos que, naturalmente, condicionam de forma determinante o Grupo AdP, enquanto ator predominante.

O Programa do Governo prevê como linhas orientadoras para a reestruturação:

- ✓ Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- ✓ Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- ✓ Autonomizar o subsetor dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

No âmbito do mandato do Governo, o Grupo AdP deu continuidade aos trabalhos tendentes a promover a agregação territorial para o setor das águas, quer ao nível dos sistemas multimunicipais, quer no âmbito de parcerias públicas para os sistemas municipais.

No subsetor dos resíduos foi assegurada toda a colaboração no processo de abertura ao setor privado que veio a culminar já no início de 2014 com a aprovação do modelo de privatização através da venda em bloco da posição da AdP SGPS na EGF — Empresa Geral de Fomento, através de um concurso público internacional.

A prossecução da reestruturação do setor tem sido concretizada em diversos diplomas legais e iniciativas legislativas, relativamente aos quais se destacam:

- ✓ A Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, procedeu à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, designada Lei da Delimitação de Setores, no sentido de viabilizar a operação de alienação de participações sociais a privados no setor da gestão dos resíduos urbanos, desaparecendo a regra da maioria pública nas entidades gestoras concessionárias no subsetor dos resíduos;
- ✓ A revisão do regime jurídico da concessão da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados;
- ✓ Projetos para a agregação de vários sistemas multimunicipais existentes e das respetivas entidades gestoras, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, no âmbito dos quais se contempla, desde já, a criação de três novos sistemas multimunicipais por agregação de sistemas multimunicipais existentes;
- ✓ Criação de uma nova parceria pública e continuação das negociações para a celebração de parcerias públicas com municípios integrados no âmbito de sistemas multimunicipais, mediante a delegação da exploração e gestão dos sistemas municipais agregados por parceria pública em empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais, procedendo, assim, a uma «integração» do serviço numa única entidade gestora;
- ✓ A adoção de medidas com vista à redução do impacto dos incumprimentos por parte dos utilizadores municipais, por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço;
- ✓ O reforço dos poderes e independência do regulador setorial concretizado já no início de 2014.

Prosseguiram em 2013 os trabalhos em torno da elaboração dos novos planos estratégicos para os serviços urbanos de águas (PENSAAR 2020 - Uma nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais) e para os serviços de gestão de resíduos urbanos (PERSU 2020 - Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos), que definirão as metas e objetivos do Estado para cada um destes setores, estando prevista a sua conclusão no início de 2014.

Estes planos desenvolveram-se em articulação com o Acordo de Parceria 2014-2020, entretanto submetido por Portugal à Comissão Europeia para efeitos do Quadro Estratégico Comum (QEC) e que irá nortear a aplicação dos fundos europeus da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum, da Política Comum das Pescas e da Política dos Assuntos do Mar.

A atual fase de desenvolvimento do setor e as posições recentes da Comissão Europeia, evidenciam uma mudança de paradigma, visando a sustentabilidade e a eficiência, para além do incremento de exigências ambientais e reforço dos mecanismos de acompanhamento, patente na previsão de um conjunto de importantes condicionalismos ex-ante e ex-post.

Sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados.

4. REGULAÇÃO

A Águas Públicas do Alentejo exerce atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Estas atividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, e saneamento de águas residuais com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental, beneficiando os utilizadores e consumidores através das tarifas praticadas, sujeitas também às fortes restrições determinadas para o setor empresarial do Estado.

A atividade da Águas Públicas do Alentejo, S.A é regulada e desenvolvida em regime de parceria e de gestão, desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos Contratos de Parceria e de Gestão celebrados entre o Estado e Camaras Municipais, e segue as recomendações aplicáveis emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e âmbito de atuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em "baixa"). O novo estatuto da ERSAR criou condições para reduzir as distorções decorrentes de se verificarem tarifários aos utilizadores finais que não estão otimizados, por não serem escrutinados pelo Regulador.

Neste contexto, em torno das iniciativas de densificação regulatória promovidas pela ERSAR e aplicáveis a algumas das empresas do grupo AdP, salienta-se a Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária, quanto à formação de

tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços público de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Esta recomendação foi complementada em 2010 com a emissão de uma recomendação (Recomendação IRAR n.º 2/2010 – Critérios de Cálculo), que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de gastos e elaboração dos tarifários através de critérios, coeficientes e regras de cálculo.

Com a emissão destas recomendações, complementada pelo reforço dos poderes da Entidade Reguladora do Setor, é expetativa do grupo AdP que sejam criados tarifários mais eficientes que potenciem uma maior e mais adequada forma de recuperação dos encargos associados à provisão dos serviços em "baixa", contribuindo para a maior sustentabilidade do setor e para a eliminação das significativas disparidades nos tarifários aos utilizadores finais (serviços em "baixa") que ainda se verificam, como, por exemplo, a inexistência de tarifas de "baixa" para serviços de saneamento e resíduos urbanos em muitos municípios já servidos por sistemas em "alta".

A Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. É neste contexto que deu entrada na Assembleia da República a Proposta de Lei 125/XII, em 10 de janeiro de 2013, tendo sido aprovados, em votação final global, já em janeiro de 2014, os novos Estatutos da ERSAR.

Na prossecução da reestruturação destes setores releva-se o regulamento tarifário dos serviços de gestão de resíduos urbanos, apreciado na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, em janeiro de 2014, e relativamente ao qual é expetável idêntico desenvolvimento para os serviços de águas.

O risco regulatório das entidades reguladas constitui uma preocupação central.

A implementação de alterações ao modelo de regulação económica em vigor constitui um importante desafio para a entidade reguladora e para as entidades gestoras. Na fase de desenvolvimento do setor em que as empresas do grupo AdP se inserem e com a implementação das alterações ao modelo, este deve ser considerado como uma evolução natural do estágio de desenvolvimento do setor e nas iniciativas em curso associadas à sua reestruturação, sendo exigida uma maior atenção à gestão das infraestruturas e à eficiência produtiva.

De salientar que nem todos os sistemas multimunicipais de águas se encontram em fase de exploração plena, estando inclusive a terminar uma fase exigente em termos de investimentos em infraestruturas, pelo que a respetiva maturidade deve ser tomada em consideração.

O regime das parcerias e da sua regulação entre o Estado e as Autarquias para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos é efetuado nos termos da legislação aplicável, de que se destacam os Decretos-Leis n.º 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto, do disposto nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como das disposições e recomendações aplicáveis aos sistemas de titularidade municipal emitidas pela ERSAR.

Regulação Económica

De acordo com o disposto no Contrato de Gestão, a AgdA exerce ciclos regulatórios quinquenais tendo o primeiro iniciado em 2010 com a assinatura do referido contrato onde é apresentado e aprovado o documento Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF).

Em cada ciclo, a empresa gestora da parceria deve enviar para aprovação à Comissão da Parceria os planos de atividade, de investimento e financeiros, e as tarifas a praticar.

A empresa deve ainda dar conhecimento à Comissão, para eventual pronúncia, dos projetos de construção das infraestruturas do sistema, orçamentos anuais de exploração, de investimento e financeiros e Relatório & Contas de cada exercício, auditados por entidade independentes.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de gestão podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios de recuperação de custos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários.

Nas demonstrações financeiras da AgdA para 2013 estão registados desvios tarifários positivos no montante total de 970.757,69 euros (ilíquidos de impostos e sem expurgar interesses minoritários).

No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução dos desvios tarifários (ilíquidos de impostos e sem expurgar interesses minoritários) nas contas da AgdA entre 2009 e 2013.



Neste contexto, importa referir que de acordo com o Contrato de Gestão assinado entre a AgdA – Águas Públicas do Alentejo e os parceiros, a AgdA reconhece e regista nas contas individuais os desvios tarifários gerados.

Regulação da Qualidade de Serviço

Nos termos do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a indicadores de desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2013 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2012, referenciados a 31 de dezembro.

Qualidade da Água para Consumo Humano

As empresas do grupo AdP asseguram a prestação de serviços de qualidade à maioria da população portuguesa.

No que diz respeito à água para consumo humano, maioritariamente produzida por empresas do grupo, verifica-se ao longo dos anos uma evolução positiva da sua qualidade.

Compete também à Entidade Reguladora, nos termos do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

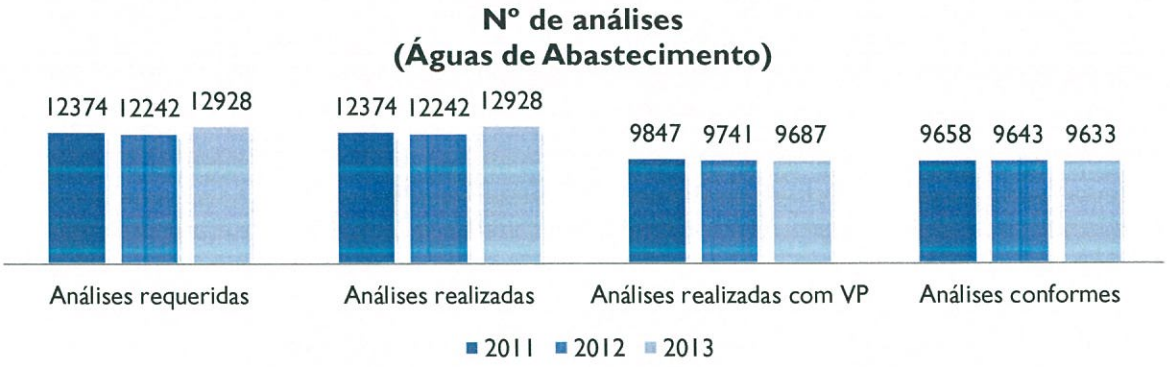
As entidades gestoras de abastecimento de água nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto devem elaborar e submeter anualmente para aprovação da Entidade Reguladora o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA).

Cabe à Entidade Reguladora efetuar ações de fiscalização à implementação do PCQA.

O PCQA de 2013 da AgdA foi aprovado em 05 de novembro de 2012 pela Entidade Reguladora.

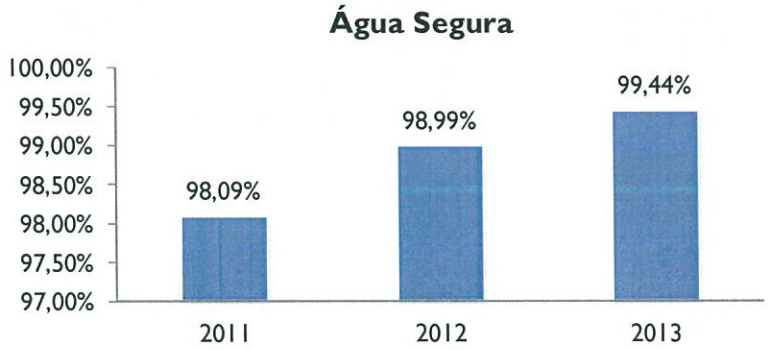
No cumprimento da legislação vigente a AgdA implementa o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo que nas situações de incumprimento dos valores paramétricos as mesmas são comunicadas às respetivas entidades.

No âmbito do PCQA de 2013, foram efetuadas 12928 determinações analíticas (100% das determinações requeridas). Destas determinações 9687 têm valor paramétrico definido no Decreto-Lei nº 306/98, de 27 de Agosto e a AgdA, SA obteve 9633 análises conformes.





Dos 54 incumprimentos de valor paramétrico, 37 referem-se a parâmetros indicadores e 17 a parâmetros obrigatórios (de acordo com a classificação estabelecida no Decreto-Lei nº 306/2007, 27 de Agosto).

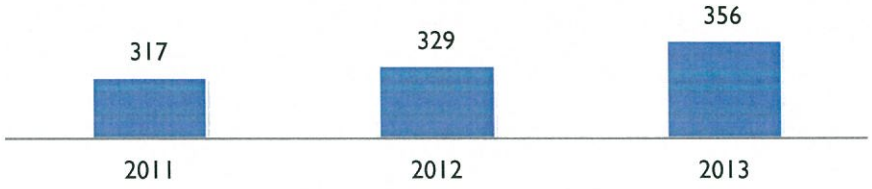


De acordo com estes resultados, a qualidade da água fornecida em 2013 pela AgdA foi de 99.44% (percentagem de análises realizadas, de entre as requeridas e que cumpriram o valor paramétrico). Este resultado é calculado pelo Índice de Qualidade da Água (IQA), que tem em conta o número de análises realizadas face às requeridas (com e sem valor paramétrico) e ainda o número de análises conformes relativamente às requeridas.

Como é possível observar, o esforço da AgdA em melhorar a qualidade da água que produz e distribui em "alta" é notória, tendo atingindo ao fim do 3º ano completo de operação, os 99.44%.

Para dar resposta satisfatória às necessidades de consumo dos seus clientes, a AgdA gere e opera 356 captações (subterrâneas e superficiais). O acréscimo verificado face a 2012 deve-se à integração dos municípios de Arraiolos e Montemor-o-Novo.

Número de captações próprias (em utilização e reserva)



O número de pontos de entrega geridos pela AgdA não se encontra ainda estabilizado. Tal deve-se ao facto de, na sequência do melhor conhecimento dos sistemas de abastecimento que transitaram dos municípios, se ter optado por colocar em reserva algumas captações que foram inicialmente consideradas como pontos de entrega. Este facto explica a redução do número de pontos de entrega de 148 para 145 nos anos 2011 e 2012, respetivamente. Com o início de operação de novos municípios este número elevou-se para 149.

Pontos de entrega



Regulação ambiental

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., como entidade gestora de serviços de águas encontra-se também sujeita à regulação ambiental da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O exercício de 2013 foi encerrado com um resultado líquido positivo de 50.601 euros cuja decomposição se evidencia nos quadros que se seguem, referentes a rendimentos, gastos e resultados.

Rendimentos

No exercício de 2013 o volume de negócios da empresa atingiu o valor 10.337.650 euros correspondente ao somatório do valor registado em venda de água que corresponde a 10.919.460 euros e ao registo de desvios tarifários a recuperar no segundo quinquénio tarifário. No exercício de 2013 foi registado um *superavit* no valor de 581.810 euros conforme se pode observar no quadro seguinte.

RENDIMENTOS

	2013	2012	2011
Vendas	10.919.460	9.875.997	9.532.542
Prestações de serviços	0	0	0
Desvios Tarifários	(581.810)	(198.832)	(872.776)
Volume de Negócios	**10.337.650**	**9.677.166**	**8.659.766**
Subsídios ao Investimento	750.373	720.604	1.013.310
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1.197.719	1.405.931	134.004
Total de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	**1.948.091**	**2.126.535**	**1.147.314**
Rendimentos financeiros	774.319	725.054	246.853
Total de Rendimentos Financeiros	**774.319**	**725.054**	**246.853**
TOTAL DE RENDIMENTOS	**13.060.060**	**12.528.755**	**10.053.934**

Gastos

No exercício de 2013 os gastos atingiram o valor 12.947.702 euros conforme se pode observar no quadro seguinte:

GASTOS

	2013	2012	2011
Custo das vendas/variação dos inventários	(556.450)	(639.774)	(602.330)
Fornecimentos e serviços externos	(7.021.848)	(7.042.168)	(5.286.963)
Gastos com pessoal	(2.496.844)	(2.125.516)	(2.122.248)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(1.302.910)	(882.637)	(1.506.124)
Outros gastos e perdas operacionais	(198.772)	(209.771)	(26.020)
Total de Gastos Operacionais	**(11.576.825)**	**(10.899.866)**	**(9.543.685)**
Gastos financeiros	(1.370.877)	(1.560.809)	(414.304)
Total de Gastos Financeiros	**(1.370.877)**	**(1.560.809)**	**(414.304)**
TOTAL DE GASTOS	**(12.947.702)**	**(12.460.675)**	**(9.957.989)**

Apuramento de Resultados

O resultado líquido do exercício apresenta no exercício de 2013 o valor de 50.601 euros conforme abaixo apresentado.

APURAMENTO DE RESULTADOS

	2013	2012	2011
Resultado Operacional	708.916	903.835	263.395
Resultado Financeiro	(596.558)	(835.755)	(167.451)
Resultado Antes de Impostos	**112.357**	**68.080**	**95.945**
Imposto do Exercício	(256.302)	(164.705)	(202.073)
Imposto Diferido	194.545	151.607	174.128
Resultado Liquido do Exercício	**50.601**	**54.982**	**68.000**

Outras Informações do Ativo e do Passivo

OUTRAS INFORMAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO

	2013	2012	2011
Outras Informações do Ativo			
Dívida de Clientes não Corrente	4.328.547	3.932.662	0
Dívida de Clientes Corrente	12.681.646	8.938.161	8.295.625
Inventários	70.852	79.960	61.569
Estado e Outros Entes Publicos	539.760	748.881	1.789.899
Caixa e seus equivalentes	405.361	374.342	597.504
Outros Ativos Correntes	2.929.958	6.529.628	6.111.903
Total de Outras Informações do Ativo	**20.956.125**	**20.603.634**	**16.856.499**
Outras Informações do Passivo			
Fornecedores e Outros Passivos não Correntes	4.204.073	3.975.134	15.023.705
Fornecedores Correntes	6.027.283	4.450.267	4.631.706
Empréstimos Bancários	28.711.139	25.183.971	17.050.627
Imposto sobre o Rendimento	129.531	75.043	195.052
Estado e Outros Entes Publicos	348.062	295.759	314.806
Outros Passivos Correntes	2.939.618	1.978.896	1.542.189
Total de Outras Informações do Ativo	**42.359.705**	**35.959.069**	**38.758.084**

Evolução do Prazo Médio de Recebimentos

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO

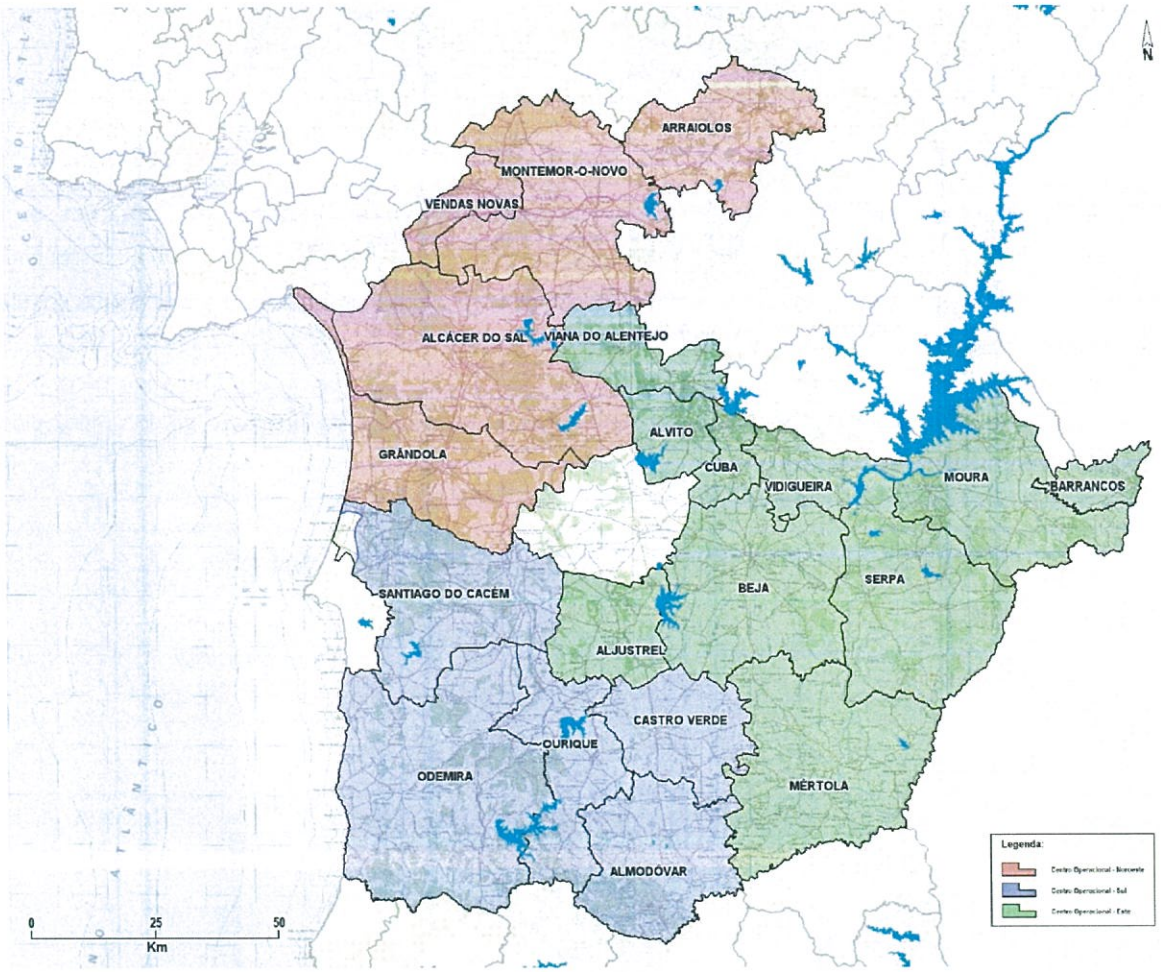
	2013	2012	2011
Prazo Médio de Recebimento	265	271	197

6. ATIVIDADE OPERACIONAL

6.1 Atividade Operacional

Durante o ano de 2013, e no seguimento da alteração realizada à organização da estrutura da Direção de Operação a exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais dos Municípios que constituem SPPIAA foi agrupada em 3 centos operacionais, onde se incluem os seguintes municípios:

- Centro Operacional Noroeste: Alcácer do Sal, Arraiolos, Grândola, Montemor-o-Novo e Vendas Novas;
- Centro Operacional Este: Aljustrel, Alvito, Barrancos, Beja, Cuba, Mértola, Moura, Serpa, Viana do Alentejo e Vidigueira;
- Centro Operacional Sul: Almodôvar, Castro Verde, Santiago do Cacém, Odemira e Ourique;



No final do 2013 dos 21 municípios que constituem o SPPIAA verifica-se que estavam a ser operados 20 municípios, registando-se comparativamente com o ano anterior a integração dos municípios de Arraiolos e Montemor-o-Novo.

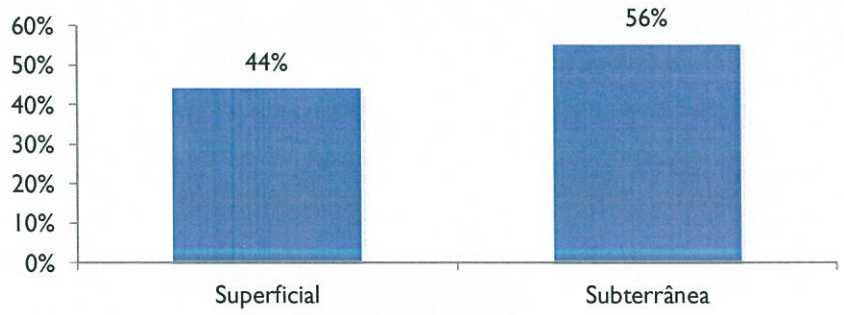
Para além dos municípios que integram a empresa, a AgdA forneceu ainda água ao município de Portel até ao mês de Setembro, tendo após esta data passado o serviço a ser prestado à AdCA, devido à integração do município nesse sistema multimunicipal.

Sistemas Abastecimento de água

Operação e Gestão dos Sistemas

Para efeitos de produção de água para abastecimento, durante o ano de 2013 foram captados 20.588.089 m³ de água, divididos por tipo de origem da seguinte forma:

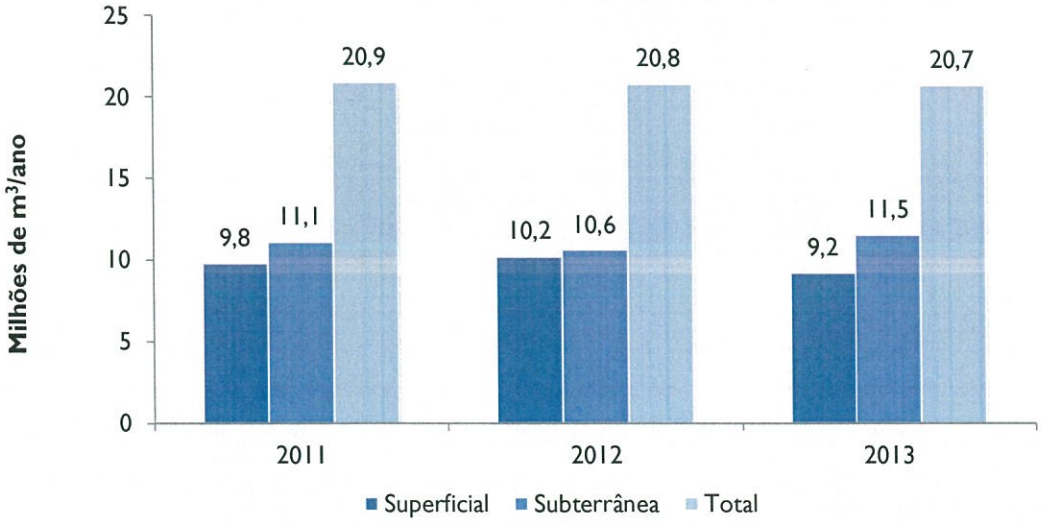
Relação da água captada por tipo de origem durante o ano de 2013



Seguindo a tendência dos anos anteriores, verifica-se que houve uma maior utilização das captações de água subterrânea, sendo que a diferença para a utilização dos recursos hídricos superficiais aumentou, como consequência da integração dos sistemas dos municípios de Arraiolos e Montemor-o-Novo, sistemas esses em que apenas é utilizada água de origem subterrânea.

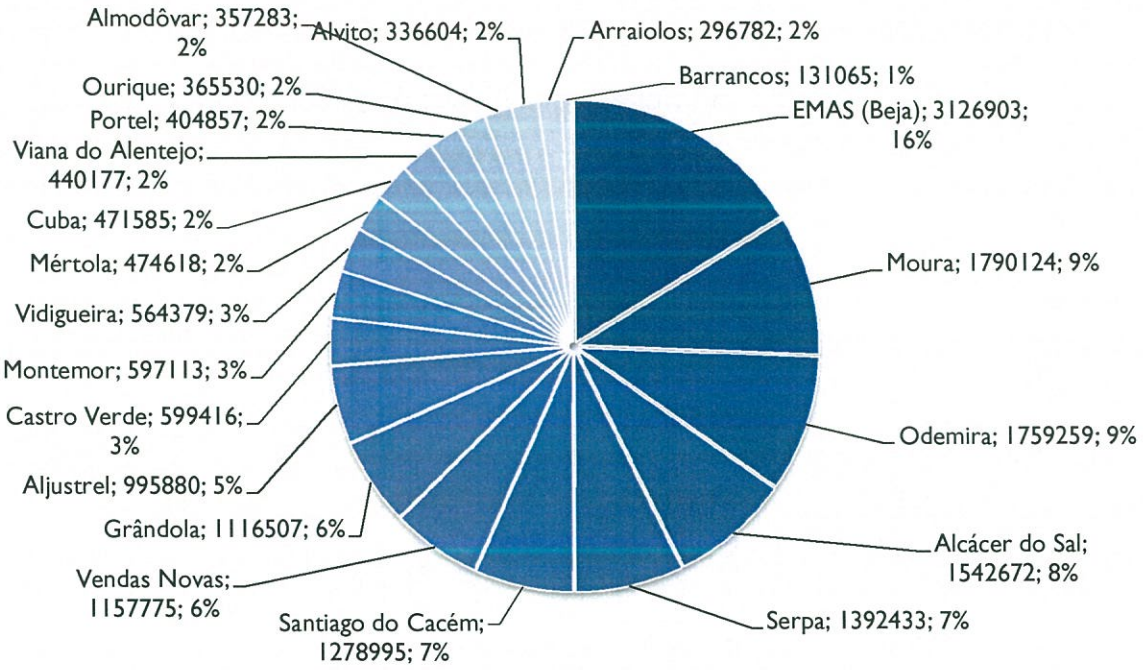
Da análise dos dados históricos verifica-se que o volume de água captada, apesar da integração de dois municípios, foi ligeiramente inferior ao dos anos anteriores.

Evolução do volume de água captada (2011-2013)



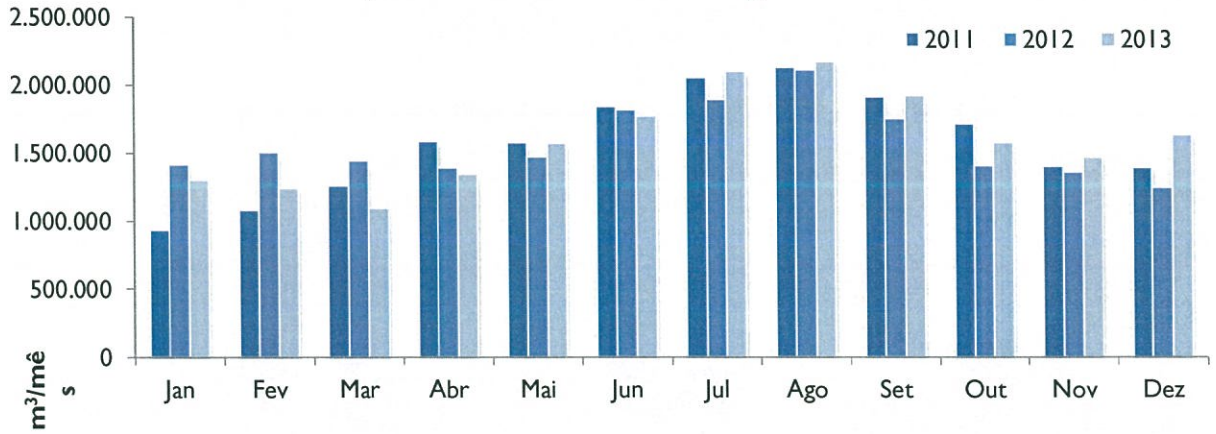
Do volume total de água captada foram produzidos nas diferentes instalações de tratamento 19.722.505 m³ de água para consumo humano, dos quais foram fornecidos aos municípios 19.199.955 m³, o que representa um caudal médio diário fornecido de 52.603 m³.

Volume de água fornecida por município durante o ano de 2013 (m^3)



Da interpretação do gráfico verifica-se que 5 dos 21 municípios fornecidos em 2013 representam 49% do volume total de água fornecida.

Evolução mensal do volume de água fornecida

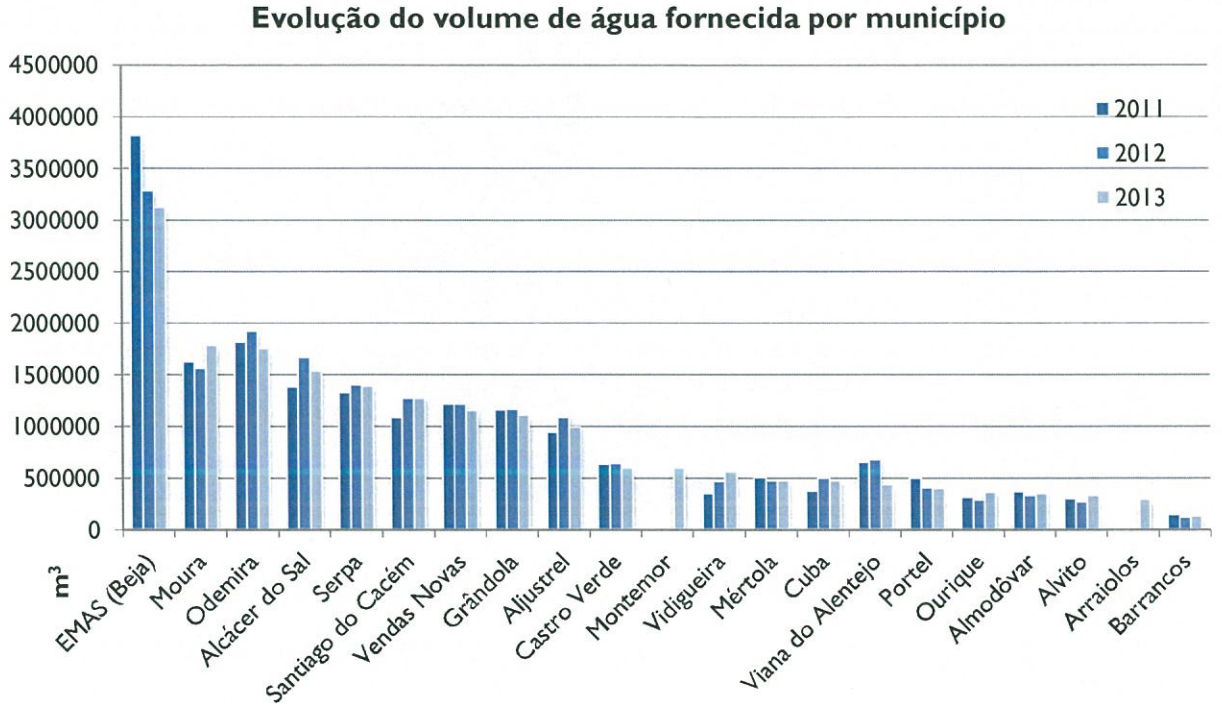


O volume de água fornecida no primeiro semestre de 2013 é em quase todos os meses inferior ao valor registado em 2012, verificando-se que a situação se inverte no segundo semestre, em função do início de operação dos municípios de Arraiolos e Montemor-o-Novo.

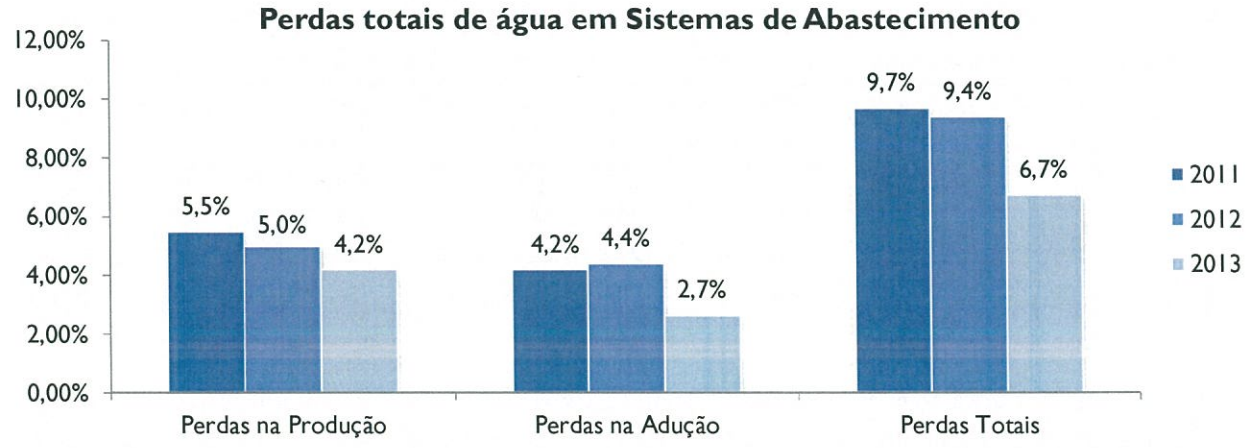
O início de operação dos municípios de Arraiolos e Montemor-o-Novo, resultou no aumento do volume de água fornecida, comparativamente com o registado nos anos de 2011 e 2012.

No mês de dezembro existe uma maior variação dos volumes fornecidos pelo facto de o período de leituras compreender mais dias por alteração dos mesmos em articulação com os Municípios.

Nos gráficos seguintes pode-se observar a evolução do volume de água fornecida pela AgdA a cada um dos municípios servidos:



As perdas ao longo dos sistemas de tratamento foram de 4,2%, sendo que as perdas nos sistemas de adução (relação entre a água produzida e fornecida) se cifraram em 2,7%, enquanto que as perdas totais se cifraram em 6,7%.



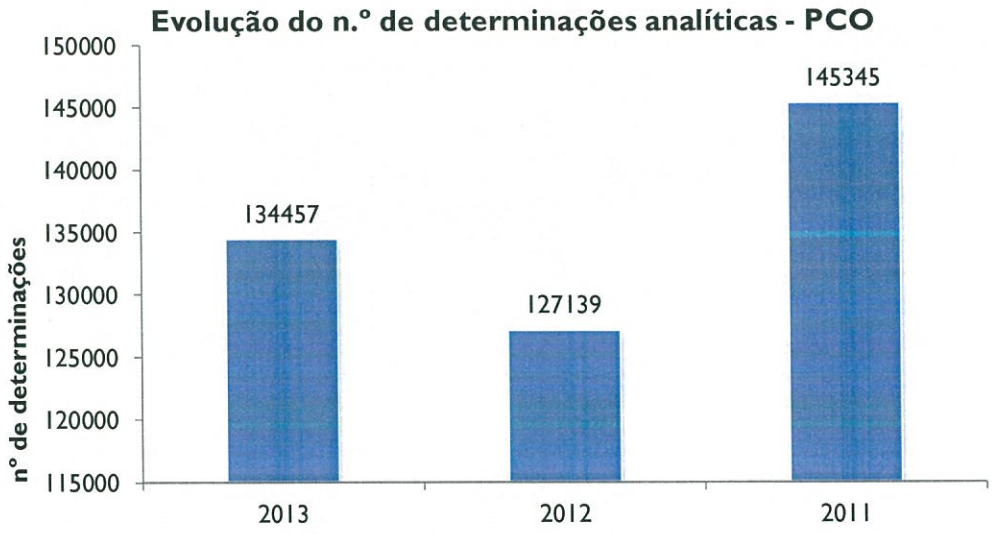
Comparativamente com 2012 há uma redução de perdas ao longo de todo o sistema, destacando-se a redução de perdas ao longo dos sistemas de adução, situação que influencia claramente as perdas totais. Contribuiu diretamente para esta melhoria de eficiência a entrada em funcionamento da nova conduta ETA Alvito-Reservatório da Forca.

Na produção, seguindo na tendência de períodos de análise anteriores, também houve uma redução das perdas. Neste caso influenciadas pela maior utilização de captações de água subterrânea, menos exigentes em termos de tratamento, mas também pela otimização dos processos de lavagem dos filtros.

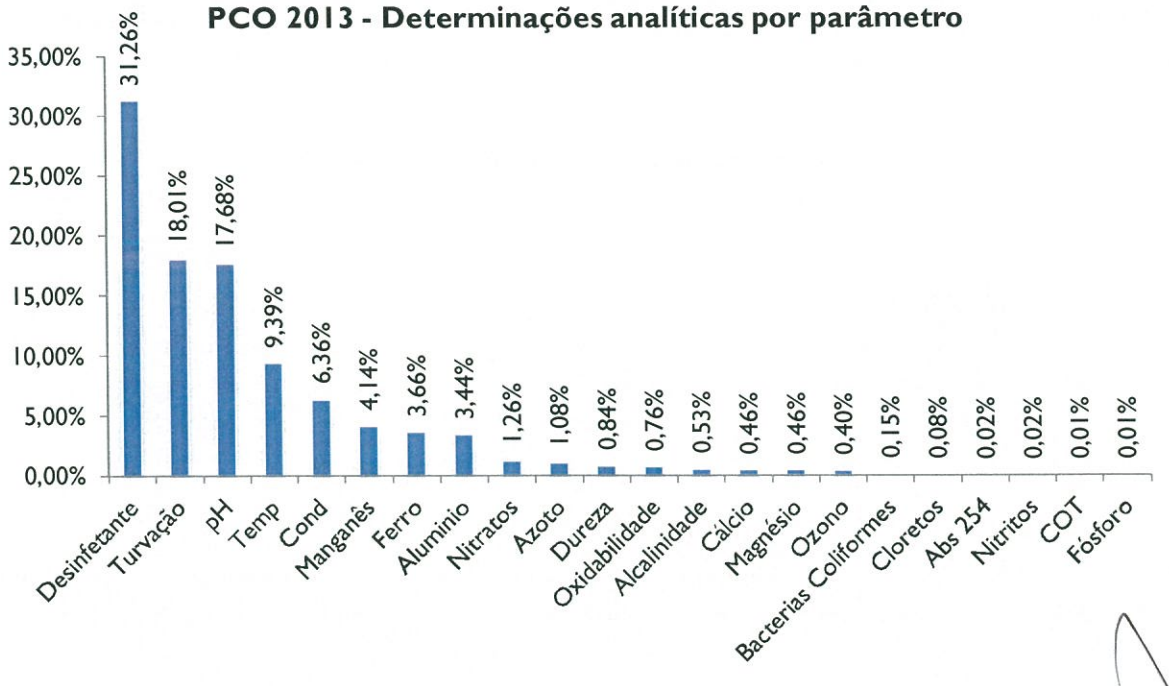
Controlo Operacional

Para além do Plano de Controlo de Qualidade da Água encontram-se estabelecidos Planos de Controlo Operacional (PCO), que têm como objetivo controlar a evolução da qualidade da água nas origens e a eficiência dos processos de tratamento, transporte e armazenamento, garantindo deste modo a qualidade da água fornecida aos municípios.

Deste modo, durante o ano de 2013 as equipas de operação e a equipa de controlo operacional efetuaram no âmbito dos PCO 134.457 determinações analíticas.



As 134.457 determinações analíticas tiveram maior incidência nos parâmetros de desinfetante, turvação e pH, conforme se poderá verificar no gráfico seguinte:



Controlo da Qualidade de Água nas origens

Deu-se continuidade ao plano de monitorização das origens em curso, não tendo ocorrido nenhuma anomalia na qualidade da água bruta que mereça destaque.

De salientar que tem havido uma tentativa constante de analisar os dados obtidos, contudo tal não tem sido possível por indefinição da Agência Portuguesa do Ambiente uma vez que os sistemas de classificação não estão ainda fechados.

Foi contudo possível avaliar o estado ecológico das massas de água "albufeiras":

Biomassa – indicador clorofila-*a*				
Albufeira (massa de água)	media anual mg/mm^3	RQE	RQE Normalizado	Estado ecológico
Boavista	5	0,32	0,66	Bom
Enxoé	10,05	0,16	0,46	Inferior a Bom
Monte Clérigo	6,5	0,25	0,62	Bom
Monte da Rocha	4,83	0,33	0,66	Bom
Roxo	19,5	0,08	0,23	Inferior a Bom
Santa Clara	2,6	0,62	0,81	Bom

RQE - Rácio de Qualidade Ecológica

Esta análise foi apenas efetuada tendo em conta o indicador clorofila-*a* pois para as albufeiras do sul, não foram quantificados valores de referencia para outros parâmetros aguardando-se a sua definição com a revisão dos Planos de Bacia; os valores acima indicados foram calculados a partir da média anual dos valores de clorofila-*a* para cada albufeira (metodologia definida para as albufeiras do tipo sul).

Produção e destino final de lamas

Nas ETA foram produzidas 474,84 toneladas de lamas de clarificação de água, as quais foram encaminhadas para Aterro Sanitário de Resíduos Não Perigosos.

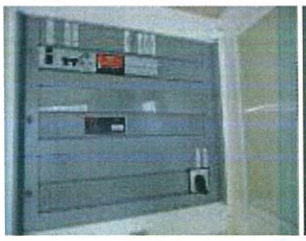


Verifica-se um aumento da produção e encaminhamento a destino final de lamas de clarificação de água em virtude da realização da operação de desidratação de lamas da ETA do Monte da Rocha, tarefa que é realizada de dois em dois anos.

Intervenções nos Sistemas de Abastecimento

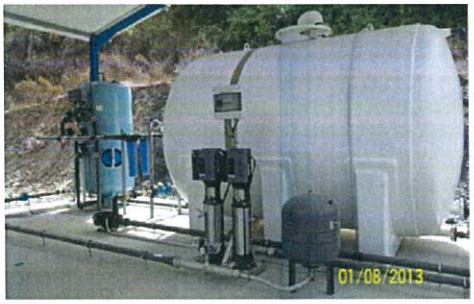
Em 2013 foram efetuados um conjunto de investimentos em sistemas de tratamento, sistemas de telecontrole e conservação de infraestruturas, de onde se destacam os seguintes:

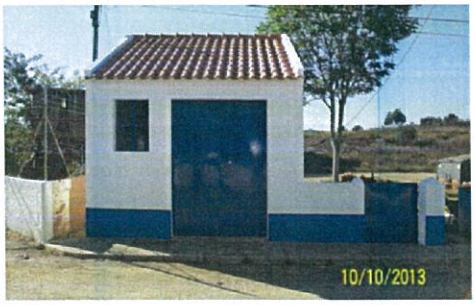
- ✓ Automatização do Sistema do Cercal;
- ✓ Automatização do Sistema do Borbolegão;
- ✓ Instalação de sistemas de telealarme em Arraiolos;



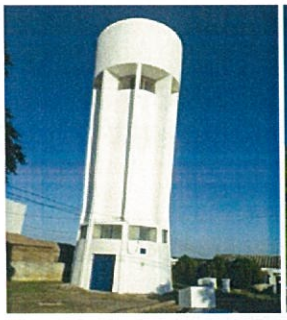


- ✓ Fornecimento e instalação de meio filtrante, dos filtros rápidos em pressão da ETA do Alvito;
- ✓ Fornecimento e montagem de gerador de dióxido de cloro para a ETA do Roxo;
- ✓ Melhoria dos Sistemas de Tratamento dos SAA Reliquias, Aldeia Amoreiras e Amoreiras-Gare;





- ✓ Instalação de sistema de tratamento de água em Aldeia de Palheiros;
- ✓ Pintura de Infraestruturas em Exploração pela AgdA;

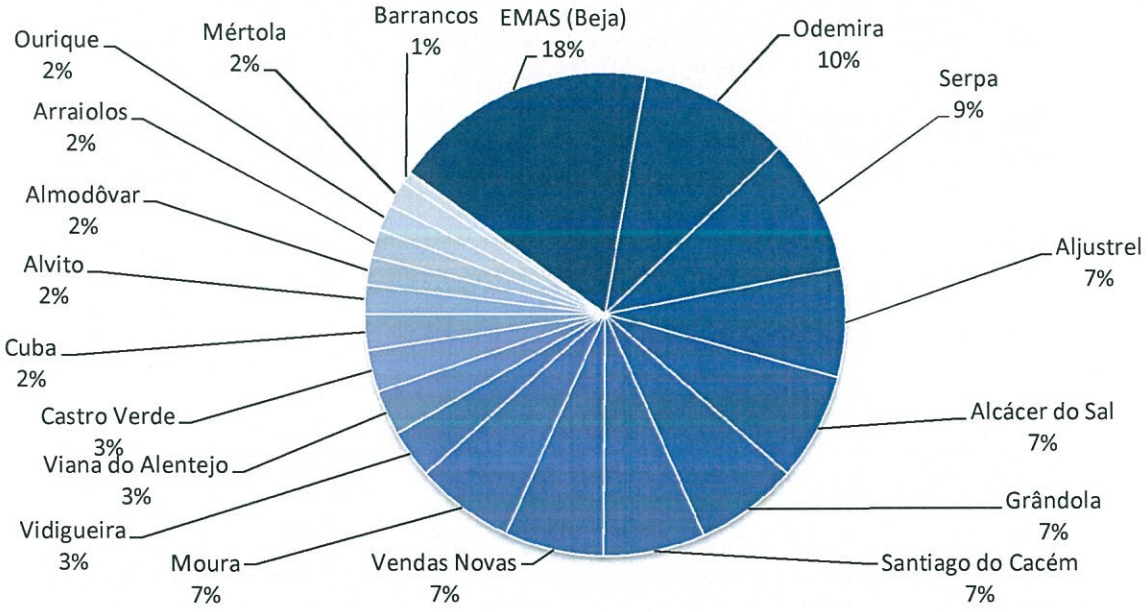




Sistemas de Saneamento

Operação e gestão dos sistemas

No ano de 2013 foram recolhidos nos sistemas de saneamento de águas residuais do SPPIAA 9.107.388 m^3 de água residual.

Volume de água residual recolhida por município durante o ano de 2013 (m3)

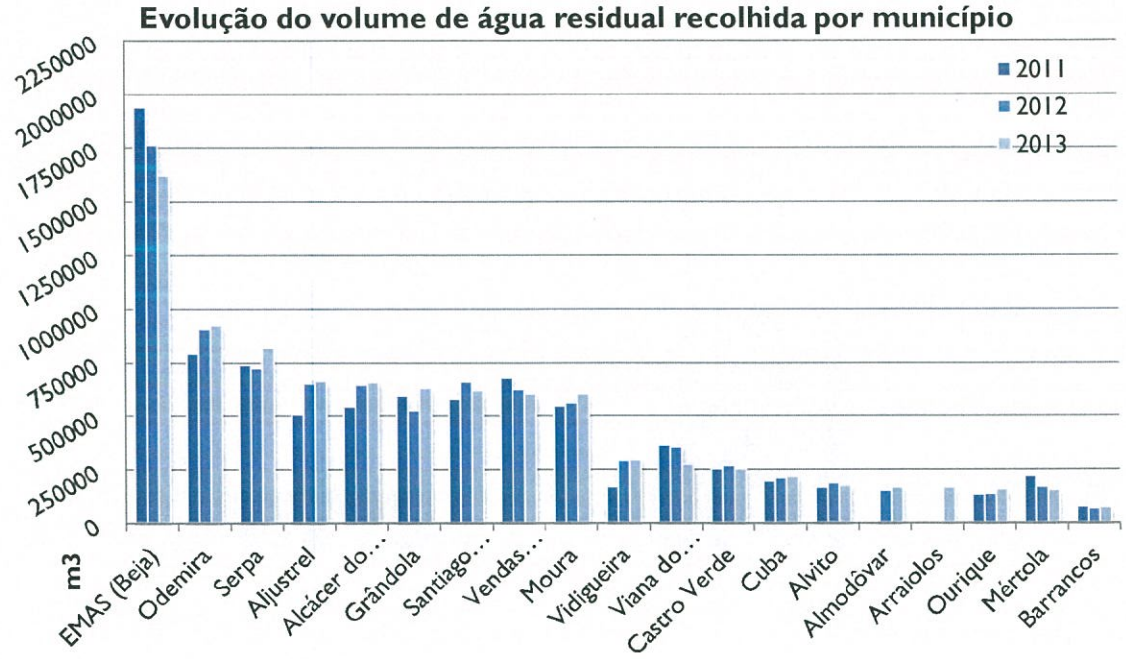


Do volume total de água residual recolhida foram exportados para tratamento no sistema de saneamento de águas residuais da AdSA 346.901 m^3, correspondentes às águas residuais da Vila de Santiago do Cacém.

Estima-se que do volume total de água residual recolhida tenham sido tratados e consequentemente rejeitados para os meios hídricos recetores, 7.685.253 m^3.

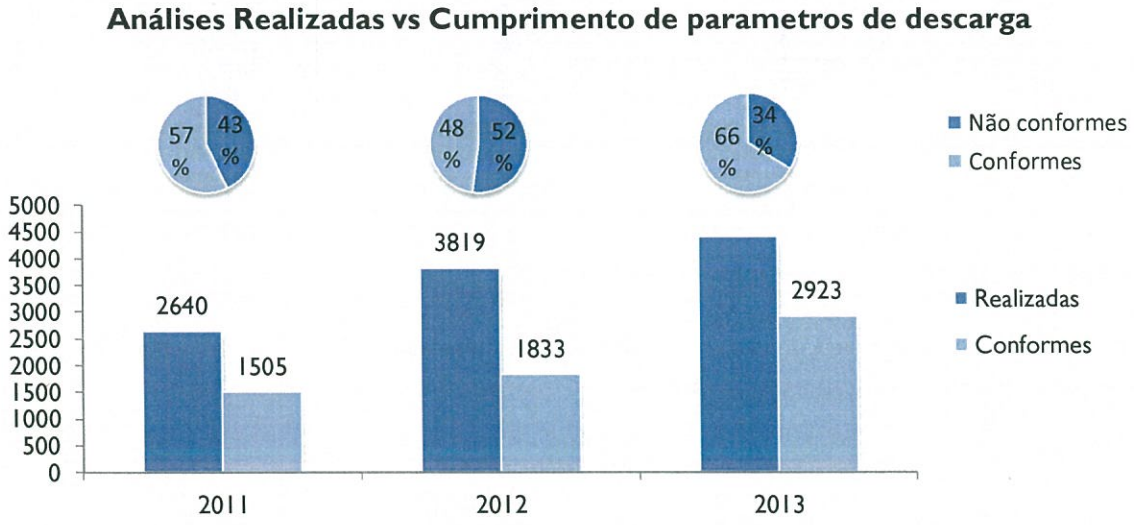
Evolução do volume de água residual recolhida, tratada e não tratada exportada (2011-2013)

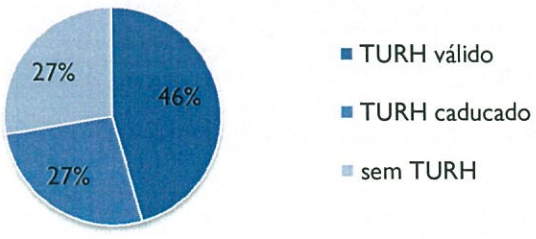




Controlo de Qualidade das Descargas

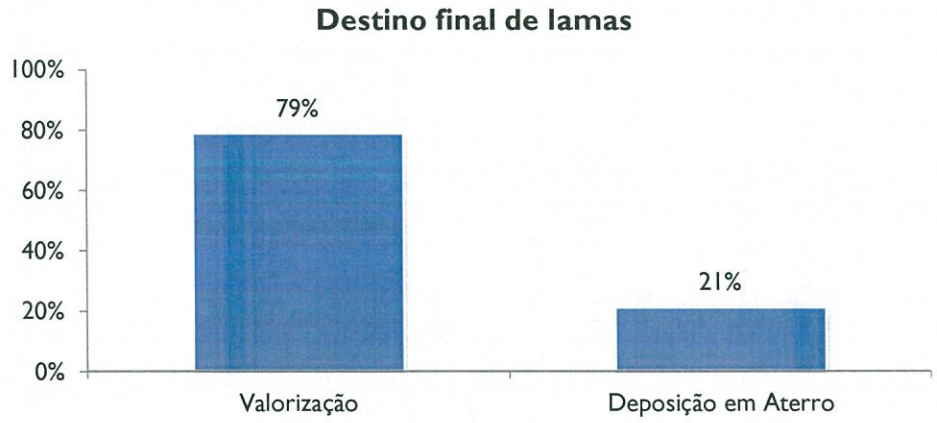
No âmbito da Responsabilidade Empresarial, foi dado cumprimento ao plano de monitorização e de licenciamento de águas residuais.

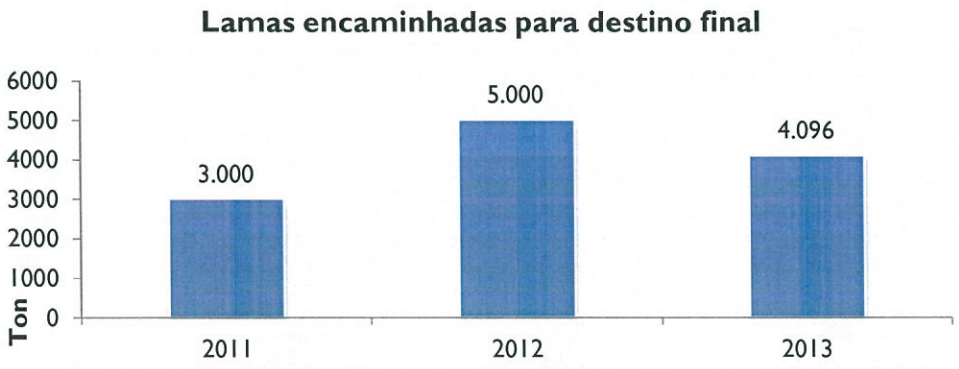




Produção e destino final de lamas

Durante o ano de 2013 foram encaminhados a destino final 4.096 toneladas de lamas, às quais foi dado o seguinte encaminhamento:





Intervenções nos sistemas de saneamento

Foram efetuadas durante 2013 diversas intervenções nos sistemas de saneamento com vista à melhoria da capacidade de funcionamento das ETAR, destacando-se as seguintes:

- ✓ Impermeabilização da lagoa anaeróbia da ETAR de Baleizão;

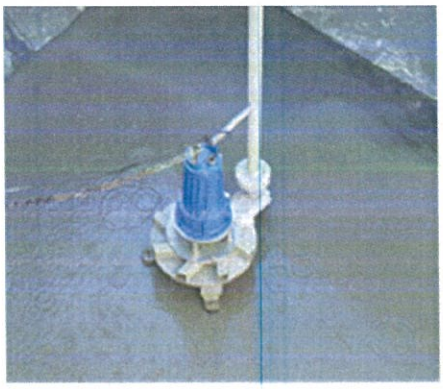
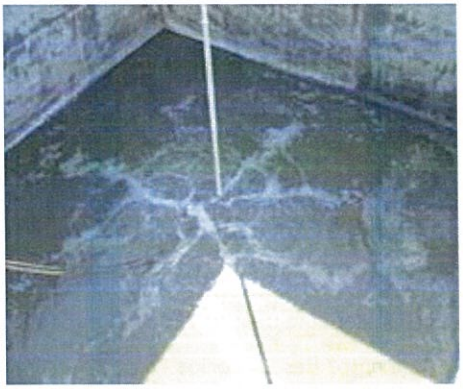




- ✓ Pintura e beneficiação de instalações;




- ✓ Instalação de arejador de fundo do tanque de arejamento n.º 2 da ETAR de Vale Vargo.

6.2 Atividade de Investimento

Investimento em Sistemas de Abastecimento de Água

Estudos e Projetos

Considerando que em 2012 se concluiram os projetos previstos para a 1ª Fase da Candidatura a Fundos Comunitários, em 2013 foram apenas promovidas pequenas adaptações aos projetos resultantes dos pareceres obtidos das várias entidades licenciadoras.

Prestações de Serviços

Foram contratadas prestações de serviços para fiscalizações, topografia, geologia e geotecnia com vista a apoiar e incluir nos projetos de execução, assim como, na área de Expropriações e Servidões.

Empreitadas

Foram abertos os seguintes procedimentos de empreitadas:

- ✓ Adução a Grândola;
- ✓ Reservatórios do Enxoé;
- ✓ Conduta Adutora ETA do Alvito Nó da Monteza;
- ✓ Adução a Ourique;
- ✓ Adução a Relvas Verdes e Aldeia de Chãos;
- ✓ Adução a Viana do Alentejo - Adução a Alcáçovas e Adução a Cuba e Alvito - Reservatório de Alvito, Faro do Alentejo e Guiso;
- ✓ Adução a Alcácer do Sal - 1ª Fase;
- ✓ Expansão em Odemira 4ª Fase (Brejão);
- ✓ Adução a Almodôvar;
- ✓ Empreitada de Captação, ETA e EE1 do Roxo - Beneficiação da captação e EE1 do Roxo;
- ✓ Expansão ao Município de Moura 3ª Fase (Safara).

Foram assinados os seguintes de contratos de empreitadas:

- ✓ Adução a Grândola;
- ✓ Reservatórios do Enxoé;
- ✓ Conceção/Construção da ETA do Monte da Rocha;
- ✓ Reservatório de Água Derramada - Melhoria Estrutural;
- ✓ Execução de desvio de conduta de abastecimento a Santa Bárbara de Padrões;
- ✓ Execução de conduta entre Reservatórios - Viana do Alentejo;
- ✓ Ampliação do Reservatório da Atalaia;
- ✓ Abastecimento de Água a Garvão e Panóias;
- ✓ Conceção/construção da ampliação e reabilitação da ETA da Rabaça;
- ✓ Construção da Conduta Adutora ETA do Alvito - Reservatório da Forca.

Empreitadas em curso a 31 de dezembro:

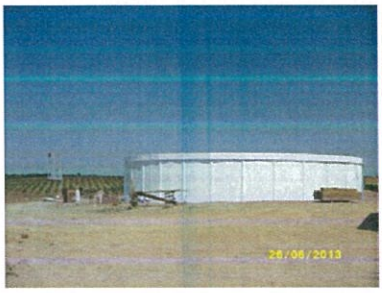
- ✓ Conduta adutora Moura-Safara;
- ✓ Reservatório de Vendas Novas;
- ✓ Reservatório da Atalaia;
- ✓ Adução a Garvão e Panóias;
- ✓ Beneficiação da ETA e EE1 do Monte da Rocha;
- ✓ Reservatórios do Enxoé.





Foram ainda adjudicadas outras empreitadas de menor expressão, designadamente os by-pass ao reservatório de Viana do Alentejo; desvio da conduta em Sta. Bárbara dos Padrões; válvula redutora de pressão em Vale Beijinha.

Durante o ano de 2013 foi concluída a empreitada do Reservatório da Amareleja:



Investimento em Sistemas de Saneamento

Estudos e Projetos

Em 2013 a Águas Públicas do Alentejo, S.A. adjudicou os projetos seguintes:

- ✓ Projetos para Sistema de Tratamento de Águas Residuais e transporte das mesmas para as localidades de Landeira, Nicolau e Azinheira dos Barros;
- ✓ Requalificação e Enquadramento Ambiental do Emissário Terrestre da ETAR de Vila Nova de Milfontes;
- ✓ Sistema Intercetor de São Teotónio – 1ª Fase.

Prestações de Serviços

Foram contratadas prestações de serviços para fiscalizações, topografia, geologia e geotécnica com vista a apoiar e incluir nos projetos de execução, assim como, na área de Expropriações e Servidões.

Empreitadas

Foram abertos os seguintes procedimentos de empreitadas:

- ✓ Sistema Intercetor de Alcácer do Sal - Fase 3;
- ✓ Sistema Intercetor de Beja;
- ✓ Conceção/construção ETAR de Alvalade;
- ✓ Beneficiação da ETAR de Melides;
- ✓ Sistema Intercetor da Zona Industrial de Aljustrel - 2ª Fase.

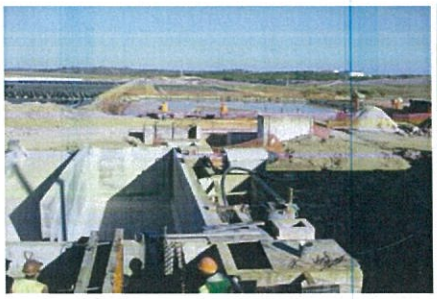
Assinaturas de contrato de empreitadas efetuadas:

- ✓ Conceção - Reabilitação/Construção da ETAR de Vendas Novas;
- ✓ Conceção/Construção da ETAR de Castro Verde e Ourique;
- ✓ Conceção/Construção da ETAR de Almodôvar e Aljustrel;
- ✓ Conceção/Construção da ETAR de Beja;

- ✓ Beneficiação da ETAR de Melides;
- ✓ Sistema Intercetor de Beja;
- ✓ Sistema Intercetor da Zona Industrial de Aljustrel - 2ª Fase.

Empreitadas em curso a 31 de dezembro:

- ✓ ETAR do Cercal do Alentejo;
- ✓ Sistema Intercetor de Beja;
- ✓ ETAR de Castro Verde;
- ✓ ETAR de Ourique;
- ✓ ETAR de Almodôvar;
- ✓ ETAR de Aljustrel;
- ✓ ETAR de Vendas Novas;
- ✓ ETAR de Melides.



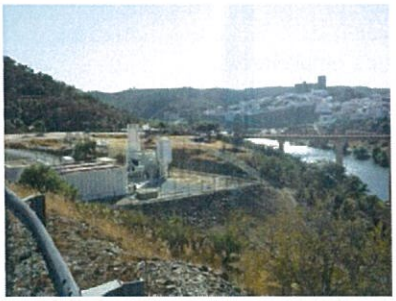


Durante o ano de 2013 foram ainda concluídas as seguintes empreitadas:

ETAR de Milfontes



ETAR de Mértola



ETAR de Alcácer do Sal



Atividade de Manutenção

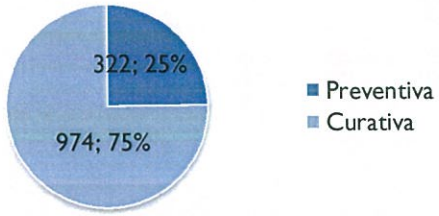
O ano de 2013 fica marcado pelo reforço da manutenção curativa e preventiva nas infraestruturas destacando-se um aumento das atuações preventivas comparativamente com 2012, mantendo uma postura proactiva na identificação das causas das avarias de modo a prevenir futuras situações.

Promoveu-se ainda a continuação do levantamento e cadastro dos equipamentos existentes de forma a permitir uma melhor gestão da manutenção.

Caraterização das intervenções

A intervenção da equipa de manutenção centra-se em dois conceitos distintos, Manutenção Curativa e Manutenção Preventiva. O objetivo principal é minimizar a incidência das intervenções curativas, controlando a condição das infraestruturas.

Intervenções realizadas em 2013 por tipo

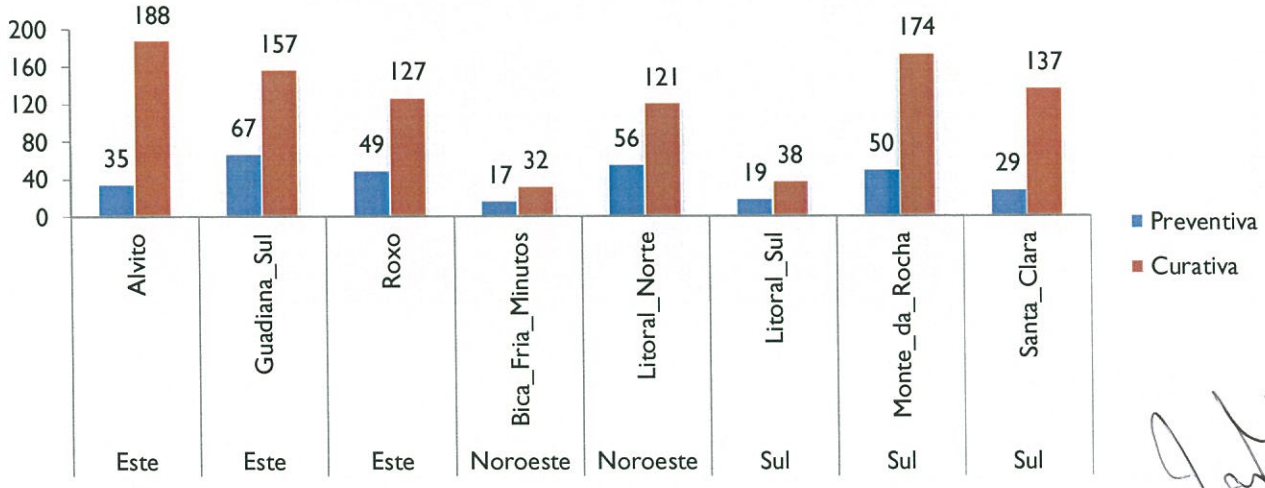


Total de Intervenções: 1296

O elevado número de intervenções curativas verificadas deve-se ao facto de que muitas das infraestruturas dos municípios, integradas no SPPIAA e em operação pela AgdA, se encontram num elevado estado de degradação, muitas vezes por já terem ultrapassado o fim de vida útil.

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das intervenções por sistema, dos oito operados, uma vez que o dos Minutos ainda não teve significado. Como se pode verificar no Alvito e no Monte da Rocha são onde o maior número de ocorrências se verifica, situação que será invertida com os novos investimentos em curso.

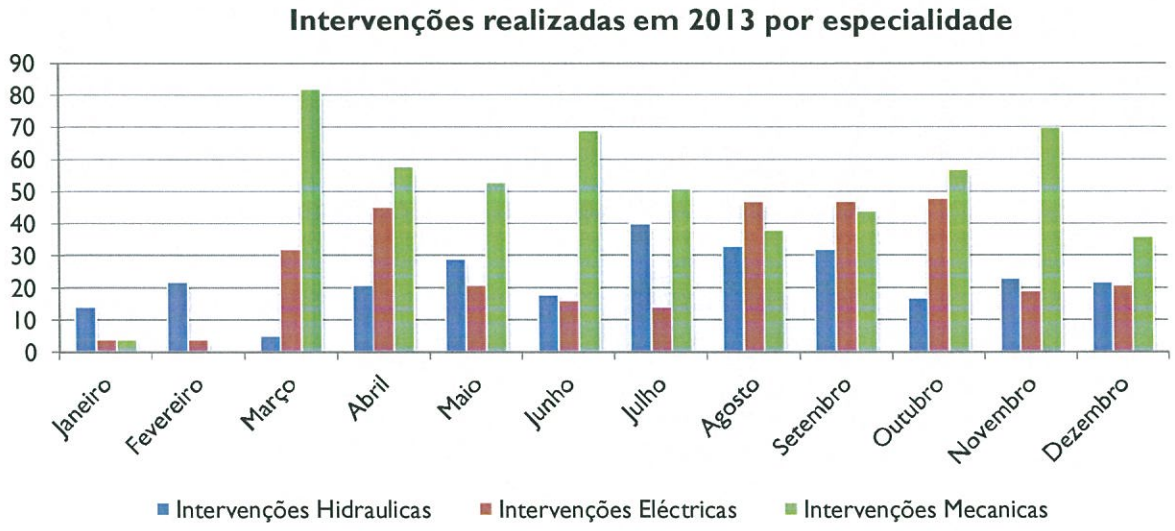
Intervenções por sistema e tipo



As intervenções realizadas podem ser desagregadas nas seguintes tipologias:

- ✓ Reparações de ruturas de condutas;
- ✓ Avaria de grupos eletrobomba;
- ✓ Substituição de válvulas e ventosas;
- ✓ Avarias elétricas.

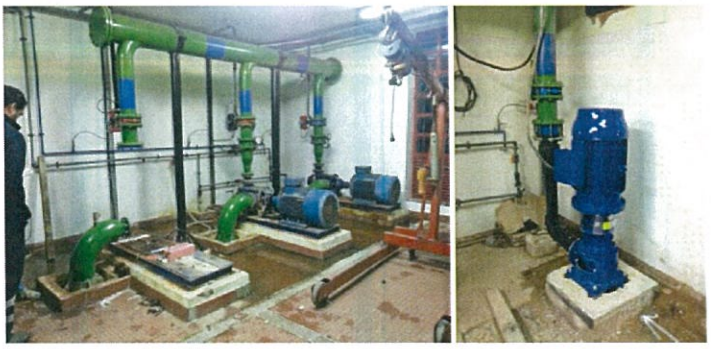
Apresenta-se no quadro seguinte as intervenções mensais por especialidade.



Intervenções Preventivas

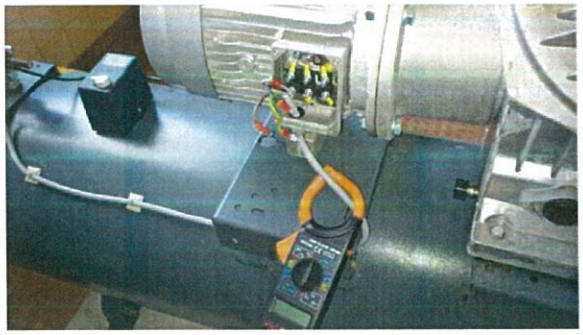
Apresentam-se algumas da intervenções preventivas realizadas:

- ✓ Requalificação da Estação Elevatória para a Forca (ETA do Alvito);



- ✓ Reparação e instalação de equipamentos elétricos;

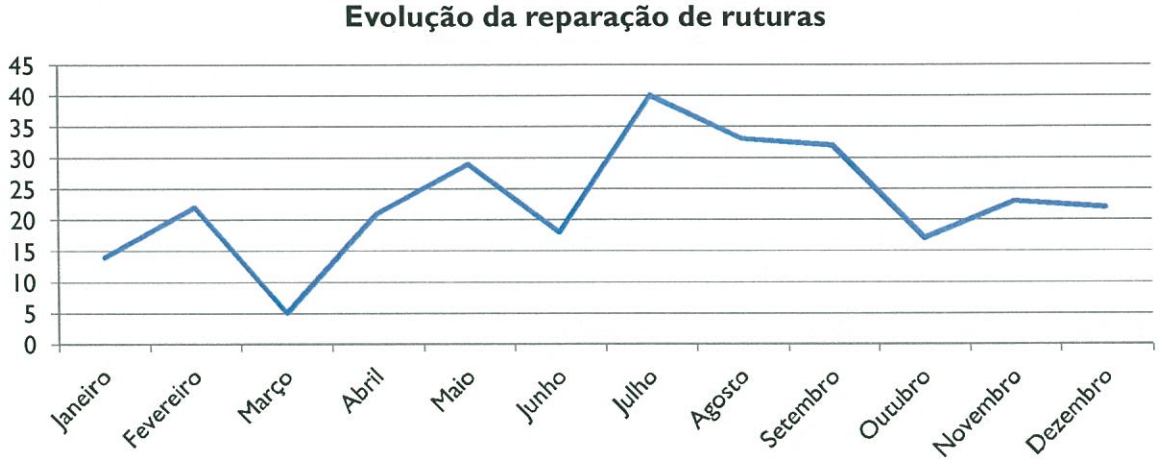


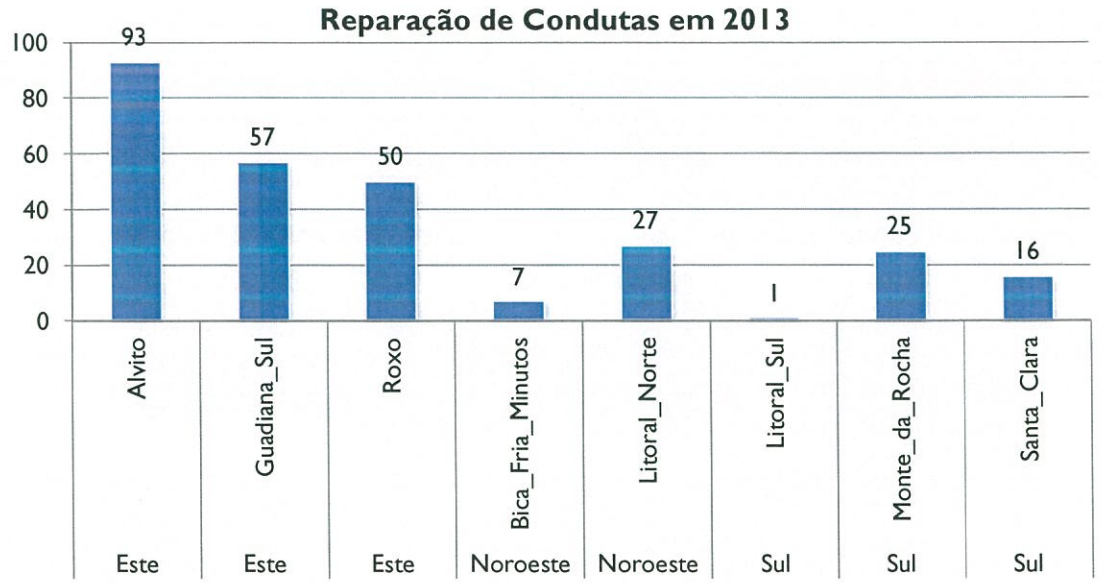


Intervenções Curativas:

Associando Intervenção Curativa às que exigem intervenção imediata após ocorrência de anomalia, por forma a controlar as consequências daí resultantes, evitando em última instância a ocorrência de falha de abastecimento às populações, apresentam-se seguidamente alguns dados estatísticos.

Nas intervenções curativas, a Reparação de Ruturas é a principal atividade, apresentando-se seguidamente a desagregação mensal por Sistema do número de ocorrência verificadas





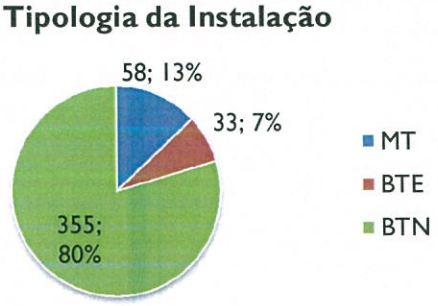


Gestão de Energia

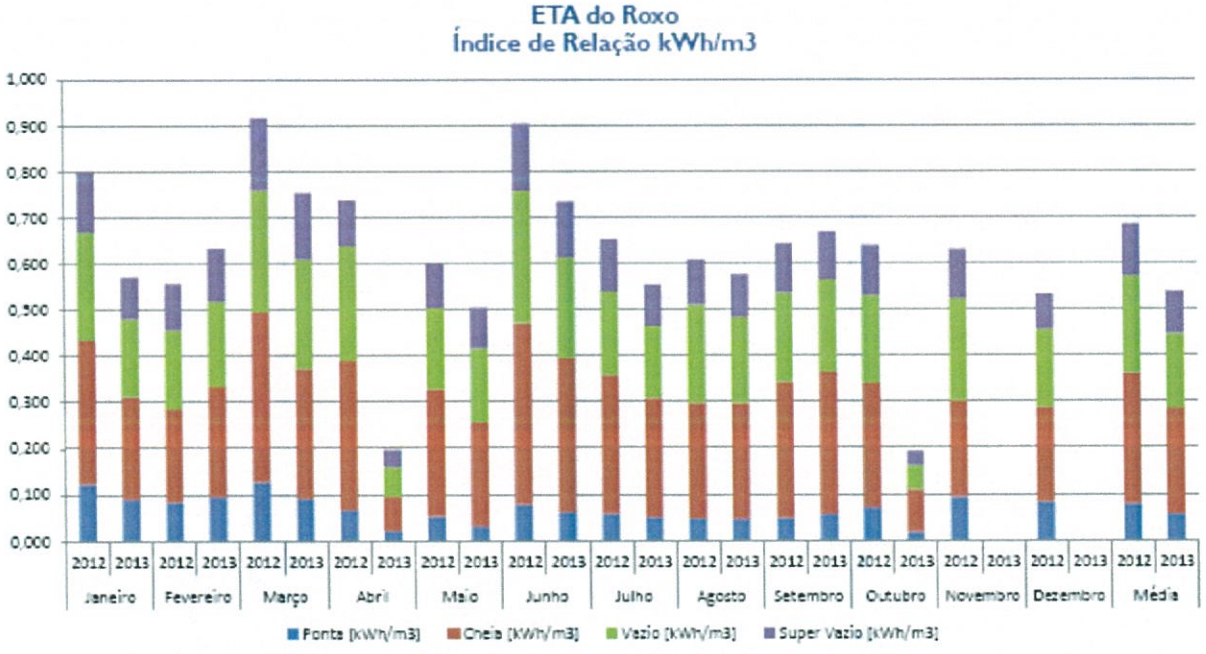
No âmbito da operação e manutenção de infraestruturas que a AgdA tem sob a sua tutela, é de salientar que se gere uma carteira de 446 instalações utilizadoras de energia da rede pública, que se distribuem, em termos de contratos de energia, pelos vários Municípios de acordo com o gráfico seguinte:



As 446 instalações geridas pela AgdA são alimentadas em termos de energia elétrica por 3 tipos de nível de tensão: Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal. Apresentam-se o número de instalações por nível de tensão:



Está a ser feita uma análise da evolução de consumos específicos nas principais instalações consumidoras de energia, como sejam as ETA do Roxo, do Alvito e do Enxoé, bem como a repartição dos consumos ao longo das horas do dia, para identificar áreas possíveis de economia. Apresenta-se a título de exemplo os consumos específicos na ETA do Roxo e o índice de utilização da rede, onde se verifica já alguma melhoria na diminuição da utilização da energia em horas de ponta. Neste caso concreto, o novo reservatório da Atalaia em Beja, irá melhorar significativamente este fator, minimizando as horas de bombagem nas situações de rede em ponta e cheia.



Sistema de Informação Geográfico

A implementação do SIG passa nesta fase pela atualização e correção das infraestruturas existentes, recorrendo à colaboração dos técnicos da Manutenção na validação de traçados de condutas e localização de órgãos de manobra e segurança, assim como por levantamentos topográficos das infraestruturas a manter, cadastrando todo o equipamento.

Tem vindo a ser desenvolvido na área de cadastro a georreferenciação em SIG das infraestruturas da água, encontrando-se já georreferenciadas 859 infraestruturas em SAA (excluindo condutas) e 152 infraestruturas em SAR (excluindo emissários e intercetores).

As infraestruturas georreferenciadas desagregam-se em Reservatórios, ETA´s, EE's e Captações em SAA e em ETAR´s e EE´s em SAR.

No que diz respeito a condutas encontram-se georreferenciadas 852 quilómetros em condutas de SAA e 109 quilómetros de emissários e intercetores de SAR.

Expropriações e Servidões

Foi dado seguimento às expropriações e servidões dos vários projetos executados, assim como regularizadas situações existentes, quer de infraestruturas de abastecimento de água, quer de saneamento de águas residuais.

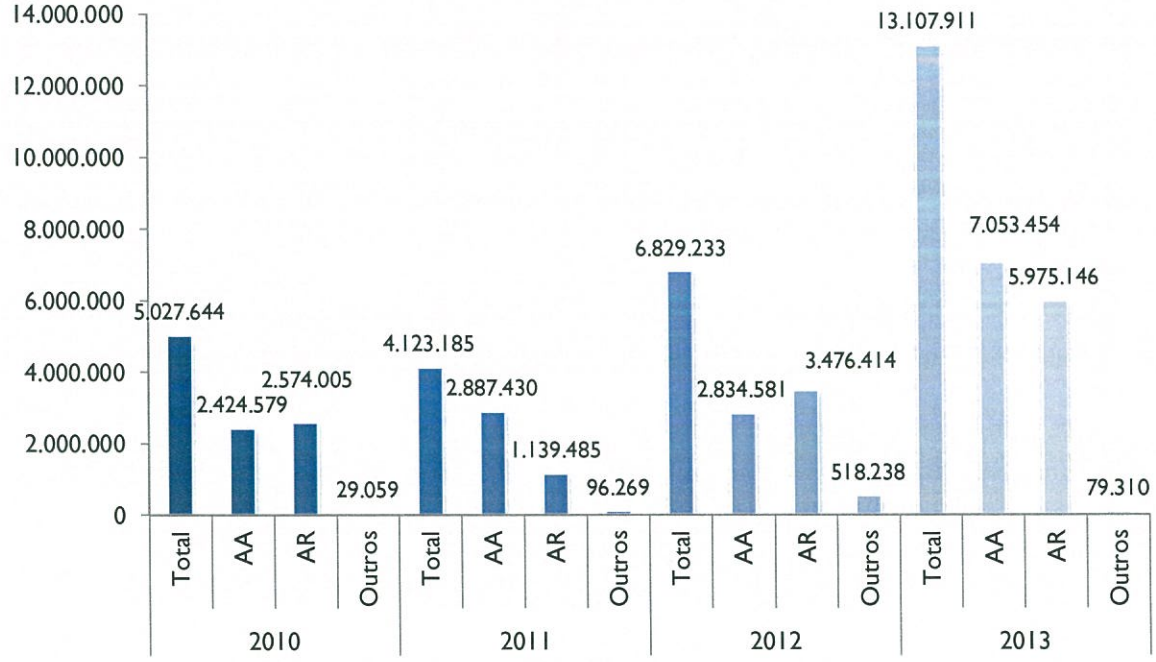
No ano de 2013 foram identificadas 281 parcelas a expropriar ou com servidões com um montante a pagamento de 580 mil euros. Do valor referido foram liquidados 355 mil euros.

6.3 Atividade de Planeamento

O investimento realizado em 2013 em empreitadas atingiu os 13,107 milhões euros que se encontra abaixo do previsto realizar para o ano em questão ainda que comparativamente com 2012 represente um acréscimo de investimento de quase 100%.



Investimento anual por atividade



Contrato de financiamento com o POVT - 1ª Fase Sistema Público Integrado de AA

(POVT-12-0146-FCOES-000141)

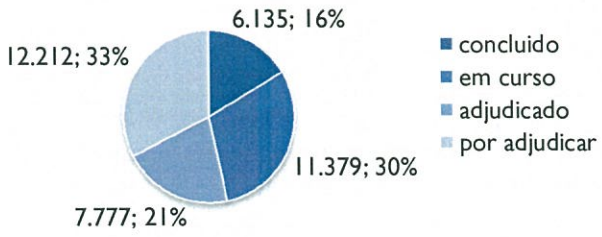
Execução

Foi aprovada em novembro de 2012 a reprogramação temporal, material e financeira da operação, passando o investimento elegível de 50.683.519 euros para 48.295.132 euros. O Financiamento do Fundo de Coesão é de 70%.

A variação de valor do contrato deveu-se a uma atualização dos montantes considerados em projeto aos valores reais adjudicados após realização de concursos públicos.

Em termos de execução deste contrato de financiamento, é de salientar que entre empreitadas concluídas, em curso e adjudicadas, atinge-se os 67% do investimento total, prevendo-se adjudicar os restantes 33% no princípio 2014.

Estado de execução do contrato de AA



Contrato de financiamento com o POVT - 1ª Fase Sistema Público Integrado de SAR

(POVT-12-0146-FCOES-000140)

Execução

Foi aprovada em novembro de 2012 a reprogramação temporal, material e financeira da operação, passando o investimento elegível de 30.961.860 euros para 36.814.566 euros. O Financiamento do Fundo de Coesão é de 70%.

A variação de valor do contrato deve-se ao aumento do número de infraestruturas visadas e ainda à atualização dos montantes considerados em projeto aos valores reais adjudicados após realização de concursos públicos.

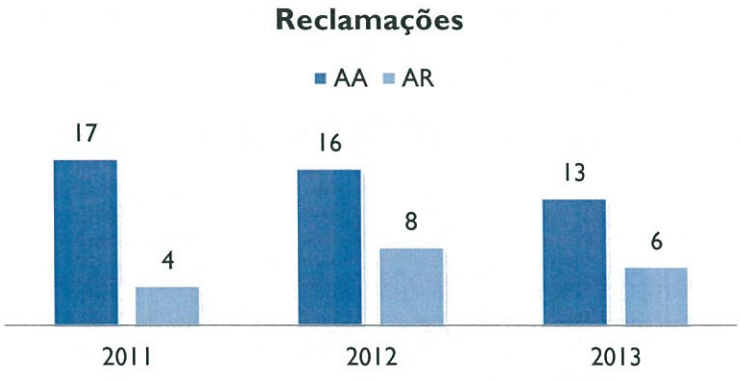
Em termos de execução deste contrato de financiamento, é de salientar que entre empreitadas concluídas, em curso e adjudicadas, atinge-se os 84% do investimento total, prevendo-se adjudicar os restantes 16% no início 2014.



6.4 Atividade do Sistema de Responsabilidade Empresarial

Tem sido preocupação da AgdA dar continuidade ao processo de licenciamento de instalações, nomeadamente, Contratos de Concessão para Captação de Água para Abastecimento Público e títulos de rejeição de águas residuais em meio hídrico.

É ainda responsabilidade do SRE, o tratamento e resposta de reclamações/sugestões recebidas. Verifica-se que relativamente a águas de abastecimento o nº de reclamações recebidas em 2011 e 2012 é idêntico, observando-se contudo uma ligeira redução em 2013. Nas águas residuais foram registadas em 2012 o dobro das reclamações relativamente a 2011, mas em 2013 já existiu também uma pequena redução neste valor. A todas as reclamações recebidas foi dada resposta em prazo inferior a 22 dias úteis.



No âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho foram realizadas avaliações de risco das condições de segurança e higiene no trabalho e propostas medidas corretivas com vista à segurança dos trabalhadores diretos e indiretos da empresa, nas seguintes instalações:

- ✓ Estações de Tratamento de Água: Alvito, Enxoé, Fonte da Telha, Porto Novo, Cavaleiros, Rabaça, Roxo, Vale Rainha;
- ✓ Reservatório de Viana, Cuba, Barrancão, Casebres, Torrão, A-do-Pinto, Santa Catarina, Santa Susana, Alto da Forca, Brinches, Amareleja, Moura, Pias, Póvoa de São Miguel, Sobral da Adiça, RV1, Vila Nova de São Bento, Arraiolos, Igrejinha, Vimeiro, Grândola, Lousal, Santa Margarida, Ourique, Aljustrel I, Aljustrel II, Messejana, Nossa Senhora do Castelo, Rodeado, Cerro da Inês, Romeirinhas;
- ✓ Estações Elevatórias: Ameira, Herdade de Frades, Safara, Rio de Moinhos.

Realizaram-se também medições de ruído em locais suscetíveis de apresentar risco de exposição ao ruído nomeadamente: ETA de Borbolegão, ETA de Lousal, Reservatório de Grândola, ETA de Bica Fria, ETA de Porto Novo, ETA de Cavaleiros, EE de Viana, Reservatório de Cuba, ETA de Alvito, EE de Aljustrel, EE de Rio de Moinhos, ETA Roxo, EE de Safara, ETA de Fonte Telha, Reservatório A-do-Pinto, Reservatório de Brinches, EE Safara, Reservatório de Sobral da Adiça, Equipamento Roçadeira, EE de Ameira, EE de Herdade de Frades, Reservatório de Romeirinhas, ETA da Rabaça.

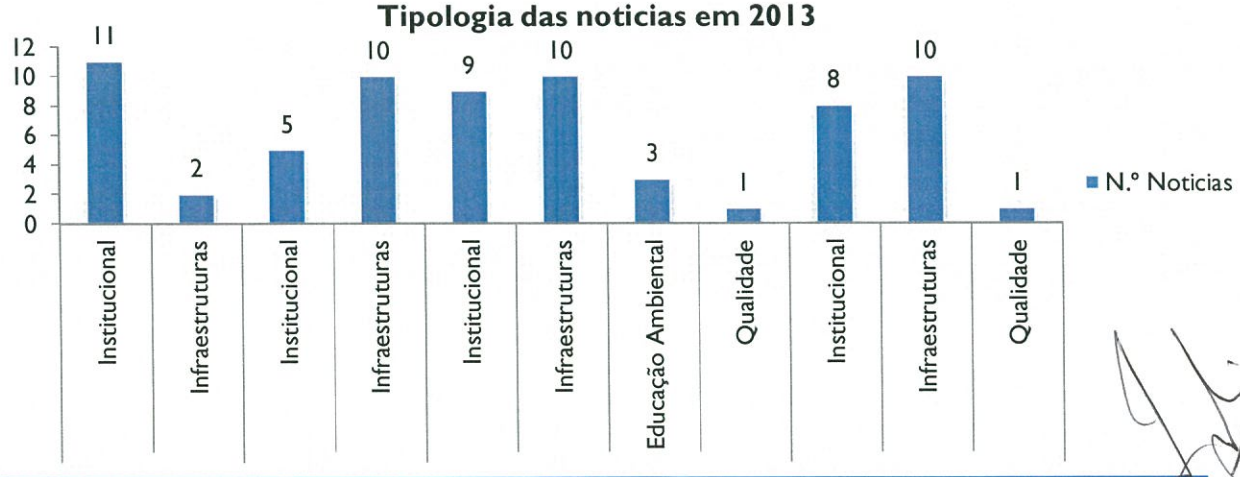
Garantiu-se ainda o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual aos colaboradores e realizadas ações de formação pelos vários Centros Operacionais em Movimentação Manual de Cargas e Manuseamento de Produtos Químicos.

6.5 Atividade de Comunicação, Imagem e Sensibilização Ambiental

Análise de Conteúdo à Comunicação Editorial

No ano de 2013 foram analisadas 73 notícias referentes à AgdA, que resultaram num Advertising Value Equivalent* (AVE) de 17.066 euros. Na análise à informação anual verificamos que a informação positiva e a equilibrada obtiveram resultados percentuais semelhantes.

Verifica-se ainda que o maior número de notícias se refere ao tema de infraestruturas, sendo procedido de notícias de carater institucional como se poderá verificar no quadro seguinte.



Participação em Feiras Municipais

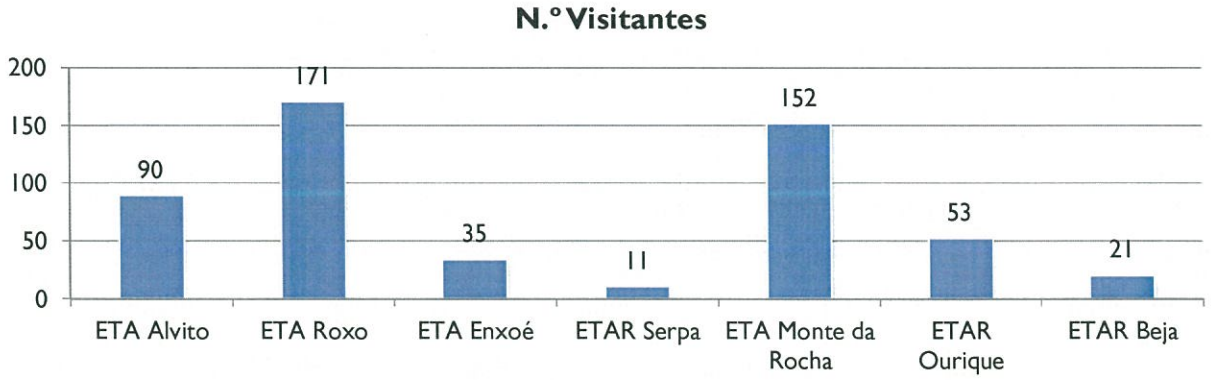
Através da participação em eventos e certames a AgdA proporciona uma aproximação aos clientes e população. Com o objetivo de reforçar a imagem institucional da empresa, participou-se no ano de 2013 em nove feiras dos municípios parceiros: Beja (Ovibeja), Viana do Alentejo (Feira da Sr.ª D'Aires), Vendas Novas (Feira das atividades económicas), Aljustrel (Feira do Campo Alentejano), Alcácer do Sal (Feira de outubro), Almodôvar (Facal), Santiago do Cacém (Santiagro), Odemira (FACECO), Cuba (Feira Anual) e Grândola (Feira de Agosto).



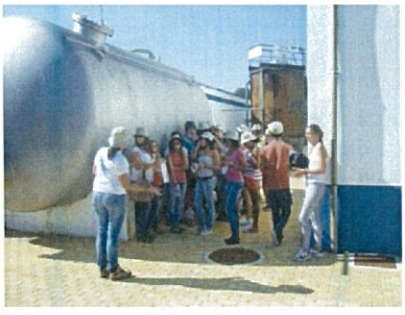


Visitas às Infraestruturas

No ano de 2013, a AgdA recebeu nas suas infraestruturas 533 visitantes a que corresponde um acréscimo de 273 visitantes relativamente ao ano de 2012.







Patrocínios e Donativos

Apoio Institucional ao *Centro de Acolhimento Temporário "A Buganvília"*

Com a finalidade de proporcionar às crianças e jovens da IPSS "Centro de Acolhimento Temporário a Buganvília", a AgdA contribuiu com 7 carrinhos de passeio e 6 cadeiras de papa, para que os responsáveis do Centro de Acolhimento continuem a assegurar a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens, que acolhem. Mais uma vez os colaboradores da AgdA e seus Familiares, se associaram a esta iniciativa, correspondendo com um contributo positivo, ao "Projeto Gotinhas de Água" doando géneros vários, complementando o contributo institucional da empresa.



Natal Solidário e Sustentável

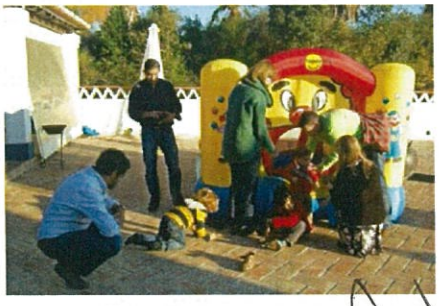
No âmbito da política de utilização racional de recursos, o Grupo AdP mais uma vez privilegiou o envio eletrónico de cartões de Natal, em substituição dos cartões em papel, estando-lhe associado uma componente de responsabilidade social, através da doação de 50 cêntimos por cada postal eletrónico de Natal enviado, tendo os colaboradores da AgdA aderido fortemente a este projeto. O contributo reverteu para projetos e instituições de solidariedade, nomeadamente:- a ACREDITAR;- as Aldeias de Crianças SOS;- a Associação Novos Rostos...Novos Desafios. Ainda no âmbito da responsabilidade social interna, parte da verba angariada com o envio dos cartões de Natal 2012, permitiu a criação de um fundo com vista à atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior aos filhos dos colaboradores do Grupo AdP. Em 2013 foram atribuídas bolsas de estudo a filhos de colaboradores do Grupo ÁdP entre os quais uma a colaboradores da AgdA.

Festividades de Natal

Atendendo ao período conturbado que passamos e que nos afeta a todos, somos coagidos a um enorme esforço financeiro derivado às medidas de contenção que obrigam a "sacrifícios a dividir por todos". Mesmo com todas estas adversidades, o Conselho de Administração da AgdA deliberou que todos os colaboradores da empresa e respetivas famílias (conjugues e descendentes) participassem no Espírito Natalício, através de uma celebração baseada nas seguintes iniciativas: Almoço convívio com integração dos colaboradores e seus familiares, oferta de um género alimentício a todos os Colaboradores da AgdA, animação infantil ativa que envolveu as crianças e a oferta do respetivo presente, até à idade de 12 anos inclusive.







Campanhas de Sensibilização

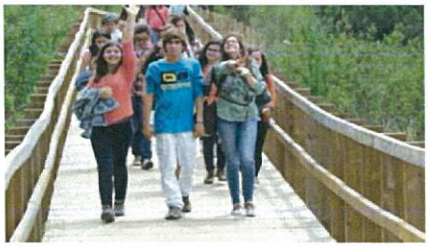
Eu Bebo Água da Torneira- Campanha de Sensibilização

No Alentejo, zona do país onde a qualidade da água fornecida às populações pelos serviços públicos de abastecimento começa a ter uma qualidade garantida, ainda que com algum atraso em relação ao resto do país, a população não está no geral ainda muito consciente da sua qualidade e na segurança para a sua utilização para beber. Neste contexto, a AgdA em Parceria com os Município de Mértola e de Viana do Alentejo levou a cabo iniciativas de sensibilização da população para o consumo da água distribuída, alertando para os riscos do consumo de água não controlada.





Em Mértola as iniciativas centraram-se na divulgação das características da água de abastecimento público e na demonstração junto da população da qualidade da água de abastecimento público, dando a beber à população Água da Torneira, em provas públicas de água.






Em Viana do Alentejo a campanha centrou-se muito nas escolas, tendo por objetivo a sensibilização das crianças para a sua utilização, tendo-se associado ao município e AgdA, a Autoridade de Saúde.

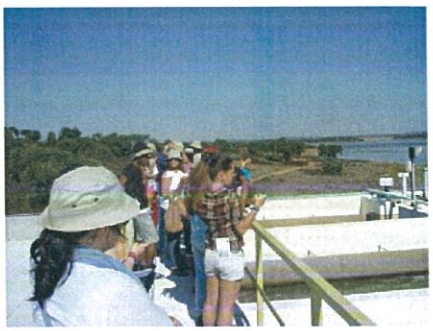
As entidades participantes, nas várias sessões realizadas, envolvendo cerca de 250 alunos, explicaram o circuito que a água percorre desde que é captada até à torneira do munícipe, os diferentes processos de tratamento a que é sujeita, assim como toda a monitorização, controlo e vigilância da qualidade da água que é realizada pelas entidades gestoras. Para além da água da torneira, as entidades alertaram os alunos para o consumo indevido da água das fontes no concelho não controladas, devidamente assinaladas.

No fim das sessões foram ainda entregues os prémios aos vencedores do concurso da mascote para a Campanha "Eu bebo Água da torneira!".

Semana Portas Abertas

Como chega a água às nossas torneiras e que tratamento recebe para que possa ser consumida com qualidade? O que acontece à água depois de utilizada nas nossas casas e empresas? Em que condições é devolvida aos cursos naturais? Para onde vão os resíduos sólidos urbanos que deitamos ao lixo ou depositamos nos ecopontos? Será possível produzir energia ou fertilizantes agrícolas a partir dos resíduos? Estas foram algumas das perguntas esclarecidas no programa de "portas abertas" que a AgdA dinamizou durante a semana de 07 a 11 de outubro para assinalar as seguintes efemérides: 4.º Aniversário da Águas Públicas do Alentejo-AgdA, 29 de Setembro - 20.º aniversário da Águas de Portugal-AdP, 1 de Outubro - Dia Nacional da Água.





Estações de tratamento de água (ETA) e Águas Residuais (ETAR), albufeiras utilizadas para captação de água, foram as infraestruturas que integraram o programa de portas abertas que esteve acessível à população em geral. Nas 5 infraestruturas disponíveis para visita (Estação de tratamento de água do Bufo, Estação de tratamento de água de Alvito, Estação de tratamento de água da Bica Fria, Estação de tratamento de águas residuais de Mértola, Estação de tratamento de águas residuais de Vila Nova de Milfontes) foram recebidos 163 munícipes entre os quais colaboradores da AgdA, Escola Básica Fialho de Almeida de Cuba-Ensino Pré Escolar e Escola Profissional de Cuba.

O objetivo desta iniciativa foi permitir à população conhecer a complexidade das atividades e processos que são desenvolvidos pela AgdA de forma a permitir assegurar o fornecimento de água para consumo e o tratamento das águas residuais.

Dia Eco-Escolas - Município de Moura

A pedido da CM de Moura foi levada a cabo por Técnicos da AgdA uma iniciativa designada Dia Eco-Escolas com o objetivo da promoção do consumo da água da torneira, tendo envolvido 350 participantes.



Comemoração do Dia da Árvore e Dia Mundial da Água - Município de Mértola

Em colaboração com a Câmara Municipal de Mértola realizou-se nas instalações da nova ETAR de Mértola a Comemoração do Dia da Árvore e Dia Mundial do Ambiente, com a plantação de algumas dezenas de árvores no recinto da ETAR, tendo participado cerca de 80 crianças.



Olimpíadas da Água - Município de Cuba

A convite do Município de Cuba foi levada a cabo por técnicos da AgdA uma série de sessões tendo por objetivo promover a educação e sensibilização ambiental visando a utilização sustentável dos recursos hídricos e para a responsabilidade individual e coletiva na gestão desse bem comum da humanidade – a ÁGUA. Ao longo dos 4 dias das olimpíadas registaram-se cerca de 250 participações.



7. OBJETIVOS DE GESTÃO

Na Assembleia Geral de 27 de março de 2013, o ponto de agenda n.º 7, referente às orientações estratégicas e indicadores de gestão para o mandato 2012-2014 foi retirado da ordem de trabalhos, por proposta da acionista AdP, SGPS e aprovada por unanimidade, pelo que não existem indicadores de gestão para serem apreciados neste âmbito.

8. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Integração dos Sistemas

Dos 21 municípios que constituem a Parceria, apenas os sistemas de água e de saneamento do município de Ferreira do Alentejo não estão a ser operados pela AgdA.

Desde 2010 que a AgdA está preparada para iniciar a integração destes sistemas e têm vindo a expressar, quer através de cartas quer em reuniões formais para o efeito, a vontade e a urgência de o fazer, nos termos do Contrato de Gestão, assunto que tem sido inclusive recorrentemente colocado à AMGAP e à própria Comissão de Parceria.

O município tem manifestado interesse em manter-se na parceria mas, alegando falta de capacidade financeira, tem continuamente evitado chegar a diálogo sobre a entrega dos seus sistemas.

Pelo exposto, em 2014 a AgdA irá continuar a desenvolver todos os esforços para que esta integração se concretize, tendo-se a expectativa que tal venha a ocorrer durante esse ano.

Sistemas de Abastecimento de Água

Nos anos de 2012 e 2013 a AgdA, através da sua Direção de Operação, fez um esforço enorme da procura da melhoria de desempenho ao nível da qualidade de serviço nos Sistemas de Abastecimento de Água, sendo que a água fornecida aos municípios deu um salto qualitativo que ultrapassou os objetivos estabelecidos. É assim que o Índice de Qualidade da Água, nos sistemas operados pela AgdA foi em 2011 de 98,1%, em 2012 de 98,9% e em 2013 de 99,4%. Este último ano já francamente dentro do Bom, ou seja Água Segura.

O objetivo para 2014, nesta matéria, é que o Índice de Qualidade da Água se mantenha acima dos 99%, de forma a consolidar-se o IQA no nível Bom - Água Segura.

Ainda nos Sistemas de Abastecimento de água, tendo em consideração a necessidade de diminuir o custo da sua operação, e sendo a componente custos de energia uma das mais significativas, com 28% do peso total dos encargos, será feita uma aposta forte na redução dos custos deste fator de produção. Efetivamente considera-se que em matéria de encargos com energia há uma certa capacidade de redução, seja pela melhoria dos rendimentos dos equipamentos utilizados, seja pela utilização mais racional das horas de bombagem, recorrendo aos períodos de menor custo da energia.

Sistemas de Saneamento de Águas Residuais

O ano de 2014 será o ano em que se iniciará uma progressiva melhoria no desempenho dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais, que atualmente ronda os 55% de cumprimento das normas de descarga, motivado por dois fatores aditivos.

Por um lado temos as primeiras ETAR já construídas pela AgdA a iniciar a operação, nas suas fases de arranque, como sejam Vila Nova de Milfontes; Alcácer; Vendas Novas e Cercal, contribuindo para um tratamento adequado nos aglomerados que servem e, por outro, a contratação de serviços externos para Operação e Manutenção das infraestruturas de Saneamento, o que permitirá suprir a insuficiência de meios humanos para os operar que se verifica na AgdA, sendo assim previsível que a qualidade de serviço melhore já em 2014, para atingir níveis satisfatórios em 2015.

Plano de investimentos

Com a aprovação do Plano de Atividade e Investimento (PAI) efetuado pela tutela política em meados de 2012 e a reprogramação do contrato de financiamento com o POVT, no final do mesmo ano, foi possível em 2013 arrancar verdadeiramente com o plano de investimentos, que pouco pôde avançar em 2011 e 2012.

Estão assim reunidas as condições para que se desenvolva o plano de investimentos da 1ª fase (2009/2014), constituído um grande desafio para o ano de 2014 a recuperação dos investimentos que não puderam ser executados em 2011 e 2012, devido ao congelamento do investimento público então verificado.

2014 será assim um ano em que os inúmeros projetos lançados em 2013 ou a lançar ainda em 2014 terão o grosso do seu desenvolvimento, constituindo neste ano, a atividade de construção de infraestruturas a principal prioridade da AgdA, tendo em vista o cumprimento do plano de investimentos e o compromisso com os dois contratos de financiamento com o POVT, cujas empreitadas terão de estar concluídas até junho de 2015.

Relativamente à 2ª fase do plano de investimento previsto para 2015/ 2018, será iniciada já em 2014 uma revisão objetiva do mesmo, face aos 3 anos de experiência na exploração das infraestruturas existentes, adaptando os investimentos a um melhor aproveitamento dos recursos subterrâneos existentes, à revisão em baixa dos consumos turísticos e à necessidade de reduzir custos de investimento, face às características do próximo quadro comunitário de Apoio. A revisão do plano de investimentos será o primeiro passo para a revisão do EVEF que terá de ser efetuado em 2015, por força do estipulado nos contratos de Parceria e de Gestão.

Dívida dos municípios

Face ao aumento que se tem verificado nas dívidas dos municípios, tem vindo a ser efetuada uma sensibilização para a necessidade da redução das mesmas, recorrendo se necessário a acordos de pagamento plurianuais.

Espera-se que em 2014 os municípios com dívidas maiores acedam a formalizar acordos de pagamento e que na generalidade comecem a pagar com mais regularidade as respetivas faturas, como forma de no mínimo estar o crescimento de dívida vencida que tem vindo a ocorrer até agora.

9. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

O Conselho de Administração da AgdA - Águas de Públicas do Alentejo S.A., declara que após o termo do exercício de 2013 não se observaram quaisquer factos relevantes que justifiquem o seu registo.

10. SUCURSAIS DA SOCIEDADE

A Sociedade Anonima Águas Publicas do Alentejo não dispõe de sucursais.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2013, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- ✓ O Acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A, em representação do Estado Português;
- ✓ O Acionista AMGAP, em representação dos 21 Municípios;
- ✓ A Entidade Reguladora da EGP, na pessoa de Comissão da Parceria;
- ✓ Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e Agência Portuguesa do Ambiente;
- ✓ Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- ✓ Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração,
- ✓ O Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;
- ✓ Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral;
- ✓ Os Colaboradores de AgdA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o desempenho da sociedade não poderia ter sido o que foi.

12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2013, no valor positivo de € 50.600,95 (cinquenta mil, seiscentos euros e noventa e cinco cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

a) € 2.530,05 (dois mil, quinhentos e trinta euros e cinco cêntimos) para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais;

b) o remanescente, no valor de € 48.070,90 (quarenta e oito mil, setenta euros e noventa cêntimos), para distribuição de Dividendos aos Acionistas, a efetuar de acordo com a data de realização efetiva do capital social, conforme previsto em Contrato de Gestão.

13. ANEXO AO RELATÓRIO

Em cumprimento do disposto no nº. 5 do art.º 447º e do nº 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. era, em 31 de dezembro de 2013, integralmente detido pelos acionistas que constam do Quadro seguinte.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2013:

- ✓ A sociedade não tem ações próprias;
- ✓ Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- ✓ A sociedade não tem qualquer sucursal.

1. Informação a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Nada a referir.

2. Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Na data do encerramento do exercício os acionistas que detinham uma participação igual ou superior a 10% do Capital Social, são os seguintes:

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL		
ACCIONISTA	%	N.º Ações
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	51.000
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Águas Públicas do Alentejo	49%	49.000
TOTAL	**100%**	**100.000**

Beja, 27 de fevereiro de 2014

Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)

João Manuel da Silva Costa
(Vogal do Conselho de Administração)

Alvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)

C - CONTAS DO EXERCICIO 2013

CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	31.12.2013	31.12.2012
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	7	39.236.158	24.288.090
Impostos diferidos ativos	8	1.063.905	719.005
Desvio Tarifário Ativo de Recuperação de Custos - **Défice Tarifário**	9	0	0
Clientes e outros ativos não correntes	11	4.328.547	3.932.662
Total dos ativos não correntes		**44.628.611**	**28.939.757**
Ativos correntes			
Inventários	10	70.852	79.960
Clientes	11	12.681.646	8.938.161
Estado e outros entes públicos	12	539.760	748.881
Outros Devedores e Credores - Fundo Coesão	13	356.860	4.544.004
Outros ativos correntes	14	2.573.099	1.985.624
Caixa e seus equivalentes	15	405.361	374.342
Total dos ativos correntes		**16.627.578**	**16.670.972**
Total do ativo		**61.256.189**	**45.610.729**
Capital próprio dos acionistas maioritários			
Capital social	16	500.000	500.000
Reservas e outros ajustamentos	16	7.563	4.814
Resultados transitados	16	0	0
Resultado líquido do período	16	50.601	54.982
Total do capital próprio		**558.164**	**559.796**
Passivos não correntes			
Empréstimos		0	0
Fornecedores e outros passivos não correntes	17	4.204.073	3.975.134
Impostos diferidos passivos	8	583.540	433.185
Desvio Tarifário Passivo de Recuperação de Custos - **Superavit**	9	970.758	388.947
Acréscimos de custos do investimento contratual	18	3.033.039	2.202.148
Subsídios ao investimento	19	13.750.983	6.067.584
Total dos passivos não correntes		**22.542.393**	**13.066.998**
Passivos correntes			
Empréstimos	20	28.711.139	25.183.971
Fornecedores	21	6.027.283	4.450.267
Outros passivos correntes	22	2.939.618	1.978.896
Imposto sobre o rendimento do exercício	23	129.531	75.043
Estado e outros entes públicos	12	348.062	295.759
Total dos passivos correntes		**38.155.632**	**31.983.935**
Total do passivo		**60.698.025**	**45.050.933**
Total do passivo e do capital próprio		**61.256.189**	**45.610.729**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	Notas	31.12.2013	31.12.2012
Vendas	24	10.919.460	9.875.997
Prestações de serviços	24	0	0
Desvio Tarifário (Superavit)	24	(581.810)	(198.832)
Volume de negócios		**10.337.650**	**9.677.166**
Custo das vendas/variação dos inventários	25	(556.450)	(639.774)
Margem bruta		**9.781.199**	**9.037.391**
Fornecimentos e serviços externos	26	(7.021.848)	(7.042.168)
Gastos com pessoal	27	(2.496.844)	(2.125.516)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	28	(1.302.910)	(882.637)
Subsídios ao investimento	29	750.373	720.604
Outros gastos e perdas operacionais	30	(198.772)	(209.771)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	31	1.197.719	1.405.931
Resultados operacionais		**708.916**	**903.835**
Gastos financeiros	32	(1.370.877)	(1.560.809)
Rendimentos financeiros	33	774.319	725.054
Resultados financeiros		**(596.558)**	**(835.755)**
Resultados antes de impostos		**112.357**	**68.080**
Imposto do exercício	23	(256.302)	(164.705)
Imposto diferido	8 e 23	194.545	151.607
Resultado líquido do exercício	16.2	**50.601**	**54.982**
Resultado por ação (básico e diluído)		**0,51**	**0,55**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PROPRIO

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	**500.000**	**4.814**	**0**	**54.982**	**559.796**
Realização de Capital	0	0	0	0	**0**
Aplicação do res. líquido do exercício	0	2.749	52.233	0	**54.982**
Distribuição de Dividendos	0	0	(52.233)	0	**(52.233)**
Resultado líquido do período	0	0	0	50.601	**50.601**
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	**500.000**	**7.563**	**0**	**50.601**	**558.164**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	9.643.116	9.549.567
Pagamentos a fornecedores	(10.155.159)	(10.226.097)
Pagamentos ao pessoal	(1.502.535)	(1.503.225)
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	(201.883)	(194.033)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	1.275.243	2.763.393
Pagamentos Segurança Social	(445.959)	(407.277)
Pagamentos de Outros Impostos	(693.845)	(607.664)
Resultado do Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(2.081.022)**	**(625.336)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de ativos intangíveis	12.620.915	3.257.495
Pagamentos de ativos intangíveis	(12.399.947)	(9.535.876)
Resultado do Fluxo de caixa das atividades de investimento	**220.968**	**(6.278.381)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	4.271.408	8.226.694
Recebimentos de realizações de capital	0	0
Pagamentos de empréstimos obtidos	0	0
Pagamentos de juros e gastos similares	(1.636.102)	(1.452.789)
Resultado do Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**2.635.306**	**6.773.905**
Variação de caixa e seus equivalentes	775.252	(129.812)
Caixa e seus equivalentes no início do período	(6.582.936)	(6.453.123)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**(5.807.684)**	**(6.582.936)**

DECOMPOSIÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	2013	2012
Caixa (Nota 15)	3.600	3.750
Depósitos à ordem (Nota 15)	401.761	370.592
Depósitos a prazo (Nota 15)	0	0
Descoberto Bancário (Nota 20)	(6.213.037)	(6.957.278)
	(5.807.676)	**(6.582.936)**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

NOTAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1. Atividade económica da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.

1.1. Introdução

A **AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.** (adiante designada também por AgdA) foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo a sua sede social na Rua Doutor Aresta Branco, n.º 51, Beja. A AgdA, tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento,

1.2. Atividade

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos "a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAAlentejo, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, integrando como utilizadores originários os referidos Municípios". Tendo por base um Contrato de Gestão celebrado com o Estado Português e a Associação de Municípios para a Gestão de Águas Publicas do Alentejo (AMGAP) em 25 de setembro de 2009, foi atribuída à Sociedade, em regime de exclusividade, a gestão da exploração, incluindo igualmente a conceção e construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do Sistema Público Integrado de Águas do Alentejo, pelo prazo de 50 anos. O Sistema Público Integrado de Águas do Alentejo abrange atualmente os municípios Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira.

1.3 Acionistas

São acionistas da AgdA - Águas Publicas do Alentejo a Empresa Águas de Portugal, SGPS, S.A (51% do Capital social) e a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão de Águas Públicas (49% do capital social).

1.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 27 de fevereiro de 2014.

Nota 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2010.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Nota 2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AgdA foram preparadas segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

Nota 2.1.1. Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos, que decorram da aplicação de novas normas emitidas após 1 de janeiro de 2013.

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e já endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de janeiro de 2013:

Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho) – Apresentação de rubricas de Outro rendimento integral

(i) As alterações introduzem nova terminologia para o título da "Demonstração de rendimento integral", que na norma passa a ser redenominada como "Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral". Contudo, a aplicação e uso do título redenominado não é de aplicação obrigatória, podendo as entidades continuar a usar para as suas demonstrações financeiras títulos que não sejam usados na norma.

(ii) As alterações da IAS 1 mantêm a possibilidade de apresentar os resultados e o outro rendimento integral quer numa única demonstração quer em duas demonstrações separadas, desde que consecutivas. Contudo, as alterações à IAS 1 requerem que as rubricas de outro rendimento integral sejam agrupadas em duas categorias: a) rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, e b) rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, logo que estejam preenchidas determinadas condições. As alterações à IAS 1 devem ser aplicadas retrospetivamente, pelo que a apresentação (grupos separados) das rubricas de outro rendimento integral deve ser modificada para refletir estas alterações também no período comparativo.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Alterações à IAS 19 Benefícios dos empregados (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho)

As alterações mais significativas nesta nova versão da IAS 19 relacionam-se com a contabilização de alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As alterações na nova versão da IAS 19 requerem que as alterações nas obrigações de benefícios definidos e as alterações no justo valor dos ativos do plano sejam reconhecidas no momento em que ocorrem, eliminando assim a abordagem de "corridor" permitida pela versão anterior da IAS 19 e acelerando assim o reconhecimento dos custos com serviços passados. Com esta nova versão da IAS 19, todos os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos imediatamente em outro rendimento integral. Além disso, o custo de juros e retorno esperado dos ativos do plano, usados na versão anterior da IAS 19 são substituídos, nesta nova versão, por um montante de "juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos", que é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos. Em adição, esta nova versão da IAS 19 introduz determinadas alterações na apresentação dos custos de benefícios definidos, incluindo divulgações mais extensivas. A nova versão da IAS 19 deverá ter aplicação retrospetiva.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Adoção da IFRS 13 Mensuração pelo justo valor (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)

A IFRS 13 estabelece um quadro único para o cálculo do justo valor de acordo com as IFRS (exceto para pagamentos com base em ações no âmbito da IFRS 2, transações de locação no âmbito da IAS 17 e mensurações que têm algumas semelhanças com o justo valor, mas que não são justo valor, como por exemplo o valor realizável líquido na mensuração de inventários, ou como por exemplo o valor de uso para aferição de imparidades) e fornece orientações abrangentes sobre a forma de calcular o justo valor de ativos e passivos, tanto financeiros como não financeiros. A IFRS 13 define justo valor como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração. O justo valor na IFRS 13 consiste num "preço de saída", independente de esse preço ser diretamente observável ou estimado por recurso a outra técnica de avaliação. A IFRS 13 inclui requisitos extensos de divulgações adicionais. A IFRS 13 requere apenas uma aplicação prospetiva, a partir de 1 de janeiro de 2013, pelo que os requisitos de divulgação não são exigidos para a informação comparativa de períodos anteriores antes da aplicação inicial da norma.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Alterações à IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro) – Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes

O objetivo das alterações consiste em introduzir uma exceção ao princípio de mensuração contido na IAS 12, sob a forma de uma presunção refutável de que o montante escriturado de um bem de investimento mensurado pelo justo valor será recuperado através da venda e que uma entidade será obrigada a utilizar a taxa de imposto aplicável à venda do ativo subjacente. Estas alterações à IAS 12 vêm suprimir a SIC 21 Impostos sobre o Rendimento — Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados, cujo teor passa a estar incluído na própria norma que passa a incluir mais exemplos ilustrativos de aplicação.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Alterações à IFRS 1 Adoção pela primeira vez

(i) Hiperinflação grave e supressão de datas fixas para os adotantes pela primeira vez: (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)

O objetivo destas emendas à IFRS 1 consiste em introduzir uma nova isenção, designadamente, as entidades que foram sujeitas a uma hiperinflação grave são autorizadas a utilizar o justo valor como custo considerado para os seus ativos e passivos na demonstração financeira de abertura de acordo com as IFRS. As emendas substituem ainda as referências a datas fixas, na IFRS 1, por referências à data de transição.

(ii) Empréstimos governamentais (Regulamento n.º 183/2013, de 4 de março)

As emendas à IFRS 1 tratam os empréstimos recebidos de Governos a uma taxa de juro inferior à do mercado e têm por objetivo conceder aos adotantes pela primeira vez das IFRS uma dispensa da aplicação total e retrospetiva na transição para as IFRS.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IFRIC 20 Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)

O objetivo da IFRIC 20 consiste em fornecer orientações sobre o reconhecimento dos custos de produção relacionados com a descobertura como um ativo e sobre a mensuração inicial e subsequente do ativo correspondente às atividades de descobertura, de forma a reduzir a diversidade, na prática, quanto à forma como as entidades contabilizam os custos de descobertura incorridos na fase de produção de uma mina a céu aberto.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e à IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação (Regulamento n.º 1256/2012, de 13 de dezembro)

O objetivo da emenda à IFRS 7 é exigir a apresentação de informação quantitativa adicional sobre compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, de maneira a que os utentes possam comparar e conciliar melhor as divulgações de acordo com as IFRS e as divulgações de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites (GAAP) dos EUA. Por outro lado, o IASB emendou a IAS 32 por forma a fornecer orientações adicionais para reduzir as incoerências na aplicação prática da norma> Regulamento 1256/2012, de 13 de dezembro.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Melhoramentos anuais: ciclo de 2009-2011 (Regulamento n.º 301/2013, de 27 de março)

Os melhoramentos incluem emendas a cinco IFRS, que se sumarizam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Aplicação repetida da IFRS 1

As emendas clarificam que uma entidade pode aplicar a IFRS 1 se as mais recentes demonstrações financeiras não continham uma declaração de conformidade, explícita e sem reservas, com as IFRS, mesmo se já tivesse aplicado a IFRS 1 no passado.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Custos de empréstimos obtidos

As emendas clarificam que custos de empréstimos obtidos capitalizados de acordo com PCGA anteriores antes da data de transição para as IFRS poderão ser usados sem ajustamento no montante previamente capitalizado à data de transição.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras - Clarificação dos requisitos para informação comparativa

As emendas especificam que uma terceira demonstração da posição financeira é requerida quando: a) uma entidade aplica uma política contabilística retrospetivamente, ou efetua uma reexpressão ou reclassificação retrospetiva de items nas suas demonstrações financeiras, e b) a aplicação retrospetiva, reexpressão ou reclassificação tem um efeito material na informação na terceira demonstração da posição financeira. As emendas especificam que não é requerido que sejam apresentadas as notas conexas acompanhem a terceira demonstração da posição financeira.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis - Classificação de equipamentos de serviço (peças sobressalentes, equipamentos de reserva e de manutenção)

As emendas clarificam que as peças sobressalentes, equipamento de reserva e de manutenção devem ser classificados como ativos fixos tangíveis quando cumprem a definição de ativos fixos tangíveis estabelecida na IAS 16 e como inventários nas outras situações.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Efeito fiscal da distribuição aos detentores de instrumentos de capital próprio

As emedas clarificam que o imposto sobre o rendimento nas distribuições aos detentores de instrumentos de capital próprio devem ser contabilizados de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IAS 34 Relato financeiro intercalar

As emendas clarificam que o total de ativos e total de passivos de um determinado segmento de relato deverão ser divulgados separadamente se esses montantes forem apresentados regularmente ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais e se se tiver verificado uma alteração substancial do valor divulgado nas últimas demonstrações financeiras anuais para esse segmento de relato.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IFRS 1 (Emenda) Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro

Clarifica que uma entidade que parou de aplicar as IFRS pode escolher entre: (i) voltar a aplicar a IFRS 1, apesar de já o ter feito num período anterior; ou (ii) aplicar restrospectivamente de acordo com a IAS 8, como se nunca tivesse deixado de aplicar as IFRS. Se uma entidade voltar a aplicar a IFRS 1 ou aplicar a IAS 8, deve divulgar as razões porque deixou de aplicar as IFRS e subsequentemente reatou a aplicação das IFRS.

Clarifica que, na adopção das IFRS, uma entidade que tenha capitalizado custos de financiamento de acordo com o anterior normativo, pode manter esse montante capitalizado sem qualquer ajustamento na Demonstração da posição financeira na data de transição.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2014

Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)

O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu igualmente uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)

O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)

A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)

As principais alterações envolvem: (i) a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; (ii) introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o goodwill) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; (iii) introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; (iv) remoção do termo "material", por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo goodwill) ou unidades geradoras de caixa, paras os quais uma perda ou reversão "material" de imparidade tenha sido incorrida durante o período.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)

O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Novas normas ainda não endossadas pela União Europeia e com aplicação após 01 de Janeiro de 2014

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- ✓ a opção pelo justo valor não for exercida;

- ✓ o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- ✓ nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii)Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custo do serviço no período em que o serviço é prestado.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospetiva.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu oito melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Acções

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance..

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IAS 16 Activos fixos tangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer-a

rexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IAS 38 Activos intangíveis

No caso de revalorizações a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a rexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospetiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu 4 melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato finaneiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Atualiza a exceção de aplicação da norma a "Acordos Conjuntos" clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9 independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a inter-relação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedades de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospetiva.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

IFRIC 21 – Taxas do governo (Emissão)

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a atividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante (ii) deve ser efetuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a atividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e (iii) se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um activo ou um gasto.

Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados do empresa.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospetiva.

Nota 2.2. Informação por segmentos

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporte interno que é produzido e disponibilizado aos órgãos de Gestão, nomeadamente o Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam a performance de cada segmento, bem como procedem à alocação dos recursos disponíveis. Um segmento, corresponde a um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

Nota 2.3. Conversão cambial

Nota 2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AgdA, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AgdA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Nota 2.4. Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

Nota 2.4.1. Introdução

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8, a AgdA com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características. Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: (i) um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da AgdA é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade Comissão de Parceria, estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual e os desvios tarifários. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

Nota 2.4.2. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos custos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de gestão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de gestão com a Parceria, dos rendimentos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática estes acréscimos, correspondem a um reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de gestão com a Parceria, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

Nota 2.4.3.Desvio tarifário ativo (passivo)

Em termos legais, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio tarifário, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio tarifário pode assumir duas naturezas:

a) défices, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;

b) superavits, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

Nota 2.5. Atividade concessionada

Nota 2.5.1. Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão e contrato de gestão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão e parcerias. Nos termos desta norma a AgdA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (rendimento) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão ou gestão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador porque o contrato de gestão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome da parceria, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de gestão, no âmbito desta norma, o operador atua como um prestador de serviços. O operador constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador construir ou modernizar as infraestruturas, o valor recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível. O operador deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do parceiro pelos serviços de construção; o parceiro não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador tem um direito incondicional de receber dinheiro se o parceiro garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante especifico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

ATIVIDADE CONCESSIONADA

Tipo de Serviço	Tipo de Atividade	Prazo	Período	Remuneração Acionista	
				Taxa	Incidência
Abastecimento de Água	Parceria	50	2009 - 2059	OT 10 Anos + 3%	Capital Social - Reserva Legal
Saneamento	Parceria	50	2009 - 2059	OT 10 Anos + 3%	Capital Social - Reserva Legal

Nota 2.5.2. Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a AgdA assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão e parceria das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão e parcerias, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a AgdA como entidade gestora da parceria classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até ao momento em que o ativo se encontra preparado para a entrada em exploração.

A manutenção e conservação corrente destes ativos, são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem. As despesas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado.

Nota 2.5.3. Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos do mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de gestão.

INVESTIMENTO CONTRATUAL						
Tipo de Serviço	Total de Investimento do Contrato de Gestão	Numero de anos do Contrato de Gestão	Total de Investimento Aprovado em Candidatura	Total de Caudais do Ano previsto em Contrato de Gestão	Total de Caudais de 2013	Taxa Média de amortização do ano 2013
Abastecimento de Água	174.496.482	50	48.618.843	19.711.237	19.199.956	2,34%
Saneamento	102.789.252	50	37.013.856	10.088.756	0	0,00%
	277.285.734	**50**	**85.632.699**	**29.799.993**	**19.199.956**	

Nota 2.5.4. Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da parceria, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não reintegrado. Estes montantes são classificados como ativos financeiros - valor a receber.

Nota 2.5.5. Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de Concessão e de Gestão de Parcerias, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A AgdA na fase de construção das infraestruturas atua como um "agente"/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da AgdA, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pela comissão de parceria e escrutinadas pelo regulador.

Nota 2.6. Ativos intangíveis

Nota 2.6.1. Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.5.2.

Nota 2.6.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

Nota 2.7. Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes ativos e passivos financeiros são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os gastos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos e passivos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da empresa quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) a empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos ou passivos.

Nota 2.7.1. Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da AgdA são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus ativos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A AgdA classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos detidos até à maturidade; iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

Nota 2.7.1.1. Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais e gestoras de parcerias, que de acordo com as condições particulares dos contratos de gestão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados perdas por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a AgdA não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Nota 2.7.1.2 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela AgdA no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

Nota 2.7.1.3. Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a AgdA tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Nota 2.7.1.4 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de rendimentos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

Nota 2.7.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

Nota 2.7.2.1. Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

Nota 2.7.2.2. Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AgdA possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Nota 2.7.2.3. Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Nota 2.8. Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

Nota 2.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Nota 2.10. Imparidade

Nota 2.10.1. Imparidade de ativos financeiros

A AgdA analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda de imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração de resultados.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a AgdA não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contractos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre a quantia recuperável e a quantia escriturada do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando uma quantia a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de imparidades acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registados em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Nota 2.10.2. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da AgdA são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para Goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas do contrato de gestão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos ao contrato de gestão que são reenviados anualmente para o regulador do setor. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AgdA. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) AgdA efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Nota 2.11. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Nota 2.12. Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

Nota 2.13. Subsídios

Os subsídios de ativos são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AgdA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

Nota 2.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AgdA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

Nota 2.15. Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

Nota 2.16. Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.5 a AgdA apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pela parceria. O rédito é reconhecido como segue:

Nota 2.16.1. Prestação de serviços

Na AgdA o rédito para recolha de efluentes é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. A componente fixa é aplicada mensalmente e de acordo com a população potencial servida que visa, tendencialmente, recuperar os custos decorrentes da disponibilização dos serviços de saneamento aos utilizadores, nomeadamente custos líquidos (custos deduzidos de rendimentos) associados ao investimento (amortização, financiamento, remuneração acionista e impostos), bem como os custos líquidos de operação com caráter permanente. A componente variável é aplicada em função do nível de utilização do serviço, visando recuperar os custos incorridos pela AgdA, não recuperados através da componente fixa. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

Nota 2.16.2. Venda de bens

Na AgdA o rédito para fornecimento de água é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. A componente fixa é aplicada mensalmente e de acordo com a população potencial servida que visa, tendencialmente, recuperar os custos decorrentes da disponibilização dos serviços de abastecimento de água aos utilizadores, nomeadamente custos líquidos (custos deduzidos de rendimentos) associados ao investimento (amortização, financiamento, remuneração acionista e impostos), bem como os custos líquidos de operação com caráter permanente. A componente variável é aplicada em função do nível de utilização do serviço, visando recuperar os custos incorridos pela AgdA, não recuperados através da componente fixa. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita à venda de bens;

Nota 2.16.3. Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a AgdA reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash-flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

Nota 2.16.4. Dividendos a receber

Os dividendos serão reconhecidos quando o direito do acionista for estabelecido, o que geralmente ocorre por decisão da Assembleia Geral da subsidiária ou associada.

Nota 2.17. Trabalhos para a própria empresa

São reconhecidos os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se concluí que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os custos capitalizados são registados diretamente em balanço sem impacto na demonstração dos resultados através do reconhecimento direto na conta da respetiva natureza, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

Nota 2.18. Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Nota 2.19. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

Nota 3. Políticas de gestão do risco financeiro

Nota 3.1. Fatores de risco

As atividades da AgdA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Nota 3.2. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água e tratamento de águas residuais). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota 11 - clientes). Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da [nome da empresa] e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento. Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AgdA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2013, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

RISCO DE CREDITO

Ativos financeiros bancários	31.12.2013	31.12.2012
Banco Espirito Santo	(6.213.037)	(6.957.278)
Banco Santander Totta	54.489	183.567
Caixa Geral de Depósitos	214.604	187.024
Caixa de Crédito Agrícola	132.668	0
Depósitos à Ordem	**(5.811.276)**	**(6.586.687)**

RATING´S

Ratings	Moody's Longo prazo Ano 2013	Moody's Longo prazo Ano 2012
Banco Espirito Santo	Ba3	Ba3
Caixa Geral de Depósitos	Baa3	Ba3
Banco Santander Totta	Ba1	Ba1
Caixa de Crédito Agrícola	nd	nd

Rating (Moodys) - Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em Janeiro 2014

Nota 3.3. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AgdA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AgdA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, a AgdA atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a AgdA procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

RISCO DE CREDITO

Financiador	Tipo	Plafond	Utilizado	Disponível 31.12.2013
Banco Espírito Santo	Descoberto Bancário	9.000.000	6.213.037	2.786.963
Banco Espírito Santo	Financiamento CP - Antecipação	2.500.000	2.019.106	480.894
Banco Espírito Santo	Financiamento CP - Express Bill	6.500.000	6.478.996	21.004
Banco Santander Totta	Financiamento CP	4.000.000	4.000.000	0
Acionista AdP - Apoio de Tesouraria	Financiamento CP	10.000.000	10.000.000	0
Total		**32.000.000**	**28.711.139**	**3.288.861**

RISCO DE CREDITO

Financiador	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	28.711.139	0	0
Fornecedores e outros Passivos Correntes	6.027.283	0	0
Total	**34.738.422**	**0**	**0**

A AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AgdA entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata. Adicionalmente, a AgdA encontra-se a contratualizar linhas de financiamento de MLP junto do IFDR como garantia da componente nacional dos investimentos contratualizados a realizar relativamente a candidaturas de subsídios ao investimento.

Nota 3.5. Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO

	31.12.2013	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros Suportados	1.127.615	1.284.489	963.452
Total	**1.127.615**	**1.284.489**	**963.452**

Nota 3.6. Risco de capital

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

RISCO DE CAPITAL

	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos não correntes	0	0
Empréstimos correntes	(28.711.139)	(25.183.971)
Disponibilidades	405.361	374.342
Dívida	**(28.305.778)**	**(24.809.629)**
Subsídios ao investimento	13.750.983	6.067.584
Total do capital próprio	558.164	559.796
Capital	**42.614.924**	**31.437.009**
Dívida/total do capital	**66%**	**79%**

O modelo de financiamento da AgdA assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto da banca comercial e BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Nota 3.7 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AgdA. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a AgdA e a AdP têm procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela Comissão de Parceria e pela ERSAR.

A esta data o Conselho de Administração da AgdA não tem conhecimento de eventuais decisões tomadas por parte dos Parceiros no âmbito da provável reestruturação do sector, reconhecendo no entanto que a ocorrerem, as mesmas podem ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras da AgdA.

Nota 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AgdA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Nota 4.1 Provisões e ajustamentos

A AgdA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AgdA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Nota 4.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da parceria).

Nota 4.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AgdA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AgdA. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da AgdA os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da AgdA, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AgdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AgdA.

Nota 5. Comparabilidade

Para análise das demonstrações financeiras de 2013 deverá ser considerada a seguinte nota de comparabilidade.

Nota 5.1 Atividade comparável em Abastecimento de Água:

Para análise das demonstrações financeiras de 2013 importa comparar os volumes de atividade operacional entre exercícios uma vez que no corrente ano se procedeu à integração de sistemas de abastecimento de dois novos municípios.

Pelo acima exposto, para que os exercícios sejam comparáveis, deverá ser deduzido à Demonstração de Resultados de 2013 os gastos e rendimentos registados pelo inicio de operação sistemas de abastecimento dos Municípios de Arraiolos e Montemor-o-Novo.

O quadro seguinte procura evidenciar em Demonstração de Resultados o valor que deverá ser abatido à Demonstração de resultados de 2013 para análise de atividade comparável:

ATIVIDADE COMPARAVEL DE ABASTECIMENTO DE AGUA

Municipio	Data de Integração	Caudal fornecido	Proveitos	Gastos
Municipio de Arraiolos	01-05-2013	296.782	188.645	148.629
Municipio de Montemor-o-Novo	15-05-2013	597.113	329.139	299.036
Total a reduzir à DR em 2013		**893.894**	**517.783**	**299.036**

Nota 6. Instrumentos Financeiros por categoria

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Municipio	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2012
Ativos intangíveis	0	0	**0**	39.236.158	**39.236.158**
Impostos diferidos ativos	0	0	**0**	1.063.905	**1.063.905**
Desvio Tarifário Ativo	0	0	**0**	0	**0**
Clientes não Correntes	4.328.547	0	**4.328.547**	0	**4.328.547**
Inventários	0	0	**0**	70.852	**70.852**
Clientes Correntes	12.681.646	0	**12.681.646**	0	**12.681.646**
Estado e outros entes públicos	539.760	0	**539.760**	0	**539.760**
Outros ativos correntes	2.929.958	0	**2.929.958**	0	**2.929.958**
Caixa e seus equivalentes	405.361	0	**405.361**	0	**405.361**
Total do ativo	**20.885.273**	**0**	**20.885.273**	**40.370.916**	**61.256.189**
Impostos diferidos Passivos	0	0	**0**	583.540	**583.540**
Forn. e outros passivos não correntes	0	4.204.073	**4.204.073**	0	**4.204.073**
Desvio Tarifário Passivo	0	0	**0**	970.758	**970.758**
Acréscimo de Gastos Inv. Contratual	0	0	**0**	3.033.039	**3.033.039**
Subsídios ao Investimento	0	0	**0**	13.750.983	**13.750.983**
Empréstimos correntes	0	28.711.139	**28.711.139**	0	**28.711.139**
Fornecedores	0	6.027.283	**6.027.283**	0	**6.027.283**
Outros passivos correntes	0	2.939.618	**2.939.618**	0	**2.939.618**
Imp. sobre o rendimento do exercício	0	129.531	**129.531**	0	**129.531**
Estado e outros entes públicos	0	348.062	**348.062**	0	**348.062**
Total do passivo	**0**	**42.359.705**	**42.359.705**	**18.338.320**	**60.698.025**

Nota 7. Ativos intangíveis

ACTIVOS INTANGIVEIS

	31.12.2013	31.12.2012
Despesas de desenvolvimento	510.596	521.133
Propriedade industrial e outros direitos	0	0
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	38.725.562	23.766.957
Total	**39.236.158**	**24.288.090**

Nos termos do Contrato de Gestão os Municípios têm direito a uma contrapartida pecuniária sob a forma de retribuição, pela afetação das infraestruturas. O valor foi calculado com base no EVEF, atualizando os valores à data de integração.

No ano de 2013, a AgdA registou em Ativo, pela integração das infraestruturas dos municipios de Montemor-o-novo e Arraiolos o valor de 163.459 euros.

Importa ainda referir que para o calculo do valor acima referido foi considerado o desconto financeiros da divida.

MOVIMENTO DO PERIODO DO ATIVO

Valor Bruto	31.12.2012	Aumentos	Diminuições	Alienações	Transferências	Reclassificações	31.12.2013
Despesas de desenvolvimento	**566.667**	0	0	0	0	0	**566.667**
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	**24.293.386**	15.420.087	0	0	0	0	**39.713.472**
Total Bruto	**24.860.053**	**15.420.087**	**0**	**0**	**0**	**0**	**40.280.140**
Amortizações acumuladas	**31.12.2012**	**Aumentos**	**Diminuições**	**Alienações**	**Transferências**	**Reclassificações**	**31.12.2013**
Despesas de desenvolvimento	**(45.534)**	(13.332)	0	0	0	0	**(58.866)**
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	**(526.429)**	(353.027)	0	0	0	(105.660)	**(985.116)**
Total de Amortizações	**(571.963)**	**(366.359)**	**0**	**0**	**0**	**(105.660)**	**(1.043.982)**
Total Liquido	**24.288.090**	**15.053.728**	**0**	**0**	**0**	**(105.660)**	**39.236.158**

DUI - MOVIMENTO DO PERIODO

Valor Bruto	31.12.2012	Aumentos	Diminuições	Alienações	Transferências	Reclassificações	31.12.2013
Terrenos	**37.653**	0	0	0	0	0	**37.653**
Edifícios e outras construções	**9.685.266**	181.051	0	0	0	2.114.291	**11.980.609**
Equipamento básico	**5.059.285**	642.823	0	0	0	29.715	**5.731.822**
Equipamento de transporte	**5.441**	0	0	0	0	0	**5.441**
Equipamento administrativo	**222.743**	10.797	0	0	0	0	**233.540**
Outros	**243.761**	33.027	0	0	0	0	**276.788**
Investimento em Curso	**9.039.237**	14.552.389	0	0	0	(2.144.006)	**21.447.621**
Total do Ativo DUI Bruto	**24.293.386**	**15.420.087**	**0**	**0**	**0**	**0**	**39.713.473**
Amortizações acumuladas	**31.12.2012**	**Aumentos**	**Diminuições**	**Alienações**	**Transferências**	**Reclassificações**	**31.12.2013**
Terrenos	**0**	0	0	0	0	0	**0**
Edifícios e outras construções	**(227.620)**	(186.563)	0	0	0	0	**(414.183)**
Equipamento básico	**(302.990)**	(274.941)	0	0	0	0	**(577.931)**
Equipamento de transporte	**(1.259)**	(698)	0	0	0	0	**(1.958)**
Equipamento administrativo	**(120.792)**	(46.090)	0	0	0	0	**(166.882)**
Outros	**(72.964)**	(58.673)	0	0	0	0	**(131.637)**
Correção das Amortizações Investimento Realizado	**199.197**	213.938	0	0	0	(105.660)	**307.475**
Total de Amortizações DUI	**(526.429)**	**(353.027)**	**0**	**0**	**0**	**(105.660)**	**(985.116)**
Total do Ativo DUI Liquido	**23.766.957**	**15.067.060**	**0**	**0**	**0**	**(105.660)**	**38.728.357**

Nota 8. Impostos diferidos

Para calculo dos impostos diferidos foi tido em consideração a alteração da taxa de IRC para 2014, aprovada em Orçamento de Estado para 2014.

Pelo acima exposto, foram efetuados ajustamentos aos impostos diferidos acumulados, tendo-se verificado um ajustamento de cerca de 54 mil euros em Imposto Diferido Ativo e cerca de 32 mil euros em Imposto diferido Passivo, conforme se poderá verificar no quadro seguinte.

IMPOSTOS DIFERIDOS

IMPOSTOS DIFERIDOS	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	**25%**	**23%**	**23%**	**25%**	**23%**
Taxa de Derrama	**1,50%**	**1,50%**	**1,50%**	**1,50%**	**1,50%**
Ativos por Impostos Diferidos					
Outros					
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	**2.324.280**	0	1.047.433	0	**3.371.713**
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	**0**	0	0	0	**0**
Desvio tarifário	**388.947**	0	581.810	0	**970.758**
Base de incidência	**2.713.227**	**0**	**1.629.243**	**0**	**4.342.470**
IRC	**678.307**	(54.265)	374.726	0	**998.768**
Derrama	**40.698**	0	24.439	0	**65.137**
Imposto diferido ativo reconhecido	**719.005**	**(54.265)**	**399.165**	**0**	**1.063.905**
Taxa de IRC	**25%**	**23%**	**23%**	**25%**	**23%**
Taxa de Derrama	**1,50%**	**1,50%**	**1,50%**	**1,50%**	**1,50%**
Passivos por impostos diferidos					
Outros					
Ajust. Transição -Amort./subsídios – inv. contratual não realizado	**1.634.660**	0	747.135	0	**2.381.795**
Desvio tarifário	**0**	0	0	0	**0**
Base de incidência	**1.634.660**	**0**	**747.135**	**0**	**2.381.795**
IRC	**408.665**	(32.693)	171.841	0	**547.813**
Derrama	**24.520**	0	11.207	0	**35.727**
Imposto diferido passivo reconhecido	**433.185**	**(32.693)**	**183.048**	**0**	**583.540**

À data de balanço a Águas Públicas do Alentejo não apresenta prejuizos fiscais reportáveis pelo que não são reconhecidos impostos diferidos sobre prejuizos fiscais.

Nota 9. Desvios Tarifários

DESVIOS TARIFÁRIOS (SALDOS ACUMULADOS)		
	31.12.2013	31.12.2012
Desvios Tarifários Ativos (Deficit)	0	0
Desvios Tarifários Passivos (Superavit)	970.758	388.947
Total Desvio Tarifário	**(970.758)**	**(388.947)**

A AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios tarifários. Entenda-se o desvio tarifário (neste caso Superavit) como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o valor dos rendimentos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

À data de 31/12/2013 a AgdA apresenta um *superavit tarifário* de 970.758 euros referente à acumulação de desvios entre os exercícios de 2009 e 2013.

Nota 10. Inventários

INVENTÁRIOS (SALDO ACUMULADO)		
	31.12.2013	31.12.2012
Mercadorias	0	0
Matérias-primas	70.852	79.960
Produtos acabados	0	0
	70.852	**79.960**

VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS			
	Mercadorias	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Saldo a 01 de Janeiro de 2013	**0**	**79.960**	**61.569**
Compras	0	547.342	**658.166**
Regularização de Inventários	0	0	**0**
Custo das vendas/variação dos inventários	0	556.450	**639.774**
Total em Inventários a 31 de Dezembro de 2013	**0**	**70.852**	**79.960**

As matérias primas registas em inventários correspondem aos reagentes químicos utilizados no processo de tratamento de águas para abastecimento

Nota 11. Clientes não Correntes e Correntes

CLIENTES		
	31.12.2013	31.12.2012
Clientes Não Correntes		
Clientes Municípios	4.328.547	3.932.662
Total em Clientes Não Correntes	**4.328.547**	**3.932.662**
Clientes Correntes		
Clientes Comunitários	13.302	2.125
Clientes Grupo UNAPD	65.363	0
Clientes Municípios Correntes	11.729.949	7.818.578
Devedores por acréscimos de Rendimentos	873.033	1.117.458
Total em Clientes Correntes	**12.681.646**	**8.938.161**
Total em Clientes	**17.010.194**	**12.870.823**

No ano de 2013 a AgdA registou em Clientes Não Correntes (Médio Longo Prazo) o valor correspondente aos acordos de pagamento celebrados com os municípios de Grândola, Vendas Novas, Barrancos e Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Beja e Santiago do Cacém, conforme se poderá verificar nos quadros da nota 11.1.

No que concerne com a rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, foi efetuada a especialização da venda de água no mês de Dezembro no montante de 424.072 euros e a especialização dos proveitos pelo débito das despesas de saneamento incorridas na AgdA no 4º trimestre de 2013 no montante de 448.961 euros.

De acordo com os procedimentos em vigor na empresa, a faturação da componente variável de abastecimento de água correspondente ao fornecimento de água no mês de Dezembro será efetuado a dia 15 de Janeiro de 2014 e o débito das despesas de Saneamento durante o mês de Fevereiro de 2014.

Nota 11.1. Clientes não Correntes

CLIENTES NÃO CORRENTES				
	N+2	N+3	N+4 a N+5	Total
Municipio de Barrancos	25.651	2.138	0	**27.789**
EMAS	514.835	257.418	0	**772.252**
Municipio de Grândola	396.410	396.410	396.410	**1.189.231**
Municipio de Vendas Novas	378.265	378.265	0	**756.529**
Municipio de Santiago do Cacém	395.686	395.686	791.373	**1.582.745**
Total em Clientes Não Correntes	**1.710.847**	**1.429.917**	**1.187.783**	**4.328.547**

Nota 11.2. Clientes Correntes

CLIENTES CORRENTES - MUNICIPIOS		
	31.12.2013	31.12.2012
Clientes Grupo UNAPD	65.363	0
Clientes municípios	10.186.549	6.975.246
Clientes municípios Acordo	1.374.130	707.132
Clientes municípios TRH	169.270	136.200
Clientes municípios injunções	0	0
Clientes municípios juros de mora	0	0
Acréscimos de Rendimentos - Venda de Água	424.072	331.636
Acréscimos de Rendimentos - Saneamento	448.961	785.822
Total Clientes Correntes Municípios	**12.668.345**	**8.936.036**

Nota 11.3. Clientes Municípios - total da divida sem acordo de pagamento por vencimento

CLIENTES – MUNICÍPIOS – TOTAL DA DIVIDA POR VENCIMENTO SEM ACORDO DE PAGAMENTO						
	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total Vencido	Não Vencido	Total
Alcácer do Sal	0	0	235.566	**235.566**	165.736	**401.303**
Aljustrel	378.144	0	273.474	**651.619**	103.108	**754.726**
Almodôvar	0	0	0	**0**	51.042	**51.042**
Alvito	0	0	0	**0**	3.255	**3.255**
Arraiolos	0	0	5.250	**5.250**	127.199	**132.448**
Barrancos	0	0	6.246	**6.246**	15.021	**21.267**
Castro Verde	0	253.070	232.088	**485.158**	29.427	**514.585**
Cuba	0	0	1.828	**1.828**	64.596	**66.424**
EMAS	0	0	731.466	**731.466**	563.260	**1.294.726**
Grândola	0	0	565.810	**565.810**	184.381	**750.192**
Mértola	0	0	0	**0**	87.670	**87.670**
Montemor-o-Novo	0	0	291.599	**291.599**	67.834	**359.432**
Moura	17.246	231.615	891.363	**1.140.225**	130.057	**1.270.282**
Odemira	0	546	97.329	**97.875**	183.960	**281.835**
Ourique	131.426	224.094	199.841	**555.361**	43.629	**598.991**
Santiago do Cacém	0	0	2.182	**2.182**	232.307	**234.489**
Serpa	0	729.241	932.594	**1.661.834**	157.021	**1.818.855**
Vendas Novas	1.959	529.667	109.771	**641.396**	175.936	**817.333**
Viana do Alentejo	9.218	24.229	83.637	**117.084**	41.847	**158.932**
Vidigueira	94.701	260.714	325.023	**680.438**	55.931	**736.369**
AdCA - Águas do Centro Alentejo, S.A. (Portel)	0	0	0	**0**	67.028	**67.028**
Total em Divida por Antiguidade	**632.694**	**2.253.176**	**4.985.067**	**7.870.938**	**2.550.246**	**10.421.183**

Nota 11.4. Clientes Municípios - Acordos de Pagamento

CLIENTES – MUNICÍPIOS – ACORDOS DE PAGAMENTO					
	Valor do Acordo	Divida Vencida	Divida Curto Prazo	Divida Médio Longo Prazo	Total
Municipio de Barrancos	100.092	0	25.658	27.789	**53.448**
EMAS	1.419.670	0	377.417	772.252	**1.149.670**
Municipio de Grândola	1.675.641	0	396.410	1.189.231	**1.585.641**
Municipio de Vendas Novas	1.513.058	0	178.957	756.529	**935.487**
Municipio de Santiago do Cacém	1.978.432	0	395.686	1.582.745	**1.978.432**
Total em Clientes Não Correntes	**6.686.893**	**0**	**1.374.129**	**4.328.547**	**5.702.677**

Nota 12. Estado e Outros Entes Públicos

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
	31.12.2013	31.12.2012
IVA a receber	539.760	739.281
Outros		9.600
EOEP ativos	**539.760**	**748.881**
IVA a pagar	0	0
Retenções - IRS	42.206	16.308
Retenções - Segurança social	33.996	33.416
Retenções - Outros	15.236	8.328
Outras Tributações - TRH	256.624	237.707
EOEP passivos	**348.062**	**295.759**
Total em EOEP	**191.698**	**453.122**

Nota 13. Outros Devedores e Credores - Fundo Coesão

OUTROS DEVEDORES E CREDORES - FUNDO COESÃO		
	31.12.2013	31.12.2012
Pedidos de Pagamento Entregues AA 1° Fase	6.961.813	2.542.288
Pedidos de Pagamento Entregues AR 1ª Fase	6.952.292	3.910.361
Pedidos de Pagamento Por Entregar AA 1ª Fase	1.251.151	994.869
Pedidos de Pagamento Por Entregar AR 1ª Fase	1.070.014	353.981
Reconhecimento do Direito ao Subsidio	**16.235.270**	**7.801.499**
Recebimentos AA 1ª Fase	8.605.751	753.938
Recebimentos AR 1ª Fase	7.272.659	2.503.556
Total de Recebimentos	**15.878.410**	**3.257.495**
Total a Receber	**356.860**	**4.544.004**

Nota 14. Outros Devedores e Credores

OUTROS ATIVOS CORRENTES		
	31.12.2013	31.12.2012
Adiantamentos a fornecedores	96.633	56.743
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	1.336.755	1.172.789
Outros devedores	49.816	0
Acréscimos de rendimentos	1.044.247	677.523
Diferimentos de Encargos	45.648	78.569
Total de Outros Ativos Correntes	**2.573.099**	**1.985.624**

O valor registado na rubrica de acréscimo de rendimentos respeita à especialização dos juros de mora a debitar a clientes pelo atraso de pagamento dos clientes municipais conforme disposto no Contrato de Gestão.

Nota 15. Caixa e Bancos

CAIXA E BANCOS		
	31.12.2013	31.12.2012
Caixa	3.600	3.750
Depósitos à ordem	401.761	370.592
Depósitos a prazo	0	0
Total em Caixa e Bancos	**405.361**	**374.342**

Nota 16. Capital Social

CAPITAL SOCIAL					
Entidade	%	Capital subscrito 31.12.2013	Capital realizado 31.12.2013	Capital subscrito 31.12.2012	Capital realizado 31.12.2012
AdP S.G.P.S., S.A.	51%	255.000	255.000	255.000	255.000
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Águas Públicas do Alentejo	49%	245.000	245.000	245.000	245.000
	100%	**500.000**	**500.000**	**500.000**	**500.000**

Nota 16.1. Movimentos em Capital

MOVIMENTOS EM CAPITAL PROPRIO					
	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	**500.000**	**4.814**	**0**	**54.982**	**559.796**
Realização de Capital	0	0	0	0	**0**
Aplicação do resultado líquido do exercício	0	2.749	52.233	0	**54.982**
Dividendos pagos	0	0	(52.233)	0	**(52.233)**
Resultado líquido do período	0	0	0	50.601	**50.601**
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	**500.000**	**7.563**	**0**	**50.601**	**558.164**

Nota 16.2. Resultado por Ação

RESULTADO POR ACÇÃO		
	31.12.2013	31.12.2012
Resultado líquido	50.601	54.982
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	100.000	100.000
Resultado por ação	**0,51**	**0,55**

Nota 17. Fornecedores e Outros Passivos não Correntes

FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES		
	31.12.2013	31.12.2012
Pagamento de Renda de Infraestruturas	4.204.073	3.975.134
Total em Fornecedores e Outros Passivos não Correntes	**4.204.073**	**3.975.134**

RECONHECIMENTO DA DIVIDA DE PATRIMÓNIO INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA					
	Rendas Reconhecidas Liquidadas	Rendas Reconhecidas em Divida	Rendas Futuras N	Rendas Futuras N+1	Rendas Futuras - Restantes
Pagamento de Renda de Infraestruturas	0	533.262	0	169.579	14.168.990
	0	**533.262**	**0**	**169.579**	**14.168.990**

Nota 18. Acréscimos de Gastos de Investimentos Contratual

ACRESCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL						
	31.12.2012	Aumento	Diminuições	Reclassificações	Transferências	31.12.2013
Acréscimos de gastos de investimento contratual	2.202.148	936.551	0	0	(105.660)	3.033.039
	2.202.148	**936.551**	**0**	**0**	**(105.660)**	**3.033.039**

Esta rubrica respeita a acréscimos de gastos para investimentos contratuais por realizar. Estes acréscimos permitem uma estabilização da tarifa, balanceando, durante o prazo da parceria, os rendimentos (tarifas) e os custos (incorridos e a incorrer). Considerou-se em investimento contratual valor de € 48.618.843 a que corresponde o investimento total de Abastecimento de Água considerado na 1ª Fase da candidatura ao POVT.

O valor desta rubrica corresponde à aplicação da taxa de depleção calculada em cada ano ao investimento da parceria previsto mas ainda não realizado.

Nota 19. Subsídios ao Investimento

SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO				
	31.12.2012	Pedidos de Pagamento	Reconhecimento de Proveitos	31.12.2013
Candidatura de Abastecimento de Água 1ª Fase	1.803.243	4.675.807	750.373	5.728.678
Candidatura de Abastecimento de Água 2ª Fase	0	0	0	0
Candidatura Águas Residuais 1ª Fase	4.264.341	3.757.964	0	8.022.306
Candidatura Águas Residuais 2ª Fase	0	0	0	0
Total em Subsídios ao Investimento	**6.067.585**	**8.433.771**	**750.373**	**13.750.983**

Como em exercícios anteriores, e atendendo ao facto de a AgdA apenas se encontrar a executar a atividade de abastecimento de água nos termos do Contrato de Gestão, apenas foram reconhecidos os proveitos da candidatura de abastecimento de água. Pese embora o referido, uma vez que a AgdA se encontra a executar investimentos em ambas as atividades, nomeadamente de Abastecimento de Água e de Saneamento, foram reconhecidos os pedidos de pagamento efetuados ao POVT em ambas as candidaturas.

No ano de 2013 o reconhecimento do direito de fundos comunitários ascendeu aos 8,433 milhões de euros a que acresce o reconhecimento acumulado liquido de 2012 no montante de 6,067 milhões de euros.

Nota 20. Empréstimos

EMPRÉSTIMOS		
	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos bancários BEI	0	0
Empréstimos bancários - banca comercial	0	0
Empréstimos - Locação financeira	0	0
Empréstimos - Empresa-mãe	0	0
Empréstimos Não correntes	**0**	**0**
Descobertos bancários	6.213.037	6.957.278
Empréstimos - Empresa-mãe	10.000.000	10.000.000
Empréstimos - Curto Prazo	12.498.102	8.226.693
Empréstimos Correntes	**28.711.139**	**25.183.971**
Total de empréstimos	**28.711.139**	**25.183.971**

Decorrente da legislação em vigor, Decreto Lei n.º 133/2013, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. apenas se poderá financiar em médio longo prazo mediante parecer prévio do Ministério das Finanças. Neste sentido, durante o ano de 2014 será submetido ao Ministério das Finanças a estratégia de financiamento da AgdA criando um equilíbrio financeiro do passivo da empresa através de uma negociação parcial do passivo corrente para não corrente.

Importa ainda referir que apesar de os empréstimos se encontrarem contratualizados em correntes, as entidades financiadoras não efetuaram qualquer comunicação no sentido de a AgdA amortizar a divida no curto prazo.

Nota 20.1. Empréstimos por intervalos de maturidade

MATURIDADE DOS EMPRÉSTIMOS

	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 ano	28.711.139	25.183.971
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	0	0
De 3 a 4 anos	0	0
De 4 a 5 anos	0	0
Superior a 5 anos	0	0
	28.711.139	**25.183.971**

Nota 20.2. Empréstimos por tipo de taxa de juro

EMPRESTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO

Taxa de juro variável	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 anos	28.711.139	25.183.971
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	0	0
Superior a 3 anos	0	0
	28.711.139	**25.183.971**

Nota 20.3. Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS E NÃO UTILIZADAS

	31.12.2013	31.12.2012
Expira num ano (taxa variável)	3.288.861	6.816.029
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	0	0
	3.288.861	**6.816.029**

Nota 20.4. Linhas de crédito contratadas por tipo de aval

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS POR TIPO DE AVAL

Entidade	Tipo de Financiamento	Valor	Garantia/Aval
Banco Espirito Santo	Descoberto Bancários	9.000.000	Ownership
Banco Espirito Santo	Antecipação de Fundos Comunitários	2.500.000	Ownership
Banco Espirito Santo	Express Bill	6.500.000	Ownership
Banco Santander Totta	Financiamento	4.000.000	Aval AdP
		22.000.000	

Nota 21. Fornecedores Correntes

FORNECEDORES CORRENTES		
	31.12.2013	31.12.2012
Fornecedores gerais	880.164	1.137.567
Fornecedores empresas do Grupo	2.166.914	1.868.307
Fornecedores faturas em receção e conferência	6.024	15.910
Fornecedores de investimentos	2.974.181	1.428.483
Total em Fornecedores Correntes	**6.027.283**	**4.450.267**

Nota 22. Outros Passivos Correntes

OUTROS PASSIVOS CORRENTES		
	31.12.2013	31.12.2012
Adiantamentos Clientes	0	0
Acrésc. Custos-Férias e Subsídio de Férias (ano n)	0	0
Acrésc. Custos-Férias e Subs. de Férias (ano n+1)	286.944	194.763
Pessoal - Out Oper. c/Pessoal-Desc. Judiciais	550	1.300
Sindicatos	338	338
Pessoal-Outras Operações	0	3.992
Acionistas / Sócios-Resultados Atribuídos	0	64.600
Credores Acréscimos Gastos-Seguros	1.068	0
Credores Acréscimos Gastos-Juros Encargos Liquidar	171.553	130.800
Credores Acréscimos Gastos-Eletricidade	446.309	100.643
Credores Acréscimos Gastos-Outros	813.352	518.073
Cauções Fornecedores	132.668	25.380
Outros Credores-Outros	459.001	307.305
Rendimentos Reconhecer-Outros	627.835	631.702
Total de Outros Passivos Correntes	**2.939.618**	**1.978.896**

Em 2013 a AgdA celebrou com o cliente Municipio de Santiago do Cacém um acordo de transação para pagamento de divida de vencida.

O acordo de pagamento celebrado inclui juros de mora e juros financeiros que correspondem à taxa média de financiamento da empresa. Os juros financeiros são faturados no momento da celebração do acordo sendo o rendimento reconhecido em cada período. O valor mensurado em Rendimentos a Reconhecer corresponde na integra ao diferimentos dos juros financeiros faturados e incluídos em acordo de transação.

Pese embora o aumento da rubrica pelo reconhecimento dos juros financeiros do acordo de pagamento celebrado com o Municipio de Santiago do Cacém, a rubrica sofreu uma diminuição pelo reconhecimento dos juros dos acordos de pagamento celebrados em anos anteriores no montante total de 249.874 euros, conforme nota 33. Com este reconhecimentos o impacto na variação da rubrica é praticamente nulo na medida em que o reconhecimento do diferimento é praticamente igual ao reconhecimento dos juros do ano 2013.

Nota 23. Imposto do Exercício - Corrente e Diferido

IMPOSTO DO EXERCICIO		
	31.12.2013	31.12.2012
Imposto sobre o rendimento do exercício	256.302	164.705
Excesso de estimativa para impostos	0	0
Outros Ajustamentos Provisão Imposto	0	0
Insuficiência de estimativa para impostos	0	0
Total do Imposto Corrente	**256.302**	**164.705**
Imposto Diferido	(194.545)	(151.607)
Total do Imposto Diferido	**(194.545)**	**(151.607)**
Total do Imposto do Exercício	**61.757**	**13.098**

Nota 23.1. Imposto do Exercício - Imposto Corrente

IMPOSTO DO EXERCICIO		
	31.12.2013	31.12.2012
Estimativa de imposto a pagar	256.302	164.705
Pagamento Especial por Conta	0	(19.865)
Pagamento por Conta	(126.768)	(69.797)
Retenção de Capitais	(3)	0
Total do Imposto a Liquidar	**129.531**	**75.043**

Nota 23.2. Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

IMPOSTO DO EXERCICIO			
	TAXA	31.12.2013	31.12.2012
Lucro Tributável		929.637	563.403
Prejuízos fiscais		0	0
Matéria Coletável		929.637	563.403
Imposto a pagar	25,00%	232.409	140.851
Derrama	1,50%	13.945	8.451
Derrama estadual		0	0
Tributação Autónoma		9.948	15.403
IRC estimado no exercício		**256.302**	**164.705**

Nota 23.3. Cálculo do Resultado Fiscal

CALCULO DO RESULTADO FISCAL		
	31.12.2012	31.12.2011
Resultado Contabilístico	112.357	68.080
Despesas Não Aceites Fiscalmente	37.667	75.992
Outros Custos não aceites fiscalmente - IFRIC 12 Amortização do Investimento contratual	1.047.433	1.039.819
Outros Custos não aceites fiscalmente - Desvios Tarifários	581.810	198.832
Rendimentos Não Aceites Fiscalmente	0	(90.680)
Outros Proveitos não aceites fiscalmente (Reconhecimento QREN)	(747.135)	(666.548)
Benefícios Fiscais	(102.495)	(62.091)
Cálculo do Resultado Fiscal	**929.637**	**563.404**

Nota 24. Vendas e Prestações de Serviços

VOLUME DE NEGÓCIOS – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
	31.12.2013	31.12.2012
Vendas	10.919.460	9.875.997
Prestações de Serviços	0	0
Desvios Tarifários	(581.810)	(198.832)
Volume de Negócios	**10.337.650**	**9.677.166**

No que diz respeito à rubrica de Vendas, e comparativamente ao exercício de 2012, o exercício de 2013 reflete um aumento de valor pelo facto de em 2013 a AgdA ter procedido à atualização da População Potencial Servida por Ponto de Entrega, atualizando a população para os dados atualizados dos Censos de 2011. Por outro lado, a AgdA procedeu também à integração dos sistemas de abastecimento de água dos Municípios de Montemor-o-Novo e Arraiolos tendo registado em vendas o valor 517.783 euros pela aplicação da tarifa de acordo com o previsto em Contrato de Gestão..

A rubrica de Prestações de Serviços considera os montantes referente ao tratamento e rejeição de efluentes, no entanto, no exercício de 2013 a AgdA apenas se encontrou a prestar o serviço de abastecimento de água aos municípios refletindo o valor de vendas. No que concerne com o Saneamento, a AgdA apenas irá proceder ao débito da prestação de serviços efetuada a partir do exercício de 2015.

Na sequencia do disposto no Contrato de Gestão, a AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios tarifários. Entenda-se o desvio tarifário como a diferença entre o volume de proveitos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

No ano de 2013 a empresa gerou um *superavit tarifário* de 581.810 euros.

Nota 24.1. Vendas e prestações de serviços por tipo de clientes

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR TIPO DE CLIENTE					
	Empresa Mãe	Associadas	Municípios	Outros	Total
Vendas	0	0	10.919.460	0	10.919.460
Prestações de Serviços	0	0	0	0	0
Desvios Tarifários	0	0	(581.810)	0	(581.810)
Volume de Negócios	**0**	**0**	**10.337.650**	**0**	**10.337.650**

Nota 24.2. Vendas e prestações de serviços por mercado

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADO			
	Nacional	Internacional	Total
Vendas	10.919.460	0	10.919.460
Prestações de Serviços	0	0	0
Desvios Tarifários	(581.810)	0	(581.810)
Total por Mercado	**10.337.650**	**0**	**10.337.650**

Nota 24.3. Vendas e prestações de serviços por área de negócios

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ÁREA DE NEGOCIO					
	Distribuição	Produção	Saneamento	Serviços	Total
Vendas	0	10.919.460	0	0	10.919.460
Prestações de Serviços	0	0	0	0	0
Desvios Tarifários	0	(581.810)	0	0	(581.810)
Total por Área de Negócios	**0**	**10.337.650**	**0**	0	**10.337.650**

Nota 25. Custo das Vendas

GASTO DAS VENDAS (Matérias Subsidiárias)		
	31.12.2013	31.12.2012
Gasto das Vendas (Matérias Subsidiárias)	556.450	639.774
Gasto das Vendas (Materiais Diversos)	0	0
Gasto das Vendas (Matérias Subsidiárias)	**556.450**	**639.774**
Variação da Produção	0	0
Gasto das Vendas (Matérias Subsidiárias)	**556.450**	**639.774**

Esta rubrica inclui os reagentes químicos utilizados no processo produtivo da empresa.

Nota 26. Fornecimentos e Serviços Externos

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS		
	31.12.2013	31.12.2012
Subcontratos	612.207	465.369
Trabalhos Especializados	2.601.460	2.677.355
Materiais	44.582	54.407
Energia e Fluidos	2.670.627	2.607.216
Deslocações, Estadas e Transportes	181.643	327.427
Serviços Diversos	1.142.451	926.079
Fee´s de Gestão	321.357	287.026
	7.574.327	**7.344.878**
FSE's capitalizados	(552.478)	(302.710)
Total de Fornecimentos e Serviços Externos	**7.021.848**	**7.042.168**

Nota 27. Gastos com pessoal

GASTOS COM PESSOAL		
	31.12.2013	31.12.2012
Remunerações Órgãos Sociais	91.327	102.269
Remunerações	2.027.685	1.844.011
Indemnizações	1.314	0
Encargos sociais sobre remunerações	425.540	336.456
Gastos de Ação Social	20.656	12.271
Outros custos com pessoal	122.545	63.119
	2.689.068	**2.358.126**
Capitalização custos c/ Pessoal	(192.223)	(232.610)
Total de Gastos com Pessoal	**2.496.844**	**2.125.516**

Quando comparados os exercícios, a rubrica de gastos com o pessoal evidencia um aumento de 15%.

Este aumento justifica-se pelo reconhecimento e pagamento em 2013 dos subsídios de férias correspondente ao exercício de 2012. Por outro lado, também as alterações ao nível dos encargos sociais para a Caixa Geral de Aposentações tiveram um impacto muito significativo neste aumento, quer no que diz respeito à alteração da base de incidência para colaboradores com Acordo de Cedência por Interesse Publico, quer no que diz respeito à própria taxa de comparticipação da entidade empregadora.

Pese embora o acima referido, os quadro de pessoal da AgdA reduziram em 6 colaboradores, não tendo sido possível a sua substituição por restrições da Lei do Orçamento de Estado para 2013.

Nota 27.1. Quadro de Pessoal

QUADRO DE PESSOAL		
Número médio de colaboradores durante o período	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Órgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	122	124
	127	**129**
Número de colaboradores a 31 de Dezembro	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Órgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	119	125
	124	**130**

Nota 28. Depreciações, Amortizações e Reversões do Exercício

DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCICIO		
	31.12.2013	**31.12.2012**
Depreciação de propriedades de investimento	0	0
Amortizações de ativos intangíveis	366.359	279.114
Acréscimos de custos do investimento contratual	936.551	944.725
Reversões de amortizações de ativos intangíveis	0	-341.202
Total de Depreciações, Amortizações e Reversões do Exercício	**1.302.910**	**882.637**

As depreciações, amortizações e reversões do exercício são registas de acordo com o método da depleção, ou seja, de acordo com os caudais do exercício.

Para base deste calculo a AgdA considera todo o investimento contratual da 1ª fase da Candidatura de Abastecimento de Água acrescido do Património Integrado e ativos adquiridos diretamente para rubricas de Ativo Intangível, deduzido das amortizações acumuladas. Em resultado do exposto, as amortizações do exercício tiveram como base de calculo um investimento total liquido de 55.689.440 euros a uma taxa de depleção de 2,3396%.

Nota 29. Subsídios ao Investimento

RECONHECIMENTO DE SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO

	31.12.2013	31.12.2012
Reconhecimento do Subsidio da Candidatura de AA 1ª Fase	750.373	720.604
Reconhecimento do Subsidio da Candidatura de AA 2ª Fase	0	0
Reconhecimento do Subsidio da Candidatura de AR 1ª Fase	0	0
Reconhecimento do Subsidio da Candidatura de AR 2ª Fase	0	0
Total de Subsídios ao Investimento	**750.373**	**720.604**

Alinhado com os pressupostos da nota 28, a AgdA reconhece o subsidio ao investimento da 1ª fase da Candidatura de Abastecimento de Água de acordo com o método da depleção.

Para base de cálculo do reconhecimento do subsidio no exercício foi considerada a comparticipação comunitária da 1ª fase da candidatura de Abastecimento de Água, deduzida dos reconhecimentos acumulados, no montante liquido de 32.072.678 euros a uma taxa de reconhecimento pela depleção de 2,3396%

Nota 30. Outros Gastos e Perdas Operacionais

OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

	31.12.2013	31.12.2012
Impostos	188.140	161.339
Multas e Penalidades	6.352	5.837
Donativos	1.250	2.000
Quotizações	1.410	10.930
Correções de Exercícios Anteriores	0	28.354
Outros gastos operacionais	1.620	1.311
Total de Outros Gastos e Perdas Operacionais	**198.772**	**209.771**

Nota 31. Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

	31.12.2013	31.12.2012
Rendimentos suplementares (Cadernos de Encargos)	189.426	14.081
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1.008.293	1.284.871
Correções relativas a exercícios anteriores	0	106.980
Total de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	**1.197.719**	**1.405.931**

Como já referido na nota 24, a AgdA encontra-se a exercer a atividade de Saneamento substituindo-se aos Municípios.

Em consequência do acima referido, os gastos suportados pela AgdA no exercício desta atividade, são debitados aos municípios sendo os gastos mensurados de acordo com a natureza e os proveitos em outros rendimentos.

Em resultado, foi registado em Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais pela atividade de Saneamento o valor de 1.008.293 euros.

Nota 32. Gastos Financeiros

GASTOS FINANCEIROS		
	31.12.2013	31.12.2012
Juros suportados	1.611.031	1.452.555
Juros Locação Financeira (Património)	225.873	524.183
Comissões bancárias	169.613	65.111
Outros gastos financeiros	28.318	81.148
	2.034.836	**2.122.997**
Gastos financeiros capitalizados	(663.959)	(562.187)
Total de Gastos Financeiros	**1.370.877**	**1.560.809**

Os juros suportados sofrem um aumento quando comparados com o exercício de 2012 derivado do aumento das necessidades de financiamento pelo aumento da divida de clientes.

Pese embora o acima referido, no cômputo geral a rubrica evidencia uma redução face ao exercício anterior pela redução do valor reconhecido em encargos financeiros do património integrado. Em 2012 foram reconhecimentos os encargos financeiros decorrentes da aplicação do método do custo amortizado relativo ao passivo financeiro associado à integração de património, correspondente aos exercícios de 2010 a 2012.

Nota 33. Rendimentos Financeiros

RENDIMENTOS FINANCEIROS		
	31.12.2013	31.12.2012
Juros de Atualização de Divida de Clientes	0	0
Juros de Mora	524.433	656.245
Juros Financeiros de Acordos de Pagamento	249.874	68.809
Outros Juros	12	0
Total de Rendimentos Financeiros	**774.319**	**725.054**

Os Rendimentos Financeiros são o reflexo do atraso de pagamento de clientes, tendo os mesmo aumentado comparativamente com o ano de 2012.

Foi também celebrados acordos de pagamento com alguns clientes, conforme nota 11, tendo os mesmos incluído os juros financeiros à taxa média de financiamento da AgdA.

Nota 34. Transações com Entidades Relacionadas

TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Empresa	2013				2012			
	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos
AdP SGPS, S.A.	0	11.464.331	0	960.587	0	11.196.473	0	969.595
AMGAP - Ass. Mun. Gest. Águas Publicas do Alentejo	0	333.894	0	109.195	0	255.984	0	98.270
AdP Serviços Ambientais, S.A.	0	666.658	0	485.907	0	598.855	0	353.953
AdA - Águas do Algarve, S.A.	0	45.470	0	110.293	0	73.849	0	60.040
AdSA - Águas de Santo André, S.A.	0	48.613	0	146.503	0	65.075	0	14.411
Simarsul, S.A.	0	28.183	0	49.367	0	0	0	0
AdCA - Águas do Centro Alentejo, S.A.	67.028	4.735	79.763	5.693	0	0	0	0
Valnor, S.A.	0	68	0	65	0	0	0	0
TOTAL	67.028	12.591.952	79.763	1.867.610	0	12.190.236	0	1.496.269

Nota 35. Compromissos

A empresa tem assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Gestão

De acordo com o Contrato de Gestão consideram-se como compromissos assumidos os investimentos reversíveis da 1ª fase da candidatura de Abastecimento de Água e de Saneamento no montante global de 85,6 milhões de euros, dos quais € 12.791.875,91 já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, em 2013 foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Fornecedor	Data	Valor Adjudicado	Projeto
Maria Evelina Fialho	09-01-2013	8.450	Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra da empreitada de construção do Reservatório 4 da Amareleja
Socopul SA	11-01-2013	876.733	Empreitada de Construção da Conduta Adutora ETA do Alvito - Reservatório da Forca
Enfigesp Consultores de Engenharia, Lda	14-01-2013	12.400	Prestação de Serviços de Fiscalização
EMAS	15-01-2013	20.164	Prestação de serviços de análises de águas residuais dos Municípios de Alvito, Aljustrel, Barrancos, Beja, Cuba, Moura, Serpa, Viana do Alentejo e Vidigueira integradas no Sistema Público de Parceria integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA_), AgdA/CQ/AR/CV02/2012)
Hubel Ind Água Am. E Obras Públicas SA	16-01-2013	299.999	Empreitada de conceção/construção da ampliação e reabilitação da ETA da Rabaça
Asibel Construções SA	16-01-2013	1.183.489	Empreitada de abastecimento de Água a Garvão e Panóias
Oliveiras S.A.	16-01-2013	1.129.539	Empreitada de Ampliação do Reservatório da Atalaia
Vitor Hugo Coordenação e Gestão de Projetos SA	21-01-2013	19.500	Fiscalização, gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra da empreitada de execução reservatório de Vendas Novas

Manuel Pedro de Sousa & Filhos Lda.	23-01-2013	14.240	Empreitada de prolongamento do emissário da ETAR de Senhora de Aires
Construções Filipe Silva & Martiniano Lda	24-01-2013	8.775	Execução de trabalhos de construção civil para a implantação do sistema de tratamento de Água para remoção de ferro e manganês na área envolvente da captação de Santa Margarida da Serra em Grândola
EMAS	25-01-2013	15.545	Prestação de serviços de colheitas e análises de água para consumo humano" Proc. Aq. Serviços refª AgdA/CQ/PCQA2013-LOTE 1
Construções Filipe Silva & Martiniano Lda	29-01-2013	9.930	Execução de trabalhos de construção civil para a implantação do sistema de tratamento de Água para remoção de ferro e manganês na área envolvente da captação de Águas Frias em Odemira
FGP	07-02-2013	6.788	Prestação de Serviços de Coordenação de segurança em Obra de empreitadas - 1º grupo
FGP	11-02-2013	28.834	Fiscalização Empreitada de Abastecimento de Água a Garvão e Panóias
QUIMITESTE	13-02-2013	21.693	Prestação de serviços de colheitas e análises de água de consumo humano" Proc. Aq. Serviços refª AgdA/CQ/PCQA2013-LOTE 2 e 3
Manusystems	13-02-2013	20.045	Prestação de Serviços de Limpeza e Desinfeção dos Reservatórios em Exploração pelas Águas Públicas do Alentejo SA Lote 1
Consulgal	21-02-2013	31.587	Fiscalização da ETAR de VN Milfontes - Fase de Conclusão dos trabalhos
Ecofirma	28-02-2013	16.413	Prestação de Serviços de Limpeza e Desinfeção dos Reservatórios em Exploração pelas Águas Públicas do Alentejo SA Lote 11
Proman Centro de Estudos e Projectos SA	19-03-2013	105.000	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental de Fiscalização das empreitadas da ETAR de Alcácer Sal e da ETAR do Cercal do Alentejo
Consdep Engenharia e Construção	02-04-2013	64.048	Prestação de Serviços de Reparação de Ruturas no Sistema de Alvito no Sistema do Guadiana Sul e No Sistema Roxo
GEOMA	09-04-2013	13.560	Prospeção Geotécnica para Alcácer do Sal, Alvalade, Melides, Vidigueira e conduta Zambujeira/Brejão
Manuel Pedro de Sousa & Filhos Lda.	09-04-2013	23.346	Execução de conduta entre Reservatórios - Viana do Alentejo
ET	19-04-2013	29.019	Fornecimento de Fardamento
Acciona Água SA	19-04-2013	2.001.214	Empreitada de Conceção - Reabilitação/Construção da ETAR de Vendas Novas
Socopul SA / Interágua Tecnologia e Gestão da Água SA	23-04-2013	3.096.633	Empreitada de Conceção/Construção da ETAR de Castro Verde e Ourique
FGP	23-04-2013	21.500	Fiscalização, Gestão de Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada de Conceção/Construção da Ampliação e Reabilitação da ETA da Rabaça
Sociedade de Construções Soares da Costa SA / Efacec Engenharia e Sistemas SA	29-04-2013	7.452.000	Empreitada de Conceção/Construção da ETAR de Beja
Construtora Abrantina SA / Interágua	02-05-2013	2.696.422	Empreitada de Conceção/Construção da ETAR de Almodôvar e Aljustrel
Tecmais Engenharia e Ambiente SA	02-05-2013	18.884	Automatização da EE do Borbolegão
Proman Centro de Estudos e Projectos SA	13-05-2013	62.500	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de segurança em Obra e Coordenação de Gestão ambiental de Construção de ampliação do reservatório da Atalaia e da Construção da Conduta Alvito-Forca
Promapa Levantamentos Topográficos Lda.	17-05-2013	27.650	Prestação de serviços de Expropriação e Servidão - 2º Grupo de Empreitadas
Clotóide Topografia Unipessoal Lda.	27-05-2013	25.000	Prestação de Serviços de trabalhos de Topografia e Caracterização Fundiária / Lote 1
Marma - Manutenção e Gestão de Equipamentos e Infraestruturas Lda.	06-06-2013	23.455	Prestação de Serviços de Manutenção e Operação das Infraestruturas de Saneamento do Concelho de Odemira
Pedro Reina Serviços de Topografia Lda.	08-06-2013	23.455	Prestação de Serviços de levantamentos Topográficos - Adução e Expansão em Almodôvar e Odemira
Hicontrol - Projecto, Consultoria e Fiscalização	12-06-2013	19.219	Prestação de Serviços de Automatização do Sistema do Cercal
Ecoserviços - Gestão de Sistemas Ecológicos Lda.	14-06-2013	23.960	Estudos e Projetos para Sistema de Tratamento de Águas Residuais e transporte das mesmas para as localidades de Landeira, Nicolau e Azinheira dos Barros
Rui & Candeias Lda	14-06-2013	134.183	Empreitada de Beneficiação da ETAR de Melides
Ambipar Control Consultoria, Análises e Amostragem Ambiental Lda.	21-06-2013	19.383	Prestação de serviços para amostragem de águas naturais e tratadas e determinação de parâmetros in situ
Consulgal	02-08-2013	18.555	Prestação de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental de Acompanhamento da Construção da ETAR de Vila Nova de Milfontes – Período de Término dos Trabalhos
GEOMA	19-08-2013	23.285	Prestação de Serviços de Estudos Geológicos - Expansão em Odemira
TEMOTEC	19-08-2013	34.500	Aquisição de Fornecimento e Montagem de Gerador de Dióxido de Cloro (Sistema Roxo)
M J Mestre Unipessoal, Lda.	26-08-2013	11.956	Empreitada Execução de desvio de conduta de abastecimento a Santa Bárbara de Padrões
Consulgal	29-08-2013	91.870	Prestação de Serviços de Fiscalização da ETAR de Vendas Novas
Consulgal	29-08-2013	171.280	Prestação de Serviços de Fiscalização da ETAR de Almodôvar, Aljustrel, Castro Verde e Ourique
STB Reabilitação do Património Edificado Lda	03-09-2013	13.051	Empreitada do Reservatório de Água Derramada - Melhoria Estrutural
Acciona Água SA / Lucios SA	03-09-2013	3.499.993	Empreitada de Conceção/Construção da ETA do Monte da Rocha
Tomás de Oliveira	19-09-2013	2.859.000	Empreitada de Adução Grândola
Enkrott - Centro Gestão e Tratamento de Águas, Lda.	23-09-2013	41.782	Prestação de Serviços na Melhoria dos Sistemas de Tratamento dos SAA Relíquias, Aldeia Amoreiras e Amoreiras-Gare
Nemus - Gestão e Requalificação Ambiental, Lda	25-09-2013	9.800	Estudo Prévio para Requalificação e Enquadramento Ambiental do Emissário de Vila Nova de Milfontes
Oliveiras SA / Hubel SA	27-09-2013	1.599.338	Empreitada de Execução dos Reservatórios do Enxoé
Habitamega Construções SA	27-09-2013	945.972	Empreitada Sistema Intercetor de Beja
Promapa Levantamentos Topográficos Lda.	30-09-2013	23.700	Prestação de Serviços de Expropriação e Servidão - 2.º Grupo de Empreitadas - Trabalhos Complementares
Lena Ambiente Gestão de Resíduos SA	02-10-2013	7.711	Limpeza dos órgãos de armazenamento de águas sujas da ETA Monte da Rocha

Ambitrevo Soluções Agrícolas e Ambientais Lda.	07-10-2013	103.586	Prestação de Serviços para remoção de lamas da lagoa arejada da ETAR de Beja
Fase - Estudos e Projetos, S.A.	11-10-2013	24.000	Estudos e Projetos para a Exploração em Odemira - Adução ao Cercal
Espaço Tranquilo	15-10-2013	9.480	Fiscalização da empreitada de beneficiação da ETAR de Melides
SafeAccount, Unipessoal Lda	15-10-2013	6.600	Prestação de Serviços de Coordenação de Segurança em Obra das Empreitadas: Beneficiação da ETAR de Melides, Sistema Intercetor de Beja, Adução a Grândola - 1ª fase, ETA do Monte da Rocha e Reservatórios do Enxoé
Oliveiras S.A.	18-10-2013	45.894	Empreitada de Construção das Redes de Distribuição de Vendas Novas e Reservatório R5 - 1.º Adicional
Vitor Hugo Coordenação e Gestão de Projetos SA	23-10-2013	7.024	Fiscalização para fecho do reservatório de Vendas Novas
Enfigesp Consultores de Engenharia, Lda	30-10-2013	8.600	Prestação de Serviços de Fiscalização para as empreitadas de ETA do Monte da Rocha, Reservatórios do Enxoé, Adução a Grândola e Sistema Intercetor de Beja
M J Mestre Unipessoal, Lda.	01-11-2013	29.447	Empreitada de Execução do SI da Zona Industrial de Aljustrel - 2ªFase
Albombas, Lda	04-11-2013	27.952	Aquisição de Grupo Hidrocompressor para Abastecimento a Vila Nova de Milfontes
Hidroengenho - Estudos e Equipamentos, Lda	04-11-2013	49.842	Prestação de serviços de fornecimento e instalação do meio filtrante, dos filtros rápidos de pressão, da ETA do Alvito
Fibrosport - plásticos reforçados, Lda	07-11-2013	38.789	Prestação de serviços de fornecimento e montagem de elementos em PRFV em infraestruturas dos sistemas da AgdA
Domingos da Silva Teixeira - Empreitadas Elétricas, S.A.	11-11-2013	30.164	Prestação de serviços para operação e manutenção de sistemas autónomos de abastecimento de água - lote I
Oliveiras S.A.	12-11-2013	11.131	Empreitada de Ampliação do Reservatório da Atalaia - 1.º Adicional
João Carlos Conceição Pires	14-11-2013	6.550	Prestação de serviços de apoio à manutenção
Mota Engil	19-11-2013	10.973	Trabalhos Complementares da ETAR de Vale de Vargo
FGP	23-11-2013	25.034	Fiscalização da Empreitada de Empreitada de Abastecimento de Água a Garvão e Panóias – Prolongamento do Prazo da prestação de Serviços
Alexandre Guerreiro Figueiredo	01-12-2013	12.000	Prestação de serviços de apoio jurídico
KSB, Bombas e Valvulas, S.A.	02-12-2013	25.156	Aquisição de três grupos de elevação em coluna para a Estação Elevatória da Forca – ETA de Alvito
Hidrovento, Lda	05-12-2013	29.374	ETAR do Cercal do Alentejo - Fornecimento de Arejador
Followconnect	12-12-2013	39.720	Prestação de serviços na área de telegestão, automação, instrumentação e eletricidade
Setrova - Construção e Manutenção Industrial, Lda	16-12-2013	18.107	Alteração da Conduta de Elevação e Requalificação da Caixa de Descarga de Fundo – Recinto Reservatório Apoiado de Vila Nova de Milfontes
INOUT	20-12-2013	94.000	Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Automação, Supervisão e Comunicações
Total de Compromissos Assumidos		**29.609.771**	

Nota 36. Ativos e Passivos Contingentes

Nota 36.1 Garantias prestadas

- Garantia bancária nº 363351, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 5.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

- Garantia bancária nº 375956, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 534.602 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

- Garantia bancária nº 379525, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 13.508 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

- Garantia bancária nº 381685, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 5.116 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

- Garantia bancária nº 381687, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 11.319 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

- Garantia bancária nº 381686, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 4.696 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

- Garantia bancária nº 382793, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 15.630 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

- Garantia bancária nº 382515, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 232.210 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

- Garantia bancária nº 384951, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 5.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

- Garantia bancária nº 385309, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 36.301,50 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

- Garantia bancária nº 385580, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 3.155 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

- Garantia bancária nº 385579, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

- Garantia bancária nº 387602, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

- Garantia bancária nº 390293, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

- Garantia bancária nº 388657, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 5.000 Euros a favor da Sociedade Portuguesa para Construção e Exploração Rodoviária, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

- Garantia bancária nº 388883, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 10.000 Euros a favor da Sociedade Portuguesa para Construção e Exploração Rodoviária, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

- Garantia bancária nº 389042, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 186.115,39 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.

Nota 36.2. Processos judiciais

Processos judiciais em curso:

1. IGAMAOT - ETAR de Cuba

Processo n.º CO/001657/11, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT, auto de Noticia n.º 168/2011, despacho de 08 de Julho de 2011 - Aguarda decisão

2. IGAMAOT - ETAR da Lancheira

Processo n.º CO/001955/11, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT, auto de Noticia n.º 216/2011, despacho de 31 de agosto de 2011 - Aguarda decisão

3. IGAMAOT - ETAR da Bacia do Guadiana - Beja

Processo n.º CO/002076/11, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT, auto de Noticia n.º 232/2011, despacho de 28 de setembro de 2011 - Foi proferido despacho em 03 de janeiro de 2013, tendo a AgdA condenada ao pagamento da coima de € 38.600,00. Por discordância da decisão a AgdA interpôs recurso de impugnação da coima aplicada.

No dia 07 de Janeiro de 2014 fomos notificados pelo IMAGAPT da nova decisão administrativa proferida nos autos identificados, elaborada para suprimento da nulidade na decisão recorrida.

AgdA irá interpor recurso de impugnação da coima para o Tribunal Judicial de Beja.

4. ERSAR, I.P.-2

Processo n.º 20395/2013, contraordenação ambiental, a correr os termos na Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, despacho de 14 de março de 2013 - Aguarda decisão.

5. Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja

Processo n.º 216/13.0BEBJA, processo de contencioso pré-contratual interposto pela Degremont, S.A. e Graviner Construções, S.A. à AgdA. Fomos notificados pelo Tribunal em 09 de Janeiro de 2014 das alegações de recurso apresentadas pela parte contrária e para apresentarmos as nossas alegações no prazo de 15 dias.

6. Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja

Processo n.º 151/13.1BEBJA, providencia cautelar interposta pela Degremont, S.A. e Graviner Construções, S.A. à AgdA. Fomos notificados pelo Tribunal Central Administrativo Sul da distribuição dos autos onde obtiveram o n.º 10509/13. Aguarda decisão.

7. Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja

Processo n.º 364/13.6BEBJA, providencia cautelar interposta pela Degremont, S.A. e Graviner Construções, S.A. à AgdA. Fomos notificados em 5 de novembro de 2013 da resposta à nossa oposição e da resposta à oposição das contra-interessadas apresentadas pelo ilustre mandatário da parte contrária. Aguarda decisão.

8. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 97.12.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo - Aguarda despacho saneador e posterior marcação de audiência prévia ou notificação para apresentar alegações escritas;

9. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 112.12.8BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo - Em apresentação de alegações escritas;

10. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 280.12.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo – Aguarda realização de audiência prévia;

11. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 328.12.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado - Em apresentação de alegações escritas;

12. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 47/13.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo - Aguarda despacho saneador e posterior marcação de audiência prévia ou notificação para apresentar alegações escritas;

13. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 246/13.1BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo - Aguarda citação da impugnada;

14. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 452/13.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo - Aguarda citação da impugnada;

15. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 457.13.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – A impugnada foi já citada, encontrando-se a correr o prazo para contestação;

Nota 37. Informações exigidas por diplomas legais

Artº.397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AgdA - Águas Publicas do Alentejo, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artº.324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade AgdA - Águas Publicas do Alentejo, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2013, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Nota 38. Rendimento garantido

RENDIMENTO GARANTIDO		
	31.12.2013	31.12.2012
Capital social realizado	500.000	500.000
Reserva legal	7.563	4.814
Base de incidência	**507.563**	**504.814**
Taxa de juro OT	6,04%	7,46%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
Total de Taxa de Remuneração	**9,04%**	**10,46%**
Remuneração acionista do ano	**50.601**	**54.982**

Nota 39. Eventos Subsequentes

À data de assinatura do Relatório & Contas de 2013 não existem Eventos Subsequentes a identificar.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Fiscal Único emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e restantes documentos de prestação de contas da **AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.**, referentes ao exercício de 2013.

2. O Fiscal Único acompanhou a gestão e a actividade da AgdA, designadamente mediante contactos com o Conselho de Administração, bem como através da leitura das actas das suas reuniões. Dispôs ainda da documentação que considerou necessária e obteve do Conselho de Administração e dos Serviços todos os esclarecimentos solicitados.

3. No que se refere ao cumprimento das obrigações legais do Sector Empresarial do Estado, o Fiscal Único exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido nas disposições legais aplicáveis, designadamente as previstas no art. 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, sistemas estes implantados em todo o Grupo AdP. O Relatório de Gestão de 2013, em conformidade com o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial e Orientações transmitidas pela empresa-mãe que tiveram em conta as instruções emitidas pela DGTF, integra uma parte autónoma relativa às "Boas Práticas do Governo Societário Adoptadas em 2013" e dois capítulos autónomos, um sobre o "Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa" e outro sobre o "Cumprimento dos Princípios de Bom Governo", onde descreve, designadamente, a forma como deu cumprimento às reduções remuneratórias previstas na Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

4. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas emitimos ainda, na presente data, a competente Certificação Legal das Contas.
5. Com base no trabalho desenvolvido, o Fiscal Único considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Contas (Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2013, Demonstração do rendimento integral, Demonstração das alterações do capital próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo), são adequados à compreensão da situação patrimonial da Empresa no fim do exercício e à forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.

6. O Fiscal Único salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Face ao acima referido, o Fiscal Único é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., aprove:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2013;
b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 10 de Março de 2014

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por José Duarte Assunção Dias

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da ***AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.***, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 61.256.189 euros e um total de capital próprio de 558.164 euros, incluindo um resultado líquido de 50.601 euros), as Demonstrações do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.*, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações do capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 10 de Março de 2014

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por José Duarte Assunção Dias

Beja, 27 de fevereiro de 2014

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Técnico Oficial de Contas n.º67655)

Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)

João Manuel da Silva Costa
(Vogal do Conselho de Administração)

Alvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)